

bem foi posto em discussão e aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. Após o que, foi encerrada esta sessão extraordinária. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

[Signature]
 REINHOLDO KLEIN
 Presidente

[Signature]
 DILON SEBASTIÃO VIEIRA
 Vice-Presidente

[Signature]
 ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
 1º Secretário

[Signature]
 JOSÉ CARLOS GOULART

[Signature]
 ANSELMO PETRY

[Signature]
 JOSÉ CILON FLORES

[Signature]
 TOMÉ DA SILVA FLORES

[Signature]
 JÚLIO CÉSAR CAMPANI

[Signature]
 ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

[Signature]
 ANIBALDO PETRY

[Signature]
 JOSÉ ELOY DOS SANTOS

-x-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 95ª sessão ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 13 de janeiro de 1988. Aos treze dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às vinte horas e quinze minutos, na sua sala de sessões, no prédio da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos.

Vieira

EXPEDIENTE. Após instalar os trabalhos da sessão, o Sr. Presidente saudou os seus pares, no início de mais um ano de atividades. Convidou o Sr. Secretário para ler a Correspondência Recebida: Requerimento do Vereador Alfredo Oscar Kiefer, solicitando dois meses de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 12 de janeiro. (O Sr. Presidente informou que, em decorrência da prorrogação da licença do Vereador Kiefer, continua no exercício do mandato, em substituição, o Vereador Anibaldo Petry). Ofício do Dr. Sejalmo Sebastião de Paula Nery, comunicando que foi designado para exercer as funções de Diretor do Foro, concomitantemente com as suas funções de Juiz Titular da 1ª Vara, de Juiz Substituto da 2ª Vara e de Juiz Eleitoral da 11ª Zona. Ofício da Federação das Associações de Municípios do RS - FAMURS - versando sobre a remuneração dos Prefeitos Municipais. Circular 4/87 da UVERGS. Ofício do Presidente da Associação Comunitária Navegantes, capeando cópia de mensagem dirigida ao Sr. Prefeito. Telegrama do Sr. Presidente da CORSAN comunicando acordo entre a direção e funcionários. Circular 1/87 do Sr. Presidente do IPERGS. Convite do Sr. Prefeito para a entrega de veículo à Brigada. Circular 13/87-A da Assembléia Legislativa, sobre a remuneração dos Deputados. Convite para a III EXPOCACE. Proposições Recebidas: Projeto de lei, de autoria da Mesa, que cria, na Câmara Municipal, um Quadro de Empregos e uma categoria de Pessoal Temporário. Projeto de resolução que autoriza a transferência temporária da sede oficial da Câmara de Vereadores. Requerimento assinado por dez Vereadores pedindo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armindo Weyh. Indicação do Vereador Anibaldo Petry sugerindo a recuperação da estrada de Campestre. Indicação do mesmo Vereador sugerindo a agilização da implantação da hidráulica de São José do Hortênsio. Indicação do Vereador Átila Ramos, propondo a recuperação da rede de iluminação pública do centro de Capela de Sant'Ana. Indicação do mesmo Vereador sugerindo a criação de uma 5ª série do ensino fundamental na Escola Municipal Antônio de Oliveira Carvalho, em Virador. Oradores: Não houve inscrições. ORDEM DO DIA. O Sr. Presidente informou que, nos termos da lei, o projeto de lei que cria cargos na Câmara Municipal deve ser votado em duas sessões, com intervalo mínimo de 48 horas entre uma e outra. Propôs, então, que, face à necessidade urgente de constituir um quadro de servidores da Câmara, que nesta oportunidade fosse feita a pri-

meira discussão e votação do projeto, o que foi aprovado por unanimidade. O projeto foi posto em discussão e aprovado em 1ª votação, nos seus próprios termos, por unanimidade. EXPLICACÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Átila Ramos - Analisou o problema da falta de disponibilidade de terras, em Capela de Sant'Ana, para instalação de moradias humildes, de pessoas de pouca renda. Comentou a situação das terras da Arroeira Brasileira S.A., em grande parte penhoradas ao Estado e IAPAS, há muitos anos. A ocupação de todos os espaços no antigo leito da via férrea. A falta de colaboração do Sr. Cídio Rippel, confinante com um trecho do leito da via férrea, sobre o qual teria estendido as suas cercas. O orador expressou a sua inconformidade com essa situação, pugnando pela desapropriação de terras para agasalhar as pessoas carentes de teto, em Capela. Reinholdo Klein (transferindo a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente) - Saudou a assistência e fez comunicações aos seus pares sobre atividades desenvolvidas em favor do Município. Também fez alusão ao acordo com a Comissão de Emancipação de São José do Hortênsio, para a fixação da divisa em Vigia. A comunidade de Vigia não deveria ser dividida. Face à prevalência do "não" naquela localidade, impunha-se, de acordo com o combinado, a descrição de novas divisas. Anibaldo Petry - Informou que há três semanas a Prefeitura recebeu um milhão de cruzados da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, para aplicação nas obras da hidráulica de São José do Hortênsio. No seu entender, a compra dos materiais deveria ser efetuada de imediato, dada a constante elevação de preços. Quanto à questão da divisa em Vigia, abordada pelo Vereador Klein, na sua opinião não havia problema. Apenas seria reunida a Comissão de Emancipação, para tratar do assunto. Anselmo Petry - Apoiou a indicação do Vereador Anibaldo Petry, sugerindo a recuperação da estrada de Campestre. Relembrando seu empenho pela elaboração do Plano Diretor de São José do Hortênsio, informou que houve levantamentos, os quais, depois de interrompidos, haviam sido reencetados na semana anterior. A Prefeitura estava interessada em concluir o Plano Diretor, o que, sem dúvida, era uma boa notícia. Dilon Vieira - Apoiou as considerações do Vereador Átila Ramos sobre o problema habitacional da população carente de Capela de Sant'Ana. A sessão foi encerrada às 21 horas, depois de marcada a próxima para o dia 19 de janeiro de 1988, às 20 horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e apro-

vada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
Reinholdo Klein
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
Dilon Sebastião Vieira
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
Átila Luiz Flores Ramos
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
José Carlos Goulart
JOSÉ CARLOS GOULART

.....
Anselmo Petry
ANSELMO PETRY

.....
José Cilon Flores
JOSÉ CILON FLORES

.....
Tomé da Silva Flores
TOMÉ DA SILVA FLORES

.....
Júlio César Campani
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

.....
Aloysio Ermedo Schneider
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

.....
Anibaldo Petry
ANIBALDO PETRY

.....
José Eloy dos Santos
JOSÉ ELOY DOS SANTOS

-X-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 96ª sessão ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 19 de janeiro de 1988. Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às vinte horas e quinze minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, no prédio da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Aloysio Ermedo Schneider e Anibaldo Petry. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, o Sr. Presidente convidou o Sr. Secretário para a leitura da Proposição Recebida: Projeto de lei do Executivo que altera o art. 2º da Lei nº 1.148, de 17 de junho de 1985, referente às microempresas

Handwritten mark

Handwritten signature

Handwritten signature

sessão extraordinária, na sua sala de sessões, no prédio da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí, a Câmara Municipal. Como Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein e Átila Luiz Flores Ramos, ambos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, e José Cilon Flores. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Aloysio Ermedo Schneider e Anibaldo Petry. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. Instalados os trabalhos da sessão, o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Secretário a leitura do ofício nº 17/88, em que o Executivo solicita a convocação da sessão extraordinária e os seguintes projetos de leis: a) altera as tabelas de remuneração dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas; b) altera a remuneração do Quadro de Empregos da Prefeitura; c) autoriza a Prefeitura a celebrar convênio com o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para adesão ao Plano Mutirão e d) autoriza a concessão de auxílio à Associação Comunitária Vigia e a abertura de crédito suplementar. Foi aprovada a discussão e votação na mesma sessão dos projetos a, b e d. Foi negada, por 6 votos a 2, a votação, na mesma sessão, do projeto que autoriza a celebração de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Urbano para implantação do Plano Mutirão. Na discussão dos projetos que aumentam a remuneração dos servidores municipais, o Vereador José Goulart declarou que a Prefeitura fizera o possível para aumentar, dentro das suas condições, a remuneração do seu pessoal. Os dois projetos foram aprovados por unanimidade, em seus próprios termos. Foi posto em discussão e aprovado por unanimidade o projeto de lei que concede auxílio à Associação Comunitária Vigia. O projeto foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. Os Vereadores Átila Ramos, Júlio Campani, Eloy dos Santos, José Goulart, Tomé Flores e Ermedo Schneider ressaltaram, durante a discussão do projeto, a importância do associativismo comunitário e o empenho dos moradores de Vigia para levar avante o projeto de construção da sua sede comunitária. Ao encerrar a sessão extraordinária, às 20h,50, o Sr. Presidente lembrou que a próxima sessão ordinária será no dia 3 de março de 1988, às 20 horas, na nova sede da Câmara, à rua Pinheiro Machado, 225. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

Câmara de Bagé comunicando a eleição e posse da sua nova Mesa. Ofício Circular SG 2/88 do Tribunal de Contas do Estado, acompanhado do Parecer Coletivo nº 8/87, e de uma decisão do Tribunal Pleno desaconselhando quaisquer alterações nos subsídios com base na Lei Complementar nº 50/85. Circular GP 01 do Tribunal de Contas do Estado comunicando a posse do novo Presidente, Conselheiro Edgar Marques de Mattos. Circular da Câmara de Rio Grande comunicando a eleição e posse da sua nova Mesa. Circular da Câmara de Salvador do Sul pedindo pressão junto às autoridades competentes para que seja solucionada a questão dos subsídios dos Vereadores. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a conceder auxílio na importância de Cz\$ 100.000,00 à Comissão Organizadora Geral das Solenidades e Festejos do Centenário da Abolição da Escravatura e dá outras providências. Projeto de lei de autoria do Vereador Reinholdo Klein que adota o Plano de Classificação de Cargos e Funções - PCC - da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, estabelece o Plano de Pagamento e dá outras providências. Requerimento assinado por todos os Vereadores propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edmundo Alfredo Klein. Requerimento do Vereador Eloy dos Santos, apoiado pelo Vereador Reinholdo Klein, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Antônio da Silva. Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Leopoldo Kranz. Requerimento dos Vereadores Anibaldo Petry e Anselmo Petry propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ervino Wecker. Indicação do Vereador José Goulart sugerindo ao Executivo a alteração do nome da estrada do "Macaco Branco". Indicação do Vereador Átila Ramos sugerindo ao Executivo a desapropriação de uma área de terras em Capela de Sant'Ana, para transformação em loteamento popular. Indicação do Vereador Átila Ramos sugerindo ao Executivo a revisão e recuperação da rede de iluminação pública de Capela de Sant'Ana, Estação Azevedo e "vilas" daquele distrito. Indicação do Vereador Átila Ramos sugerindo a construção de três quebra-molas em Capela de Sant'Ana. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio usaram da palavra os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Louvou as novas instalações da Casa. Requereu urgência para a discussão e votação do projeto de lei do Executivo que concede auxílio à Comissão dos Festejos do Centenário da Abolição. Tomé Flores - Depois de sau-

dar a todos, manifestou estranheza diante da Administração Municipal, que anuncia amplas realizações pela imprensa, como calçamentos de ruas, que são pagos pelos contribuintes. Comentou o abandono da chamada "Prainha", no porto da cidade. Não havia a destacar nenhuma obra de caráter social. A ambulância há dias fora requisitada e não pudera sair porque ninguém sabia onde estava a chave. Disse: "Vamos parar de fazer demagogia e começar a trabalhar". No Quilombo, havia sido feito calçamento até a residência do Dr. Carlos Blauth. A placa da rua Nelson Hoff, em Conceição (projeto de sua autoria) até hoje não havia sido colocada. Acusou o recebimento de correspondência do Dr. Cezar Schirmer, Secretário da Fazenda do Estado, com relações de transferências de recursos confirmadas. Átila Ramos - Agradeceu a Deus o estarem os Vereadores aqui reunidos. Felicitou o Sr. Presidente e o Secretário Executivo pelas boas instalações que conseguiram armar para uso da Casa. Justificou sua indicação referente a quebra-molas em Capela. Apelou ao líder da Bancada do PDS para interferir, a favor, junto ao Executivo. Criticou o aumento do preço da água em Capela, a ser pago por uma população pobre, carente. Apontou falhas na iluminação pública. Justificou, também, sua indicação referente à desapropriação de uma área para instalar os que não têm onde morar. Referiu que existem áreas da Arroeira Brasileira penhoradas, há mais de 10 anos, em garantia de débitos. O Vereador José Goulart, em aparte, relacionou diversos pedidos do Vereador Átila, atendidos pelo Executivo.

ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão e votação o regime de urgência para a tramitação do projeto de lei de iniciativa da Presidência da Casa que cria o Quadro de Servidores da Câmara. Aprovada a urgência por unanimidade. Sem discussão, também foi aprovado em primeira votação o projeto de lei. Foi posto em discussão o regime de urgência para a tramitação do projeto de lei do Executivo que concede auxílio à Comissão dos Festejos do Centenário da Abolição. O Vereador Tomé Flores manifestou-se a favor da urgência, que foi defendida pelo Vereador Eloy dos Santos e apoiada pelo Vereador José Goulart. Aprovada a urgência, por unanimidade, foi anunciada a discussão e votação do projeto, que autoriza a concessão de um auxílio de cem mil cruzados à referida Comissão. O projeto foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - Renovou

seus cumprimentos aos Srs. Vereadores e à assistência. Decla-
rou que havia assumido um compromisso em relação à recupera-
ção dos banheiros do Grupo Escolar Felipe Camarão e tinha a
satisfação de anunciar o cumprimento da sua promessa. A ver-
ba já chegara e as obras já estavam em andamento. Assim, as
aulas poderiam ter reinício em condições normais. Eloy dos
Santos - Respigou uma nota do Diretório local do PMDB, publi-
cada na imprensa, e relacionada com eleições em 1988. Alega-
va-se que o PDT não queria eleições porque não estava organi-
zado em todos os Municípios. Contestava essa afirmação. Quan-
to ao Deputado João de Deus Antunes fora expulso do Partido
por ter sido a favor de cinco anos de mandato para o Presi-
dente José Sarney. A sessão foi encerrada às 21h,15, depois
de marcada a próxima para o dia 10 de março de 1988, às 20
horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, a-
chada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereado-
res.

.....
Reinholdo Klein
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
Dilon Sebastião Vieira
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
Átila Luiz Flores Ramos
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
José Carlos Goulart
JOSÉ CARLOS GOULART

.....
Anselmo Petry
ANSELMO PETRY

.....
José Cilon Flores
JOSÉ CILON FLORES

.....
Tomé da Silva Flores
TOMÉ DA SILVA FLORES

.....
Júlio César Campari
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

.....
Aloysio Ermendo Schneider
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

.....
Anibaldo Petry
ANIBALDO PETRY

.....
José Eloy dos Santos
JOSÉ ELOY DOS SANTOS

-x-
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 98ª sessão
ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 10 de março
de 1988. Aos dez dias do mês de março do ano de mil nove-
centos e oitenta e oito, às vinte horas, reuniu-se em ses-
são ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Macha

do nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Aloysio Ermedo Schneider e Anibaldo Petry. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foram lidas as atas das sessões realizadas nos dias 17 e 29 de dezembro de 1987, 13 de janeiro, 19 de janeiro, 10 de fevereiro e 3 de março de 1988, que foram todas aprovadas. Na sessão de 19 de janeiro, na Ordem do Dia, deixou de constar a aprovação do projeto de lei do Executivo alterando o art. 2º da Lei nº 1.148, de 17 de junho de 1985, que estabelece condições para isenção do ISSQN às microempresas (Expediente CM 8/88 - PM 1/88). O referido projeto foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. Na sessão de 3 de março de 1988, na relação das Proposições Recebidas, deixou de constar o projeto de Resolução do Vereador Tomé Flores alterando disposições do Regimento Interno. Também ocorreu um erro no registro da parte inicial das Explicações Pessoais, que é aqui reproduzida corretamente: "Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - Renovou seus cumprimentos aos Vereadores pelo reinício das atividades legislativas e saudou a assistência, agradecendo o seu comparecimento. Júlio Campani - Lembrando compromisso assumido em relação à recuperação dos banheiros do Grupo Escolar Felipe Camarão, declarou que tinha satisfação de anunciar o resgate dessa promessa: a verba já chegara e as obras já estavam em andamento. Assim, as aulas poderiam ter reinício em condições normais.". Com essas três retificações foram aprovadas as atas das sessões de 17 de dezembro de 1987 a 3 de março de 1988. Correspondência Recebida: Ofício-circular 3/88 da Assembléia Legislativa do Estado, acompanhado de cópia da Emenda Constitucional nº 43/87, que estabelece novas normas para fixação da representação mensal dos Prefeitos e Vice-Prefeitos. Circular 2/88-A da Assembléia Legislativa do Estado, acompanhada de uma informação atualizada dos subsídios e demais vantagens dos Deputados Estaduais, para fins de cálculo da remuneração dos Vereadores. Circu-

lar da Câmara Municipal de São Leopoldo, comunicando a eleição e posse da sua nova Mesa, presidida pelo Vereador Cláudio Jardim. Convite do Sr. Prefeito de Santo Ângelo e da Comissão Central da 3ª Festa Nacional do Milho, para esse evento, a realizar-se no dia 19 de março. Proposições Recebidas: Requerimento do Vereador Tomé Flores propondo uma moção de solidariedade ao Exmº. Sr. Dr. Sejalmo Sebastião de Paula Nery, DD. Juiz de Direito desta Comarca (Expediente CM 25/88). Requerimento de seis Vereadores propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Honorato Porfírio de Souza. Requerimento de seis Vereadores propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alceu Luiz da Silva. Requerimento do Vereador Átila Ramos, apoiado pelo Vereador Dilon Vieira, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Coitinho. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio usaram da palavra os seguintes Vereadores: Tomé Flores Justificando requerimento de sua autoria, em que propõe moção de congratulações ao Dr. Sejalmo de Paula Nery, lembrou que é alvo, de forma sistemática, de denúncias do jornal Fato Novo. E, infelizmente, quando entrara na Justiça, para que o jornal comprovasse as denúncias, o Promotor, de maneira parcial, pedira o arquivamento da sua ação. Logo após o mesmo jornal publicara uma matéria mentirosa, com a mesma intenção difamatória, envolvendo o Dr. Sejalmo, Juiz de Direito, homem sério e trabalhador, além de popular. Por isto a moção de solidariedade. Continuando, informou que o Fundurbano já estava com verba liberada para o calçamento da rua São João. A verba só não havia sido ainda repassada ao Município por que a Prefeitura não enviara a documentação necessária. Recordando a palestra feita aqui pelo Dr. Rogério Ortiz Porto, Diretor da CONRIGS, acerca de enchentes do rio Caí, a convite da Associação do Bairro Navegantes, informou que, em contato com o mesmo, soube que está sendo feito um estudo sobre o rio, que provavelmente ficará pronto até fim de março e que está sendo liberada uma verba em torno de 4 milhões de cruzados, para aplicação neste exercício. Serão feitas obras em vários pontos do rio, com vistas a uma macrodrenagem, primeiro passo para o combate às cheias. Informou mais que, segundo declaração do mesmo Dr. Rogério Ortiz Porto, está praticamente liberada uma verba de 60 milhões de cruzados para a recuperação do Centro de Treinamento de Mecanização da Lavoura, em Capela. Também, por empenho dele, orador, e do Sr. Alzir Bach, Presidente do Diretório do PMDB, o Dr. Porto iria desenvolver esforços

para transferir a Escola Agrícola de São Leopoldo, para Capela. José Goulart - Comentou, contristado, a morte de uma criança, no Hospital desta cidade, por falta de anestesia. Dois jornais haviam relatado o fato. A mãe da criança fora salva por um milagre. Sugeriu a remessa de um ofício a CIMS para que seja contratado um anestesista para atender os segurados da Previdência Social. O Vereador Tomé Flores, em aparte, disse que deveriam ser propiciados recursos à família atingida para que ela possa recorrer à Justiça. Disse o Vereador Goulart que vai gestionar junto à Prefeitura para que envie ao órgão próprio a documentação que permitirá liberar recursos para calçar a rua São João. Respondendo a intervenção do Vereador Tomé Flores em sessão anterior, leu uma relação de ruas calçadas, especialmente na Vila Rica, num total de 27.494 m² de calçamento. Referiu também o asfaltamento do trecho da Padaria Princesa até a RS 122. Quanto à questão da chave da ambulância, que, segundo o Vereador Tomé, não teria sido encontrada na oportunidade de se fazer necessário o transporte de um doente, informou o Vereador Goulart que está procurando saber o que de fato aconteceu. Até agora nada descobrira. Dilon Vieira - Cumprimentou o Vereador Tomé Flores pelas anunciadas gestões relativas à transferência da Escola Agrícola de São Leopoldo para o CTML. Pediu o empenho do Vereador Goulart junto ao Executivo em favor da recuperação da estrada que liga Capela com Portão. A ponte caíra e a estrada estava intransitável. Sugeriu um contato do Secretário de Obras de São Sebastião do Caí com o de Portão, para repartirem a tarefa. Átila Ramos - Reforçou o pedido do Vereador Dilon Vieira com relação à ponte e estrada da antiga divisa Capela-Portão. Hoje a ponte já se situava no Município de Capela, em face da nova de finição de divisas. Solicitou ao Vereador Goulart que levasse a solicitação ao Secretário Nelson Peiter. Continuando, disse ter conhecimento de que, já há alguns meses, a Prefeitura recebera uma verba de 800 mil cruzados para a reconstrução da escola do Virador. Os prédios existentes, pertencentes ao Vereador Dilon Vieira, não mais satisfaziam as necessidades escolares. As aulas estavam por serem reiniciadas e não tinha conhecimento de abertura de concorrência para a construção desse prédio. Mais recentemente a Prefeitura também recebera 700 mil cruzados para a aplicação na Escola Victor Adalberto Kessler. Pediu ao Vereador Goulart que se informe acerca do recebimento desses valores e por que não foram aplicados. Declarou-se muito satisfeito com a

notícia da destinação de 60 milhões de cruzados para a recuperação do CTML. O Governo Pedro Simon estava em vias de completar o seu primeiro ano e lá no CTML continuava implantada uma "chacrinha" de servidores, a fazer o que bem entendiam. Estava a pleitear uma entrevista com o Delegado de Educação, para pleitear a implantação de 2º grau, com a transferência da Escola Agrícola de São Leopoldo para o CTML. Informou que a Destilaria Capela estava sendo desmontada e levada para São Paulo. O Vereador Goulart, em aparte, referiu a existência de uma destilaria no CTML, o que foi confirmado pelo orador. Concluiu o Vereador Átila Ramos fazendo a todos um apelo para que não se esqueçam de Capela de Santana. ORDEM DO DIA. Foi posto em segunda discussão e votação o projeto de lei de iniciativa da Presidência da Câmara que estrutura o Quadro de Servidores do Legislativo. Foi aprovado em 2ª votação, por unanimidade, em seus próprios termos. Foi posto em discussão e votação o projeto de resolução do Vereador Tomé Flores que altera disposições do Regimento Interno (sessões plenárias semanais, forma de tramitação das proposições, etc.). Foi lido parecer da Mesa, favorável à aprovação do projeto, que realmente foi aprovado, por unanimidade, em seus próprios termos. O Vereador Tomé Flores propôs que fosse discutido e votado nesta sessão o requerimento em que propõe moção de solidariedade ao Dr. Sejalmo de Paula Nery, a propósito de publicação feita pelo jornal Fato Novo. Na discussão da matéria, o autor renovou as justificativas do pedido, que foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Tomé Flores - Pediu a colaboração dos seus pares para o torneio de futebol sete, promovido pela Associação Comunitária Navegantes, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário. Torneio esse com o qual a Associação procura angariar recursos para auxiliar dois moradores carentes. Data do torneio: 19 de março. Quanto a calçamento de ruas, e respondendo ao Vereador José Goulart, disse que não é contra nenhum calçamento. Por outro lado, era inegável que muitos metros de ruas haviam sido calçados. Reclamava não o que fora feito mas sim o que não fora feito. Fora feito o calçamento para quem podia pagar. Pediam que sejam beneficiados, também, os que não podem pagar o calçamento. Afinal, entendia, que a nova pedreira, em grande parte fora aberta para isto. Eloy dos Santos - Comentou o caso da morte da criança por falta de anestesista. Era preciso tomar providências em relação a

este aspecto da assistência médica. Quanto aos médicos credenciados pela Previdência, expressou seu ponto de vista de que deveriam residir nesta cidade. Achava válido promover um movimento visando a um melhor e mais eficiente atendimento médico. Os Vereadores tinham de apoiar as reivindicações do povo. Pediu ao Sr. Presidente que se estude uma providência a esse respeito. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - Depois de ouvir tantas queixas e casos negativos, voltava-se para aspectos positivos. Para cá haviam sido canalizados, pela SEAC - Secretaria Especial de Ação Comunitária - auxílios em torno de um milhão, oitocentos e oitenta mil cruzados, destinados a nove entidades. O dinheiro já havia sido recebido há doze dias atrás. Disse que quando se luta e consegue resultados, fica satisfeito. Relembrou que há dois anos atrás todos os médicos haviam exercido pressão para a retirada da Dr^a. Ivone da Silva, que aqui prestava serviços como anestesista. Então os médicos eram culpados da situação. O Vereador Tomé, em aparte, disse que era preciso fazer denúncias à Justiça, para punição dos culpados. Continuou o Vereador Klein dizendo que os médicos são organizados e acostumados ao atual estado de coisas, que os beneficia. Fez um pedido ao líder do PDS para esclarecer por que a Secretaria da Saúde, criada em dezembro, ainda não foi instalada. Terça-feira houvera eleição de nova direção da CIMS, com a ausência de representantes da Prefeitura. A Direção anterior da CIMS desistira de continuar porque não conseguira levar a Prefeitura a participar do organismo. A Tesouraria da CIMS deveria obrigatoriamente ser exercida por indicação da Prefeitura. Em Bom Princípio e Feliz os serviços de saúde, a cargo do Município, estavam em pleno funcionamento. Em São Sebastião do Cai tínhamos um Prefeito médico, bela pessoa, que não dava condições de funcionamento à municipalização da saúde. O Vereador Reinholdo Klein reassumiu a Presidência. José Goulart - O Vereador Cilon Flores lembrara agora que não existe anestesista credenciado pelo INAMPS em São Sebastião do Cai. De forma que era oportuna a sugestão do Vereador Tomé, de se procurar, de uma forma ou outra, o credenciamento de um anestesista para atender, aqui, os segurados da Previdência. A respeito da Dr^a. Ivone, relatou um fato que teve como interveniente o Vereador Dilon Vieira que, por sugestão do Dr. Bruno Cassel, recomendou um doente à anestesia da Dr^a. Ivone e esta fora impedida de atuar no Hospital Sagrada Família, por injunção do corpo clínico. Anselmo Petry - A pro-

pósito de atendimento médico em São Sebastião do Caí, relatou que, em abril de 1987, a sua sogra quebrara uma perna. Aqui, no Hospital, haviam pedido 10 mil cruzados para fazer o atendimento. Levada sua sogra a Novo Hamburgo, um especialista de Porto Alegre, com renome no setor, cobrara 2.500 cruzados. Citou outro caso semelhante, envolvendo um rapaz. Tomé Flores - Achou as denúncias graves demais para que a Câmara fique apenas no registro dessas ocorrências. Era preciso tomar providências efetivas para encontrar soluções. Dilon Vieira - Disse que ia pular das queixas para um elogio. Em contato com o agente da Previdência Social soubera que, em breve, o INAMPS passará a atender 24 horas por dia, nesta cidade. Congratulou-se, também, com o Vereador Eloy dos Santos, porque fora atendido o seu requerimento, apoiado pela Casa, pleiteando a abertura das portas no turno da manhã, para obtenção de fichas de atendimento médico. Átila Ramos - Afirmou que os problemas de atendimento médico em São Sebastião do Caí são realmente muito sérios. Seguidamente vinha aqui, trazendo pessoas que batiam à sua porta. E assim tinha vivência desses problemas. Em Portão e Montenegro o atendimento era melhor. Lamentou a morte ocorrida no sábado anterior, em Capela de Santana, de um jovem de 21 anos, João Batista Coitinho. Relatou a ocorrência, comentando-a. Informou que, em recente contato com o Delegado Regional, Alvandi Oliveira, este lhe dissera que iria instalar uma Delegacia de Polícia em Capela. Realmente, Capela precisava urgentemente de uma DP, para acabar com o tóxico, que lá corre solto. Até nas escolas já estava circulando a maconha. A sessão foi encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 17 de março de 1988, às dezenove horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
JOSÉ CARLOS GOULART

.....
ANSELMO PETRY

V. Vieira

José Cilon Flores
.....
JOSE CILON FLORES

Tomé da Silva Flores
.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

Julio César Campani
.....
JULIO CÉSAR CAMPANI

Aloysio Ermedo Schneider
.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

.....
ANIBALDO PETRY

José Eloy dos Santos
.....
JOSE ELOY DOS SANTOS

-X-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 99ª sessão

ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 17 de março de 1988. Aos dezessete dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dillon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Aloysio Ermedo Schneider e Alfredo Oscar Kiefer, que reassumiu o mandato, por conclusão de licença. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada com ressalva do Vereador Tomé Flores quanto ao nome do Delegado Regional de Polícia, que é Alvandi Pereira Rodrigues e não como consta da ata. Assinada a ata, foi lida a Correspondência Recebida: Circular 2/88 da UVERGS - União dos Vereadores do Rio Grande do Sul, convidando a todos os Vereadores para a Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 do corrente, na Câmara Municipal de Passo Fundo. Ordem do Dia: apreciação das contas, reforma do Estatuto e autorização para a venda de bem imóvel. Ofício da Associação Ecológica Caa-Y, solicitando informações acerca do procedimento administrativo/legal referente ao abate de árvores no perímetro urbano. Ofício da Câmara Municipal de Salvador do Sul, comunicando a eleição e posse da sua nova Mesa. Carta do Sr. João Antônio Tonato, motorista da ambulância da Prefeitura, prestando esclarecimentos acerca das chaves da am-

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

bulância, que teriam desaparecido conforme fora declarado nesta Casa. Esclarece o Sr. Tonato que, ao sair da cabine da ambulância, após ter feito as anotações diárias, trancou a porta da ambulância, com as chaves dentro, sem querer. Em seguida comunicou o fato à Irmã Romi, do Hospital, e lhe pediu que, em caso de urgência, chamasse Montenegro ou Portão. Isto aconteceu numa sexta-feira ao anoitecer. Já na manhã de sábado, às 8h30min, estava disponível outra chave, feita em São Leopoldo. É o resumo do relato. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo que autoriza o Município a receber em doação uma área de terras para a Escola Municipal de Monjolo (Expediente PM 09/88-CM 29/88). Pedido de Informações do Vereador Reinhold Klein acerca do arrendamento do restaurante e da churrascaria situados no Parque Centenário e do pagamento da luz e água (Expediente CM 30/88). Pedido de Informações do Vereador Tomé Flores, solicitando um rol dos servidores municipais com espelho da sua situação funcional (Expediente CM 31/88). Pedido de Informações do Vereador Tomé Flores acerca da despesa feita pela Prefeitura com publicação no jornal Fato Novo (Expediente CM 32/88). Requerimento da Bancada do PMDB, propondo moção de congratulações com o Dr. Bruno Cassel, Prefeito Municipal, pelo transcurso de cinquenta anos de residência e clínica médica em São Sebastião do Caí (Expediente CM 33/88). Indicação do Vereador Tomé Flores sugerindo o calçamento de nove ruas da cidade. Indicação do Vereador Júlio Campani sugerindo que seja aterrada a rua Aquidaban, nas proximidades da residência do servidor municipal Luiz Francisco Machado. Indicação do Vereador Júlio Campani sugerindo a construção de dois "quebra-molas" na rua Oderich, nas imediações da Escola Municipal Coronel Pedro de Alencastro Guimarães. Indicação do Vereador Júlio Campani sugerindo a colocação de placas indicativas de velocidade, preferencial e pare, nas principais vias de acesso e cruzamento da cidade. Indicação do Vereador Anselmo Petry sugerindo a retirada de seixos (cascalhos) do arroio Cadeia. Indicação do Vereador Anselmo Petry sugerindo a recuperação de quatro estradas de São José do Hortênsio. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Tomé Flores: Inicialmente saudou o Vereador Oscar Kiefer, pela reassunção do mandato. Hoje tomara conhecimento de um fato que o fizera entender muitas coisas que estavam a acontecer. Fora alvo de críticas, de denúncias, de mentiras, de calúnias, em relação às quais estava buscando reparação através da Justiça. Segundo os jornais,

no início essas denúncias haviam partido do líder da Bancada do PDS, Vereador José Goulart, que as transmitira ao Promotor Público. Antes de qualquer averiguação, a primeira providência fora a divulgação pela imprensa, para que seu nome fosse enxovalhado, como se fora um ladrão. O que não era, pois que tinha a consciência muito tranqüila, o que os fatos estavam a comprovar. Mas agora entendera o motivo pelo qual isto tudo estava sendo feito: não era outra coisa senão política. E hoje isto mais uma vez ficara comprovado, pois, para seu espanto, a esposa do Promotor conseguira um emprego na Prefeitura. Isto num lugar como São Sebastião do Caí, onde pessoas, muitas com excelente qualificação, buscam emprego e não conseguem. Por incrível que possa parecer, a esposa do Promotor era funcionária da Prefeitura, cedida ao Grupo Escolar Felipe Camarão, como Secretária. Agora estava entendendo perfeitamente o que se procurava fazer com ele e o povo tinha de saber isto. Procurava-se enlamear o nome de uma pessoa somente por política, o que era lastimável. Como lastimável era que o Executivo se prestasse para isto, para política mesquinha, política suja. E perguntou se por isto, por um emprego na Prefeitura, o Promotor o estava atacando permanentemente. E o Executivo prestava-se a tanto. Esperava que essa denúncia fosse publicada pelo "Fato Novo", que se apresentava como defensor da moral. E este fato era imoral. Deveria ser noticiado, com imparcialidade.

ORDEM DO DIA. Foi objeto de discussão e votação o requerimento do Vereador Reinholdo Klein e da Bancada do PMDB que propõe u'a moção de congratulações com o Dr. Bruno Cassel pelo transcurso do cinqüentenário da sua chegada a São Sebastião do Caí (Expediente CM 33/88). Passando a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente Dilon Vieira, o Vereador Reinholdo Klein enalteceu a atuação e a vida do Dr. Cassel. Lembrou as dificuldades enfrentadas pelo jovem médico, há cinqüenta anos atrás, quando não havia a atual facilidade de transportes e muitos lugares somente eram atingidos no lombo de um cavalo ou a pé. Salientou que o Dr. Cassel, desde o início da sua atividade em nosso meio, sempre atendeu a todos, indistintamente, independentemente das suas condições. Os quatro mandatos de Prefeito demonstravam o quanto a comunidade local era grata ao Dr. Bruno Cassel. Sentia-se orgulhoso das relações que mantinha com o homenageado. A moção foi aprovada por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os Vereadores Átila Ramos e Dilon Vieira. Ambos associaram-se à homenagem ao Dr. Bruno

Cassel, pela sua presença, há cinquenta anos, em São Sebastião do Cai. Em nome da representação de Capela de Santana e do seu povo. A sessão foi encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos, depois de marcada a próxima para o dia 24 de março de 1988, às dezenove horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
JOSÉ CARLOS GOULART

.....
ANSELMO PETRY

.....
JOSÉ CILON FLORES

.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

.....
ALFREDO OSCAR KIEFER

.....
JOSE ELOY DOS SANTOS

-X-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 100ª ses-

são ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 24 de março de 1988. Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinhold Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Aloysio Ermedo Schneider e Alfredo Oscar Kiefer. Partido Democrático Trabalhista - Ve-

reador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Convite do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Sebastião do Caí para as comemorações do quadragésimo aniversário da entidade, no dia 26 de março corrente. Mensagem do Deputado Adolfo Oliveira, líder do Partido Liberal, transmitindo aos Vereadores o texto de duas emendas à Constituição, dispondo sobre eleições gerais. Circular da Câmara de Farroupilha pedindo apoio à sugestão no sentido de que seja inserida no texto constitucional a responsabilidade criminal do jovem a partir dos 16 anos, uma vez que lhe foi outorgada a capacidade eleitoral. Circular da Câmara de Carazinho, comunicando a eleição e posse da sua nova Mesa. Mensagem do Engº. Agrº. Jacob Christiano Selbach, oferecendo-se para acompanhar, como observador da Casa, um encontro em Guaíba, promovido pela Embrapa, para implantação de um programa estadual de fortalecimento das pequenas e médias propriedades. Para conhecimento da Casa foi lida a cópia do ofício nº 57/88, dirigido à direção do Hospital Sagrada Família, acerca da contratação de um médico-anestesiologista. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Vereador Júlio Campani que estabelece a exoneração do pagamento da tarifa na falta de troco nos serviços de transporte coletivo do Município e dá outras providências (Expediente CM 40/88). Indicação do Vereador Júlio Campani sugerindo ao Executivo a desobstrução de parte da rua Andrade Neves, entre as ruas Oderich e Cel. Guimarães. Indicação do Vereador Eloy dos Santos sugerindo ao Executivo a recuperação de alguns trechos do calçamento da rua do Parque. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador José Goulart - Contestou nota estampada por jornal, sob o título "Coxa Estadual", que lhe atribuiu informações que não teria prestado. Leu a nota, que se refere a "concursos internos... feitos nas coxas"... , na Caixa Econômica Estadual, "segundo informações que recebemos do ativo líder do PDS". Negou peremptoriamente que tenha dado informações ao referido jornal. Pediu à Mesa que transmitisse essa negativa à agência local da Caixa Estadual. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, o projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a receber em doação, de Alício Miguel Gossler e sua mulher, uma área de terras de 450 m², para a construção de uma escola em Monjolo (Expe

diente CM 29/88 - PM 09/88). Foi posto em discussão e votação o Pedido de Informações do Vereador Reinholdo Klein acerca do aluguel do Restaurante Kanto Verde e da Churrascaria Ferrinho, no Parque Centenário, e da cobrança das tarifas de água e luz (Expediente CM 30/88). Foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o Pedido de Informações do Vereador Tomé Flores que objetiva obter do Executivo uma relação dos servidores municipais, com dados constantes da respectiva ficha funcional (Expediente CM 31/88). Justificando o pedido, o Vereador Tomé Flores disse que o mesmo não representa qualquer desconfiança para com a administração municipal mas se relaciona diretamente com as obrigações do Vereador, que tem missão legislativa e fiscalizadora e precisa estar informado para poder informar quando interpelado pelos que o conduziram a esta Casa. Fazia o pedido para saber quantos servidores tem o Município, como e quando foram admitidos, qual a situação funcional de cada um e quanto o Município está gastando com a remuneração dos seus servidores. O Pedido foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o Pedido de Informações do Vereador Tomé Flores que busca saber qual a despesa da Prefeitura com a publicação, em jornal local, edição de 3 de março, acerca das realizações da atual administração (Expediente CM 32/88). O Vereador Tomé Flores detalhou a justificativa constante do pedido. O Vereador José Goulart declarou que, em matéria de dispêndios com a divulgação de realizações, era preciso rever um jornal especialmente editado pela administração anterior, com clichês do próprio Prefeito e Secretários, alguns dos quais candidatos a Prefeito. Nunca se cobrara do Executivo tal tipo de despesa. Por isto, era totalmente contrário ao requerimento do Vereador Tomé. Este redarguiu que se os Vereadores da legislatura anterior não quiseram reclamar de tal despesa, era problema deles. Ele, Vereador Tomé, procurava usar o seu direito. O que, na sua opinião, era dever de todos os Vereadores. O Vereador Goulart, replicando, negou que tivesse havido omissão. Já na atual administração, fora publicada uma reportagem sobre a inauguração da nova Pedreira Municipal, com clichê e tudo, e o Vereador Tomé, que então era do PDS, nada reclamara. Não tinha pois razão para reclamar agora. O Pedido de Informações foi aprovado, contra o voto do Vereador Goulart. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais usaram da palavra os seguintes Vereadores: Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - Aludindo do empenho do Estado, no senti-

do da unificação dos serviços de atendimento médico, informou ser muito provável a transferência da Unidade Sanitária da Secretaria da Saúde para junto do INAMPS; o que lhe parecia ser uma providência adequada. Tornou a lamentar o estado de poluição do Arroio Cadeia. Na próxima sessão iria propor pedido de providências à Secretaria da Saúde em relação aos curtumes, que lançam as águas dos seus tanques de curtimento, no Arroio Cadeia e outros mananciais hídricos, sem nenhum tratamento. Quando as águas baixavam, como nesta estiagem, ficavam escuras e os peixes morriam, evidenciando a poluição. Fez um apelo ao líder da Bancada do PDS para esclarecer se houve promessa de cedência de serventes a escolas estaduais, pois que estava sendo constantemente interpellado acerca de aprovação de projeto de parte da Câmara, sem que tivesse conhecimento de algo a esse respeito. O Vereador José Goulart, líder do PDS, em aparte, disse que, de fato, estava sendo feito um remanejamento de serventes, em decorrência do que, provavelmente, na próxima semana, seria encaminhado projeto de lei a esta Casa, criando novas vagas. O Vereador Klein prosseguindo, disse que, então, de fato, havia razão para as interpelações. Contratava-se uma pessoa para servir de secretária em escola estadual, enquanto faltavam serventes. Reassumiu o Vereador Klein a Presidência dos trabalhos. Tomé Flores - Disse que, como o Presidente, também havia recebido perguntas acerca de projetos em tramitação na Câmara. Era mais uma vez lamentável que o Executivo, para algumas coisas, para algumas pessoas, para alguns lugares, não dependia de tramitação de projeto na Câmara. O Executivo contratava, cedía, emprestava, dava de presente, fazia o que bem entendia. Já noutras circunstâncias, havia uma burocracia tremenda. Tinha de vir para a Câmara um pedido de autorização e, enquanto o assunto era resolvido, afirmava-se que a Câmara ainda não aprovara... Parecia uma brincadeira. Todo o Caí estava sabendo que fora gente contratada há poucos dias, para servir na Secretaria do Grupo Escolar Felipe Camarão. Enquanto isto, a Creche de Vila Rica não conseguia serventes. Era uma situação lamentável. Para algumas coisas, o Executivo não precisava da Câmara. Já para outras, principalmente quando envolviam qualquer problema, jogava-se a questão sobre a Câmara de Vereadores. Júlio Campani - Manifestou-se mais uma vez acerca de uma possível extinção da Caixa Econômica Estadual ou da sua fusão com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O assunto preocupava não só o corpo de funcionários da Caixa como também os cli-

entes. De passagem ressaltou que três de cada cinco gaúchos mantêm conta na Caixa Estadual. A sua preocupação era baseada numa declaração do Diretor da Área de Fiscalização do Banco Central, Dr. Tupi Caldas de Moura, gaúcho, no sentido de que, se os funcionários das Caixas Estaduais existentes no País, hoje, ficassem em casa, sem trabalhar, seria um negócio altamente rentável, tanto para as Caixas como para os Governos Estaduais. Uma incongruência, um pronunciamento irresponsável. Ontem havia sido veiculado um "apedido" no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, onde a Associação dos Servidores da Caixa fazia uma manifestação de repúdio a esse cidadão. Felizmente o Senador Carlos Alberto Chiarelli manteve um contato com esse funcionário do Banco Central, obtendo a informação de que a Caixa não será fundida nem extinta, a não ser que a Assembléia Legislativa do Estado assim o resolva. Por isto, propôs a expedição, em caráter de urgência, de um telegrama ao Deputado Germano Rigotto, presidente de uma comissão pluripartidária que irá ter uma audiência com a Diretoria do Banco Central, ocasião em que será apresentado, como argumento maior, o último balanço da Caixa, que registra um lucro de 2 bilhões e 275 milhões de cruzados, além de outros documentos que provam a viabilidade da Caixa e a sua fundamental importância para a pequena e média empresa, para o pequeno e médio agricultor e para o pequeno e médio depositante. Pediu que o telegrama seja feito em nome da Câmara, com o apoio dos líderes, representando todos os edis. E a pedido de todos os funcionários da Caixa. Quanto a estes, disse que, se deles depender, jamais a Caixa será extinta ou fundida com o Banrisul, porque as áreas de atuação são diferentes e a proposta é diferente. José Goulart - Voltando ao assunto das serventes de escolas esclareceu, em especial ao Vereador Tomé Flores, que de fato iam ser feitas contratações, na semana anterior. Em vista de problemas com os remanejamentos, estava sendo feito um levantamento para saber quantas serventes terão de ser contratadas, dependendo disto a remessa a esta Casa de projeto criando mais cargos. Informou, também, que a Creche de Vila Rica, objeto de preocupação do Vereador Tomé, terá domésticas e terá professoras, assim como outras escolas irão ser atendidas. Quanto à esposa do Promotor, cedida para trabalhar na Secretaria do Grupo Escolar, seria paga com verbas repassadas pelo Programa Educar (ex-Mobral). Não se tratava de servidora municipal. O repasse dessa verba poderia ser suspensão, sem nenhum envolvimento da Prefeitura. O Grupo Es

Chiarelli

mento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Aloysio Ermedo Schneider e Alfredo Oscar Kiefer. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade, com uma ressalva do Vereador Júlio Campani quanto à entidade por ele citada na sessão de 24 de março, a Associação de Gerentes da Caixa Estadual e não Associação dos Servidores, como consta da ata. Correspondência Recebida: Ofício 54/88 do Prefeito Dr. Bruno Cassel, agradecendo, sensibilizado, a moção de congratulações aprovada pela Câmara, pelo transcurso dos cinquenta anos da sua fixação em São Sebastião do Caí, no exercício da medicina. Ofício 23/88, do Dr. Adalberto de Oliveira Vargas, Promotor de Justiça, solicitando cópia de um pronunciamento do Vereador Tomé Flores, em sessão de 17 de março de 1988. Ofício-circular 3/88, da Comissão de Estudos Municipais da Assembleia Legislativa do Estado, convidando os Srs. Vereadores para uma reunião, a 14 de abril, no Auditório da Assembleia, em que serão prestados esclarecimentos pertinentes à remuneração dos Prefeitos e Vereadores, sob a coordenação do Superintendente do Tribunal de Contas do Estado. Ofício 56/88 do Executivo Municipal solicitando dilatação do prazo para resposta a pedido de informações do Vereador Tomé Flores, aprovado pelo plenário e referente à remuneração e situação funcional dos servidores municipais. Circular 3/88 da Câmara de São Francisco de Assis, pedindo apoio a proposição relacionada com o atraso nas remessas de carnês de pagamento aos aposentados rurais. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que eleva de 25 para 28 o número de funções de "doméstica" do Quadro de Pessoal Temporário Contratado de que trata o Decreto nº 617/81 e suas posteriores alterações (Expediente CM 43/88 - PM 11/88). Requerimento da Bancada do PMDB propondo o envio de u'a Moção de Solidariedade ao Exmº. Sr. Deputado Antenor Ferrari, Secretário da Saúde do Estado, pelos relevantes serviços que vem prestando naquela Secretaria, ao arrepio de declarações objeto de divulgação nos últimos dias. Propõem, ainda, o envio de cópia da moção ao Exmº. Sr. Governador Pedro Simon (Expediente CM 44/88). Requerimento do Vereador José Goulart, apoiado por seis Vereadores, propondo voto de pesar pelo falecimento da Srª. Dolores Blauth Gailhard. Indicação do Vereador Reinholdo Klein sugerindo ao Executivo o calçamento da rua em Conceição, que liga o povoado à RS 122

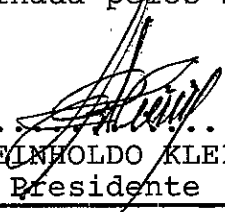
Oradores: Como único orador inscrito, falou o Vereador José Goulart. Fez alusão à leitura, entre os projetos recebidos do Executivo, do que cria mais três cargos de domésticas, o qual havia sido motivo de indagações de Vereadores na sessão anterior. Informou que, na segunda-feira anterior, viera a esta cidade uma senhora chamada Conceição, da 2ª Delegacia de Educação, que proibira a presença de professoras do Município no Grupo Escolar Felipe Camarão, porque as professoras estaduais estavam reclamando as vagas, já que, por efeito de remanejamento, tinham de lecionar em Conceição, Vila Rica, Lajeado, etc. As professoras municipais haviam sido cedidas ao Grupo Felipe Camarão a pedido da Diretora desse estabelecimento. Face à interferência da funcionária da DE, tais professoras haviam sido removidas para outras escolas estaduais, da periferia da cidade. A medida somente atingira o Grupo Escolar Felipe Camarão mas poderia ser estendida a outras escolas. A Secretaria Municipal de Educação iria publicar esclarecimento a esse respeito, o que informava para que, desde já, os seus pares estivessem a par da ocorrência. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão e votação o projeto de lei do Vereador Júlio Campani que estabelece a exoneração do pagamento da tarifa na falta de troco nos serviços de transporte coletivo permissionados pelo Município (EXpediente CM 40/88). Foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. Na discussão do requerimento em que a Bancada do PMDB propõe moção de solidariedade ao Deputado Antenor Ferrari, Secretário da Saúde e do Meio Ambiente, pelos relevantes serviços que vem prestando naquela Secretaria de Estado, ao arrepio de declarações divulgadas ultimamente, o Vereador Eloy dos Santos ponderou que se trata de assunto interno do PMDB e que não iria se manifestar a esse respeito. Por maioria de votos foi aprovada a moção e a remessa de cópia ao Sr. Governador do Estado. O Vereador Tomé Flores requereu a discussão e votação do projeto de lei do Executivo que eleva de 25 para 28 o número de domésticas do Quadro de Pessoal Temporário Contratado da Prefeitura (EXpediente CM 43/88-PM 11/88). Aprovada a tramitação em regime especial, passou-se à discussão do projeto. O Vereador Eloy dos Santos apoiou a sugestão do Vereador Tomé Flores, que propôs fornecer de imediato ao Executivo o instrumento necessário à admissão de doméstica para a Creche de Vila Rica, em vésperas de inauguração. Respondendo a pergunta do Vereador Eloy dos Santos, o Vereador José Goulart informou que a Creche de Vila Rica vai ter quatro domésti-

cas cedidas pelo Município, além das professoras. Uma já fo
ra designada e a indicação das outras três estava na depen
dência da criação de mais cargos. Na votação, o projeto de
lei foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em
explicações pessoais fizeram uso da palavra os seguintes Ve
readores: Anselmo Petry - Disse que a Empresa Caiense de Ô
nibus vem atendendo muito bem a linha de São José do Hortên
sio mas que, nos últimos quinze dias desistira de oferecer
condução aos colegiais à noite, que vêm estudar nesta cida
de. Os estudantes haviam insistido com a empresa em favor
da permanência da linha, sem resultado. Fora, então, freta
da uma "kombi", que passara a fazer o transporte, com defi
ciências porque pequena. Pouco depois de duas semanas, sem
qualquer aviso, a Caiense restabelecer a linha, para sur
presa dos usuários. Dilon Vieira - O povo de Capela estava
muito satisfeito, declarou, por dispor de médico diariamen
te. Agradeceu ao Dr. Barbisan e ao Sr. Secretário da Saúde
pela instalação desse serviço em Capela. O Vereador Átila
Ramos disse que, iniciativas como esta, justificavam a mo
ção de solidariedade ao Dr. Antenor Ferrari, aprovada na Or
dem do Dia. O Vereador Dilon Vieira, concluindo, também ma
nifestou satisfação pela realização de obras em Capela, al
gumas objeto de indicações de sua autoria. Citou especial
mente a abertura de uma rua na Vila Mentz. Átila Ramos - Pe
diu apoio ao líder da Bancada do PDS em favor da reconstru
ção da ponte da divisa entre Capela e Portão. A obra não en
volvía dificuldade. Haveria, inclusive, o fornecimento de
três toras de eucalipto, de parte dos usuários. Agradeceu o
trabalho de máquinas da Prefeitura em Capela. Fora executa
do um excelente trabalho, há muito tempo esperado. Técnicos
da CORSAN iriam a Capela no dia seguinte, para examinar os
problemas da rede hidráulica, que a Prefeitura praticamente
abandonara, depois da assinatura de convênio com a referida
companhia. O problema de comunicação telefônica estava sen
do estudado. Um telefone rural custaria mais ou menos seis
centos mil cruzados. Perguntou com quanto o Município pode
ria ajudar nessa despesa, para a qual haveria também contri
buições do Estado e da própria comunidade. A sessão foi en
cerrada às vinte horas e cinquenta minutos, depois de marca
da a próxima para o dia 14 de abril de 1988, às dezenove ho
ras e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, li
da em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pe
los Srs. Vereadores.

cargo da Dra. Elizabeth dos Santos Leitão, Secretária Municipal da Saúde, cargo criado em dezembro último, com aprovação desta Casa. Correspondência Recebida: Ofício do Prefeito Dr. Bruno Cassel, respondendo a pedido de informações do Vereador Tomé Flores acerca da despesa feita pela Prefeitura com publicação no jornal Fato Novo. Manifesto pró eleições diretas em 1988, assinado por 52 Deputados da Assembléia Legislativa do Estado. Ofício do Prefeito Dr. Bruno Cassel, convidando o Presidente da Câmara para uma reunião na Prefeitura, no mesmo dia, às 18 hs., para tratar da realização da Festa da Bergamota. Circulares das Câmaras de São Borja e Tramandaí, comunicando a eleição e posse das suas novas Mesas.

Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a dar em concessão de uso remunerada, através de concorrência pública, os bens imóveis que descreve desapropriados da Sociedade Esportiva e Cultural União (Expediente CM 47/88-PM 10/88). Projeto de lei do Executivo Municipal, que autoriza o mesmo a conceder um auxílio à Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí e a abrir o respectivo crédito suplementar (Expediente CM 48/88-PM 12/88). Projeto de lei do Executivo Municipal alterando as tabelas dos Planos de Pagamento dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas (Expediente CM 49/88-PM 13/88). Projeto de lei do Executivo Municipal alterando a tabela de remuneração do Quadro de Empregos da Prefeitura (Expediente CM 50/88-PM 14/88). Projeto de lei do Presidente da Câmara alterando as tabelas de remuneração dos Quadros de Servidores da Câmara Municipal (Expediente CM 51/88). Oradores: Como único orador inscrito, o Vereador Tomé Flores propôs a discussão e votação imediata dos projetos de leis que dispõem sobre o reajustamento dos servidores municipais, a fim de evitar atraso na confecção das folhas de pagamento. Com a informação da Presidência, de que não haveria problema quanto a isto, o Vereador Tomé retirou a proposta. Sem matéria para a ORDEM DO DIA, passou-se às EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Falaram os seguintes Vereadores: Átila Ramos - Disse alegrar-se com a disposição do Executivo, de conceder aos servidores não o reajustamento que merecem mas o que a Prefeitura estava em condições de dar. Isto segundo a própria justificacão do Executivo ao projeto. Insistiu na necessidade de recuperaçãõ imediata da ponte da antiga divisa entre Capela de Santana e Portão. Os usuários estavam prontos a contribuir, oferecendo as toras necessárias à obra de recuperaçãõ. A ponte caíra porque fora muito mal feita.

Recebia constantes pedidos de providências a esse respeito. Apelou, mais uma vez, ao líder da Bancada do PDS em favor de empenho junto ao Executivo. Não fora pedir auxílio em Portão onde com certeza seria atendido, para não menosprezar o Município de São Sebastião do Caí. Dilon Vieira - Reforçou as queixas e pedidos do Vereador Átila Ramos. A respeito da ponte da divisa com Portão, falara com o Secretário de Obras de Portão, Sr. Dely de Freitas, que se dispusera a colaborar. Eloy dos Santos - Acerca do projeto de reajustamento dos servidores municipais, afirmou que pode ter sido bem estudado mas que cabe ponderar que cinquenta por cento para todos pode não ser muito para quem ganha mais mas é pouco para quem ganha pouco. Defendeu a adoção, no futuro, de percentuais decrescentes, como na CORSAN, onde o menor padrão foi reajustado em 110%, enquanto o mais elevado recebeu 65%. Fez um apelo ao Executivo para que no futuro procure ouvir os Vereadores, pela colaboração que podem oferecer e não por simples motivos de promoção pessoal destes. José Goulart - Quanto ao problema da ponte Capela - Portão, informou que manteve contato com o Sr. Dely de Freitas, Secretário de Obras de Portão, que estava disposto a auxiliar na recuperação da ponte mas lutava com falta de mão-de-obra. Como aqui. De qualquer forma, voltaria a tratar do assunto junto ao Executivo. Quanto à sugestão do Vereador Eloy dos Santos, iria transmiti-la ao Executivo. Júlio Campani - Endossou as palavras do Vereador Eloy dos Santos com relação ao reajustamento dos servidores. Reportou-se a pronunciamentos anteriores, desde quando assumira a presidência da CGP, defendendo aumentos autônomos para os cargos de menor remuneração. Aumentos escalonados ou diferenciados, para beneficiar quem ganha menos. Também informou que fora procurado por moradores desta rua - Pinheiro Machado - que pleiteavam o aterro do terreno ao lado da descida para a antiga barca, para facilitar a sua ocupação como área de lazer. Eloy dos Santos - Igualmente fora procurado por moradores desta rua. Por isto reforçava o pedido do Vereador Campani. A sessão foi encerrada às vinte horas e quarenta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 21 de abril de 1988, às dezenove horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....

REINHOLDO KLEIN
Presidente

ciações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, acompanhada de cópia do projeto de lei que regulamenta as eleições municipais de 1988. Circular 2/88 da Câmara de Esteio pedindo manifestação junto ao Ministério de Minas e Energia contra os aumentos abusivos de energia elétrica em nosso Estado. Circular 1/88 da Câmara de Porto Alegre pedindo manifestação contra a prorrogação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores e em favor de eleições para Presidente em 1988. Mensagem da Frente Municipalista Nacional, versando aspectos do Sistema Tributário Nacional, na oportunidade em que tal matéria é tratada na Assembléia Nacional Constituinte. Ofício do 1º Promotor Público da Comarca, agradecendo cópia da ata da sessão de 17 de março e reiterando pedido de certidão de inteiro teor do pronunciamento, naquela sessão, do Vereador Tomé Flores. Mensagem promovendo o III Congresso Nacional de Funcionários e Assessores de Câmaras Municipais, a ser realizado de 7 a 9 de julho em Campina Grande, Paraíba. Circular da Câmara de Campo Bom comunicando a eleição e posse da sua nova Mesa. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a abrir um crédito suplementar na importância de Cz\$ 1.100.000,00, para cobrir as despesas com a IX Festa da Bergamota e dá outras providências (Expediente CM 52/88-PM 15/88). Substitutivo do Vereador Júlio César Campani ao projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí a firmar convênio com o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para a construção de habitações populares, pelo Programa Mutirão da Moradia e dá outras providências (Expediente CM 53/88). Requerimento do Vereador Tomé da Silva Flores propondo seja transmitida u'a Moção de Congratulações à Secretaria da Segurança Pública, à Chefia de Polícia, ao Comando Geral da Brigada Militar do Estado, ao Delegado de Polícia de São Sebastião do Caí e ao Comando do Pelotão Policial da Brigada Militar, pelo transcurso do Dia do Policial (Expediente CM 54/88). Requerimento do Vereador Tomé da Silva Flores propondo seja transmitida à egrégia Assembléia Legislativa do Estado u'a Moção de Solidariedade ao "Manifesto dos Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul Pró Eleições Diretas 88" (Expediente CM 55/88). Indicação do Vereador Alfredo Oscar Kiefer sugerindo ao Executivo a sinalização das principais ruas e estradas de São José do Hortênsio, nas proximidades das escolas. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Júlio Campani. Assinalou o significado do dia 21 de abril para a Nação brasileira

ra: a morte de Tiradentes, o fim da agonia do Presidente Tancredo Neves em 1985 e o 28º aniversário da inauguração de Brasília, recentemente declarada Patrimônio da Humanidade.

ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão e votação o projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a dar em concessão de uso remunerada, através de concorrência pública, os bens imóveis desapropriados da Sociedade Esportiva e Cultural União, de Vila Rica (Expediente CM 47/88-PM 10/88). Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão e votação o projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a conceder um auxílio à Associação dos Servidores Municipais e a abrir um crédito suplementar de Cz\$ 500.000,00, sob condição (Expediente CM 48/88-PM 12/88). Aprovado por unanimidade. Foram postos em discussão e votação os Expedientes CM 49 (PM 13/88), 50 (PM 14/88) e 51/88, que reajustam em 50% os vencimentos, salários, proventos e pensões dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas. Foram aprovados por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento CM 54/88, em que o Vereador Tomé Flores propõe moção de congratulações com os órgãos da Polícia Civil e Militar, pelo transcurso do Dia do Policial, que se comemora nesta data, já que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é o patrono dos aludidos órgãos. O autor da proposta complementou a justificação e disse que Polícia gaúcha é uma das mais mal pagas do País. Prestou homenagem especial aos que nesse dia estão em atividade e àqueles que tombaram no cumprimento do dever. A moção foi aprovada por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento CM 55/88, em que o Vereador Tomé Flores propõe moção de solidariedade ao "Manifesto dos Deputados Estaduais Pró Eleições Diretas 88". O Vereador Tomé Flores, analisando a situação nacional, que qualificou de caótica, ressaltou a oportunidade do pronunciamento dos Srs. Deputados Estaduais. O Vereador Eloy dos Santos disse que é hora de os representantes do povo tomarem posição a favor não só das eleições municipais mas de eleições gerais. O próprio Sr. Governador Pedro Simon dissera, há dias, que o finado Presidente Tancredo Neves falara em mandato de transição de quatro anos. Manifestou-se contrário a um mandato-tampão, de dois anos, que chegou a ser cogitado para os Municípios, a partir do término do atual período.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicação pessoal, o Vereador Júlio Campani pediu ao líder da Bancada do PDS que sugira ao Secretário Municipal da Fazenda que o próximo reajustamento dos servidores municipais seja negociado com os Vereadores, com vistas à adoção dos critérios por ele de-

Tomé Flores

fendidos já há três anos, de aumentos por classes de rendi-
mentos, de modo que, sem aumento da despesa geral, sejam fa-
vorecidos os servidores que ganham menos. Átila Ramos - Pe-
diu mais uma vez ao líder da Bancada do PDS que interceda em
favor das reivindicações de Capela de Santana. Referiu-se,
em especial, à ponte da divisa entre Portão e Capela, cuja
interrupção estaria obrigando os motoristas a fazerem uma
volta de cinco quilômetros. Não era contrário à realização
da Festa da Bergamota. Era favorável. Mas estava a constatar
a entrada, nesta Casa, de pedido de suplementação de verba
no valor de um milhão e cem mil cruzados. Enquanto isto ale-
gava-se a falta de recursos para desapropriar uma área de
três hectares em Capela, para atender às necessidades de mo-
rar das pessoas mais necessitadas. Quanto ao abastecimento
de água de Capela, a CORSAN assumira o serviço, de direito,
por força de um convênio celebrado com a Prefeitura de São
Sebastião do Caí. Mas, na prática, ainda não tomara conta
do serviço. A Prefeitura de São Sebastião do Caí deixara
dois homens cuidando das bombas e nada mais. E o que aconte-
ceria se falhasse o motor? Os moradores de Capela não pode-
riam ficar sem água. Dilon Vieira - Apoiou as palavras do
seu colega Átila Ramos em relação aos problemas de Capela de
Santana. Quanto à ponte da divisa Portão-Capela, mantivera
contato com a Secretaria de Obras de São Sebastião do Caí e
lhe haviam garantido que até o dia anterior, quarta-feira, a
obra seria iniciada. Por isto, confiante, aguardava as provi-
dências nesse sentido. A sessão foi encerrada às vinte horas
e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 28
de abril de 1988, às dezenove horas e trinta minutos. Para
constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada confor-
me e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

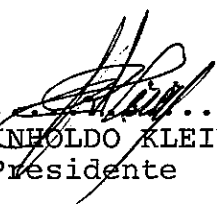
.....
JOSÉ CARLOS GOULART

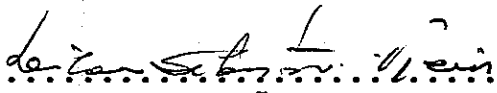
.....
ANSELMO PETRY


rindo empenho junto ao Sr. Ministro de Minas e Energia em favor da liberação do uso de óleo diesel ou do gás de cozinha para os táxis. Circulares das Câmaras de Estância Velha, São Gabriel e Sant'Ana do Livramento, comunicando a eleição e posse de suas novas Mesas. Mensagem do Sr. Hélio Gailhard, agradecendo, em seu nome e de seus familiares, a mensagem de pesar pelo falecimento da sua esposa. Exemplar de "Saúde em Construção", veículo de divulgação da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente. Proposições Recebidas: Requerimento do Vereador Anselmo Petry propondo seja oficiado ao DAER pleiteando a instalação de placas indicativas da direção de São José do Hortêncio no trevo da RS 122 com a estrada do Chapadão (Expediente CM 57/88). Requerimento da Bancada do PDS propondo a realização de uma sessão solene da Câmara para entrega de títulos de cidadania caiense aos Srs. Egon Schneck e Dr. Sérgio Borgatto e às Srãs. Maria das Mercês Rey Cassel e Maria Júlia Felippsen (Expediente CM 58/88). Requerimento do Vereador José Eloy dos Santos propondo a realização de uma sessão solene da Câmara para assinalar o transcurso do Centenário da Bolição da Escravatura e a designação do Vereador Júlio César Campani como orador oficial da solenidade (Expediente CM 59/88). Requerimento do Vereador José Eloy dos Santos, apoiado pelo Vereador Tomé da Silva Flores, propondo voto de pesar pelo falecimento da Srã. Guiomar Henrique da Silva. Oradores: Não houve inscrições. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a abrir um crédito suplementar na importância de Cz\$ 1.100.000,00, para cobrir as despesas com a IX Festa da Bergamota e dá outras providências (Expediente CM 52/88-PM 15/88). Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o substitutivo do Vereador Júlio Campani ao projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí a firmar convênio com o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para a construção de habitações populares, pelo Programa Mutirão da Moradia e dá outras providências (Expediente CM 53/88). Aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Reinholdo Klein (depois de passar a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - Saudou cordialmente a presença, entre a assistência, dos Srs. Rudy Schroer, Presidente da Câmara de Feliz, Vereador Pedro Canísio Winter e Orestes Gabardo, suplente de Vereador, destacando a presença do Sr. Ernesto Saraiva, Gerente de Recursos Materiais da Fundação IBGE, em Porto Alegre. Agradeceu a

adivida

visita dessas personalidades, que aqui vieram tratar de problema de divisas entre Feliz e São Sebastião do Caí, envolvendo a localidade de Roncador. Reassumiu o Vereador Klein a direção dos trabalhos. Tomé Flores - Disse que, no domingo anterior, a localidade de Conceição fora palco de um fato que entristecera aquela comunidade por efeito do atropelamento e morte de um jovem na antiga faixa, agora rua municipal, com o nome do falecido Vereador Nelson Hoff, até hoje ainda não aposto em nenhuma placa indicativa. Pediu o interesse do líder da Bancada do PDS para as condições daquela rua, asfaltada mas em precárias condições, a ponto de poder ser usada como pista de motocross. Aliás, em comemoração ao segundo aniversário da denominação da rua Nelson Hoff, seria o caso de ali se colocar uma placa indicativa, ao mesmo tempo que se providencie no fechamento dos buracos no asfalto. Caminhando pelo Bairro Navegantes, encontrara diversas ruas não calçadas, num estado lastimável, coincidentemente na zona mais pobre, onde os moradores não podem pagar o calçamento. Citou a rua Aquidaban como simplesmente intransitável. A sessão foi encerrada às vinte horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 5 de maio de 1988, às dezenove horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.


.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

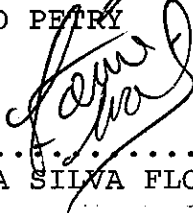

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente


.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário


.....
JOSÉ CARLOS GOULART


.....
ANSELMO PETRY


.....
JOSÉ CILON FLORES

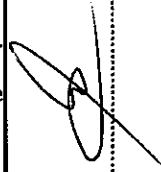

.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

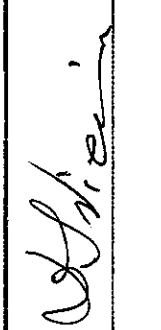

.....
JÚLIO CÉSAR CAMPARI


.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER


.....
ALFREDO OSCAR KIEFER


.....
JOSÉ ELOY DOS SANTOS







CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 105ª sessão ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 5 de maio de 1988. Aos cinco dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Dilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício 176/88, da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo - FEEVALE, cumprimentando pela passagem de mais um aniversário de emancipação política deste Município, comemorado em 1º de maio. Ofício do Senador Aureo Mello pedindo o pronunciamento desta Casa sobre o projeto de sua autoria que prorroga até 1º de janeiro de 1990 os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores e até 15 de março de 1989 o mandato do Presidente da República. Convite do Dr. José Bachieri Duarte para o ato de sua posse nas funções de Secretário Especial de Comunicação Social do Estado. Circular do Centro de Professores do Estado, acompanhada de diversos documentos relativos ao Quadro de Professores por Escola - QPE e manifesto em defesa da escola pública e contra a municipalização do ensino. Circular da Câmara de Marau pedindo apoio a uma análise da "situação agrícola e suas conseqüências na economia". Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a conceder permissão para a construção de supermercado com área superior a 100 m², na Zona ZR3, constante do Plano Diretor (Expediente CM 61/88-PM 16/88). Projeto de decreto legislativo, de autoria do Vereador Reinholdo Klein, que autoriza a assinatura de termo de convênio com a Câmara Municipal de Feliz, para início de processo de anexação da localidade de Roncador àquele Município (Expediente CM 62/88). Requerimento do Vereador Eloy dos Santos propondo u'a moção de congratulações com o Vereador Benjamin Alves

Barreto, da Câmara de Montenegro, pela reapresentação de um projeto de lei dispondo sobre a dispensa do pagamento de passagem às pessoas de mais de sessenta anos (Expediente CM 63/88). Indicação do Vereador Eloy dos Santos sugerindo ao Executivo a instalação de rede de iluminação pública na estrada de Pareci Velho que começa na junção das SSC 412 e 413 e vai até o rio Caí, reiterando indicação feita em 25 de setembro de 1985. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio usaram da palavra os seguintes Vereadores: Tomé Flores - Acusou a presença, entre a assistência, do Dr. Paulo Caye, Prefeito Municipal de Feliz, do Sr. Rudi Schroer, Presidente da Câmara do vizinho Município, do Sr. Orestes Gabardo, suplente de Vereador, e do Sr. Paulo Mertins, Secretário de Administração de Feliz, aos quais dirigiu saudação. Aproveitando a presença do Dr. Paulo Caye, que é médico, aludiu ao problema da remoção de pessoas falecidas por acidente ou homicídio, até Porto Alegre, para exame de necropsia. A liberação dos cadáveres ocorria, em média, 12 a 15 horas depois da entrada na repartição. Essas circunstâncias traziam, como era evidente, enormes transtornos e problemas às famílias envolvidas. Os Drs. Marco Aurélio Barros da Silva e Ivone Soares da Silva já eram credenciados pelo Instituto Médico Legal e, com a abertura de um posto deste órgão na região, poderiam fazer as necropsias em menos tempo. Sugeriu uma reunião de pessoas e entidades representativas de Montenegro, Feliz, Bom Princípio, Portão, etc., além de São Sebastião do Caí, para organizar um movimento como em Novo Hamburgo, onde recentemente fora instalado um órgão regional do IML e onde estavam sendo atendidas as cidades que haviam participado do movimento. Ainda com relação à área social, pediu informações ao líder da Bancada do PDS acerca do Serviço de Assistência da Prefeitura. Disse que tanto ele quanto o Vereador Eloy dos Santos, assim como outros, passam trabalho quando necessitam do referido serviço, para socorrer pessoas carentes, fornecimento de caixões, etc., principalmente nos fins de semana. Esses serviços deveriam ser mais consistentes e de mais fácil acesso. Comentou a aquisição, por um fazendeiro paulista, de um automóvel Mercedes Benz, por 60 milhões de cruzados. O que classificou de vergonha face à situação econômica e financeira do País, onde poucos teriam tanto e muitos tão pouco ou nada. Registrou a passagem do Dia Mundial do Futebol, o esporte das multidões e uma das poucas alegrias e diversões ainda acessíveis, em termos, a grandes camadas da população. Cumprimentou todos os que

trabalham em favor do desenvolvimento do esporte. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o requerimento do Vereador Anselmo Petry propondo seja oficiado ao DAER pleiteando a instalação de placas indicativas da direção de São José do Hortêncio no trevo da RS 122 com a estrada do Chapadão (Expediente CM 57/88). Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento da Bancada do PDS propondo a realização de uma sessão solene para entrega dos títulos de cidadania caiense (Expediente CM 58/88). Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento do Vereador Eloy dos Santos propondo a realização de uma sessão solene para assinalar o transcurso do Centenário da Abolição da Escravidão e a designação do Vereador Júlio Campani como orador oficial da solenidade (Expediente CM 59/88). Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento em que o Vereador Eloy dos Santos propõe u'a moção de congratulações com o Vereador Benjamin Alves Barreto, da Câmara de Montenegro, pela reapresentação de um projeto de lei dispondo sobre a dispensa do pagamento de passagens às pessoas de mais de sessenta anos (Expediente CM 63/88). O Vereador Eloy dos Santos justificou a sua proposição, ressaltando os bons efeitos da lei de sua iniciativa, já há meses em vigor e que há dias ainda fora elogiada por um gerente de empresa de ônibus. O requerimento do Vereador Eloy dos Santos foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. EXPLICAÇÕES PESSOAIS.

Em explicações pessoais, falaram os seguintes Vereadores:

José Goulart - Em nome da Bancada do PDS saudou o Sr. Prefeito Municipal e os Vereadores do Município de Feliz, pela sua presença. Informou aos Vereadores Átila Ramos e Dilon Vieira que parte do material para a ponte da divisa de Capela com Portão já fora depositada no local. O cimento não fora para lá levado, por falta de cobertura própria. Pediu o empenho dos dois Vereadores junto à Secretaria de Obras do Município de Portão, que concordara em executar as obras, com o material fornecido pela Prefeitura de São Sebastião do Caí. Quanto à assistência social, questão ventilada pelo Vereador Tomé Flores, disse que a verba para auxiliar na aquisição de caixões mortuários é pequena mas existe. A Drª. Elizabeth dos Santos Leitão fora nomeada Secretária de Saúde do Município e estava assumindo o controle da assistência social. Atendia todas as manhãs em Capela de Santana e à tarde, em dias determinados, na Creche do Círculo Operário e na Creche da Vila Rica. Assim, a Assistência Social, no Município, estava em fase de reorganização e prestando serviços aos ne-

cessitados, dentro das possibilidades ao seu alcance. Átila Ramos - Saudou os visitantes. A respeito da ponte na divisa Capela-Portão, agradeceu ao Vereador José Goulart e ao Secretário de Obras Nelson Peiter as providências em andamento. Agradeceu ao Prefeito Dr. Bruno Cassel a designação da Dra. Elizabeth Leitão para atender diariamente a população carente de Capela. Tratava-se de pessoa muito dedicada, de uma criatura maravilhosa. Agradeceu o auxílio dado a um casal necessitado de Capela, conforme relato do Vereador Goulart. E concluiu que, assim, com a colaboração de todos, se caminhava para enfrentar os graves problemas de Capela, nos campos da educação, da saúde, da alimentação, etc. Dilon Vieira Saudou os visitantes. Expressou satisfação à vista da notícia, transmitida pelo Vereador Goulart, acerca da remessa de material para a reconstrução da ponte da divisa Capela-Portão. Apoiou as considerações do Vereador Átila Ramos com referência à atuação, em Capela, da Dra. Elizabeth Leitão. Quanto à Sub-Unidade Sanitária de Capela contava, também, com os serviços de uma enfermeira formada. Por fim, lembrou a passagem de mais um aniversário do fim da 2ª Guerra Mundial, a 8 de maio de 1945. Na época, estava prestando serviço militar e pronto para embarcar para o "front", quando a guerra acabara, para alívio e satisfação de todo o mundo. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - Saudou o Sr. Prefeito e os Vereadores de Feliz, esclarecendo, a propósito da questão de divisas em Roncador, que ficara combinado o seguinte: a Câmara de São Sebastião do Caí discutirá e votará a matéria na sessão de 19 de maio corrente; a Câmara de São Sebastião do Caí visitará a Câmara de Feliz, em 27 de maio, para assinatura de um termo de convênio, a ser encaminhado à Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Estado. O Vereador Klein ressaltou que a visita do Dr. Paulo Caye era a primeira de um Prefeito de outro Município, nesta legislatura. Acerca da questão de divisas, salientou a necessidade de se regularizar a situação, através de um entendimento de alto nível. Agradeceu a presença dos visitantes e do público em geral. Tomé Flores - Pediu ao Vereador José Goulart, líder da Bancada do PDS, que contate com o Executivo para sugerir a confecção de um novo mapa do Município, à vista das emancipações de Capela, São José do Hortêncio e da desanexação de Roncador. Se possível antes das próximas eleições. Disse que não podia deixar sem registro uma notícia estampada na publicação "Fato Novo", acerca do arrombamento no Banco do

V. Vieira

Brasil, jocosamente atribuído ao Diretório do PMDB, para pagar o "passe" do Vice-Prefeito Egon Schneck, que se transferiu do PDS para o PMDB. Se a matéria fora estampada como "gozação", a título de humor, então fora de muito mau gosto. O Sr. Egon Schneck era candidato a candidato e as pessoas desavisadas podiam ficar em dúvida a respeito dos termos daquela nota. A próxima sessão, solene, foi marcada para o dia 12 de maio, às 20 horas, no Clube Aliança, para assinalar a passagem do Centenário da Abolição da Escravatura. A próxima sessão ordinária foi marcada para o dia 19 de maio de 1988, às 19 horas e 30 minutos. A sessão foi encerrada às 20 horas e 40 minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
JOSÉ CARLOS GOULART

.....
ANSELMO PETRY

.....
JOSÉ CILON FLORES

.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI


.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

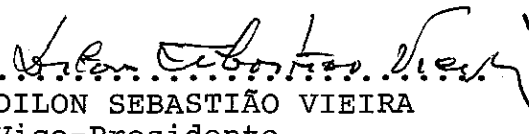
.....
ALFREDO OSCAR KIEFER


.....
JOSÉ ELOY DOS SANTOS

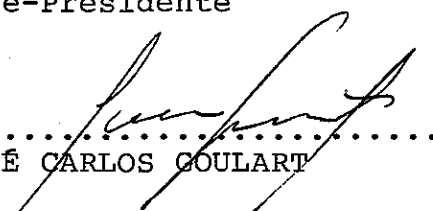
.....
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA DA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA, realizada no dia 12 de maio de 1988. Aos doze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às vinte horas, no salão de festas do Clube Aliança, reuniu-se em sessão solene, para assinalar a passagem do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí. Presidência do Vereador Reinholdo Klein, que

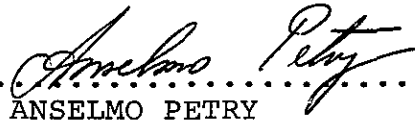
convidou para secretariar os trabalhos o Vereador José Cilon Flores. Presentes os Vereadores Dilon Sebastião Vieira, José Carlos Goulart, Anselmo Petry, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer, Aloysio Ermedo Schneider e José Eloy dos Santos. Abrindo a sessão solene, o Sr. Presidente convidou para participarem da Mesa os Srs. Dr. Sejalmo Sebastião de Paula Nery, Juiz de Direito Diretor do Foro; Bel. Adilson Carrazoni dos Reis, Delegado de Polícia; Profª. Ivone Weber, representante do Sr. Prefeito Municipal; Hedo Scheuermann, Pastor da Paróquia Evangélica de São Sebastião do Caí, e Tenente Leodimar Aldo Mantovani, Comandante do Pelotão da Brigada Militar. O Sr. Presidente acusou a presença, entre a assistência, do Deputado Germano Rigotto, líder da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa; do Sr. Alzir Bach, Presidente do Diretório do PMDB de São Sebastião do Caí, e de outras pessoas gradas, estendendo a sua saudação, em nome da Câmara, aos demais assistentes. Convidado, o Vereador Cilon Flores procedeu à leitura do requerimento do Vereador Eloy dos Santos em que este propôs a realização da sessão solene, o qual foi aprovado por unanimidade, em sessão de 5 de maio corrente. Em prosseguimento, o Sr. Presidente deu a palavra ao Vereador Júlio Campani, que discorreu sobre o significado da Abolição da Escravatura, desde o evento até os dias de hoje. Em nome da Comissão Organizadora dos Festejos do Centenário da Abolição falou o Dr. Sejalmo Sebastião de Paula Nery, que relembrou aspectos da vida dos escravos e analisou a situação dos seus descendentes no contexto da vida social e cultural do Brasil. Os dois oradores foram cumprimentados e aplaudidos. A sessão foi encerrada às vinte e duas horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

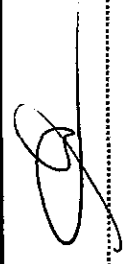

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

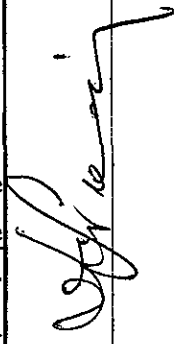

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

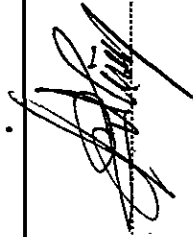

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário


.....
JOSÉ CARLOS GOULART


.....
ANSELMO PETRY







o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Telegrama, recebido em 10 de maio, da Comissão Executiva dos Eventos do Centenário da Abolição da Escravatura, a nível estadual, sugerindo a realização de sessão solene desta Câmara, para assinalar a passagem do referido evento. Circular da Câmara de São Francisco de Assis pedindo apoio ao "Grito do Campo", uma concentração de produtores rurais. Ofício da Brigada Militar do Estado agradecendo a moção de congratulações enviada àquela corporação, por ocasião do transcurso do Dia do Policial. Ofício da Procuradoria do Estado, convidando para um forum de debates sobre o Município e a nova Constituição, já realizado em fins de abril. Ofício SG nº 1175, de 10 de maio, do Tribunal de Contas do Estado, transmitindo o parecer daquela corte sobre as contas da Prefeitura Municipal, relativas ao exercício de 1985. Parecer favorável à aprovação das contas, com aviso no sentido de que a reincidência nas falhas constantes do relatório de análise do Tribunal será considerada negativamente em futuras prestações de contas. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a abrir créditos especiais até o valor de Cz\$... 2.500.000,00, para cobrir despesas com a Secretaria da Saúde e dá outras providências (Expediente CM 65/88-PM 17/88). Pedido de Informações do Vereador Reinholdo Klein relacionado com o aluguel mensal, devido pelo Restaurante Kanto Verde, do Parque Centenário (Expediente CM 66/88). Pedido de Informações do Vereador Tomé Flores relacionado com a licitação feita para a compra de telhas para cobertura da escola em construção no Quilombo (Expediente CM 67/88). Requerimento do Vereador Tomé Flores propondo seja oficiado ao Escritório Local da CEEE pleiteando a complementação da rede de luz domiciliar da rua Henrique D'Ávila, desde a rua Sete de Setembro até a rua General Câmara, e o prolongamento da rede até o fim da rua São João (Expediente CM 68/88). Requerimento do Vereador Tomé Flores propondo u'a Moção de Congratulações com o locutor Luciano do Vale, pelos relevantes serviços que vem prestando ao desporto nacional (Expediente CM 69/88). Requerimento da Bancada do PMDB propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Aloisio Sebastiany. Requerimento do Vereador Átila Ramos, apoiado pelo Vereador Dilon Vieira, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Inácio de Souza. Indicação do Vereador Tomé Flores sugerindo ao Executivo a colocação de esgoto pluvial na rua Aquidaban e a complementação da rede de esgotos da rua São João. Ora- dores: Pela ordem de inscrição no livro próprio usaram da pa

W. Vieira

lavra os seguintes Vereadores: Tomé Flores - Transmitiu ao líder da Bancada do PDS uma denúncia de moradora da rua Aquidaban, de que a Prefeitura está depositando calça, restos de construções, num terreno baldio, entre a rua São Lourenço e a rua São João. Aproveitando-se dessa circunstância, a fábrica da Azaléa passara a depositar, no mesmo local, o seu lixo industrial, cujos elementos químicos, numa próxima enchente, podem poluir o rio Caí. Interessava-lhe saber se a Prefeitura autorizara tal procedimento. Em caso contrário, desde já solicitava providências no sentido de se por cobro a isso. Reclamou, mais uma vez, a aposição de placas na rua Vereador Nelson Hoff, em Conceição, de acordo com a lei já publicada há cerca de dois anos. Justificou os requerimentos de sua autoria, relacionados com o prolongamento da rede elétrica da rua São João e a complementação da rede da rua Henrique D'Ávila. Pediu que a matéria fosse discutida e votada nesta sessão, porque uma equipe da CEEE estava trabalhando na rede local. Com relação aos bairros Navegantes e Quilombo, disse que o povo não recebe apoio nenhum. Pediu ao Vereador Goulart que se empenhe junto ao Executivo pelo atendimento das reivindicações mínimas, especialmente os calçamentos de ruas. Em relação à rua São João já havia recursos, desde o início do ano, e parece que, dentro de dias, as obras de calçamento seriam iniciadas. Crítica era a situação da rua Aquidaban, sem esgoto pluvial e onde as águas servidas ficam estagnadas no meio da rua. Pelo menos algumas tombadeiras de aterro deveriam ser depositadas naquela rua, de imediato. Pediu também a atenção do Vereador José Goulart, líder da Bancada do PDS, para o fato de que a Secretária da Junta do Serviço Militar tem rendimentos sete ou oito mil a menos do que o seu subordinado. O que era um absurdo. Nada tinha contra o rapaz mas estranhava esse desnível na remuneração dos dois servidores. Relembrando intervenções anteriores, dos Vereadores Júlio Campani e Eloy dos Santos, apresentou sugestão ao Secretário da Fazenda do Município para pensar no reajustamento dos vencimentos e salários dos servidores municipais. Os referidos Vereadores e ele também entendiam oportuna a adoção de índices diferenciados: maiores para os que ganham menos. O Executivo, sem qualquer constrangimento, poderia convidar os Vereadores para participar dos estudos nesse sentido. De qualquer forma, mesmo que não desejável essa participação, pedia que se adotasse a sugestão apresentada, tendo em conta que a maior parte dos servidores recebe até dois salários mínimos. Júlio Cam-

U. Flores

pani - Congratulou-se com a Vereadora Sidonia Maria Poersch da Rosa, de Salvador do Sul, pela manifestação de apoio à permanência da Caixa Econômica Estadual e concitou os seus pares a apoiarem o pedido da Câmara daquele Município. Quanto ao problema do lixo industrial da fábrica da Azaléa, abordado pelo Vereador Tomé Flores, lembrou que, há mais de ano, fora aprovada por esta Câmara a aquisição de uma área para depósito do lixo industrial. Então não tinha cabimento o depósito no local referido pelo Vereador Tomé. Chamou atenção para o mau cheiro que sai de uma boca de lobo na esquina da rua Pinheiro Machado com a rua 13 de Maio, solicitando um contato do líder da Bancada do PDS com a Secretaria Municipal da Saúde, a esse respeito. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão e votação o projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a conceder permissão para a construção de um supermercado, com área superior a 100 m², na zona ZR3 constante do Plano Diretor da Cidade (Expediente CM 61/88-PM 16/88). Foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. Foi posto em discussão e votação o projeto de Decreto Legislativo do Vereador Reinholdo Klein que autoriza a Mesa da Câmara a assinar um convênio com a Câmara Municipal de Feliz, para ajuste das divisas com aquele Município, através de lei estadual (Expediente CM 62/88). Foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. Foi posto em discussão e votação o requerimento do Vereador Tomé Flores que propõe a complementação da rede elétrica na rua Henrique D'Ávila e a extensão da rede na rua São João (Expediente CM 68/88). Foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento em que o Vereador Tomé Flores propõe u'a moção de congratulações com o comentarista Luciano do Vale, da TV Bandeirantes, de São Paulo, pelo incentivo que transmite à prática do futebol e outras modalidades de esportes (Expediente CM 69/88). O autor justificou o seu pedido, afirmando que Luciano do Vale está a desenvolver um amplo trabalho de estímulo à prática dos esportes. A moção foi aprovada por unanimidade. O pedido de apoio da Câmara de Salvador do Sul, foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Agradeceu à Presidência e aos colegas a realização da sessão solene comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. Cumprimentou o Vereador Júlio Campani, pela brilhante manifestação em nome da Câmara, ajuntando que a Secretaria da Casa se desincumbiu muito bem da sua tarefa, na organização do evento. Em prosseguimento, fez uma explanação acerca das condições

Art. 11

da rede hidráulica da CORSAN nesta cidade, em grande parte obsoleta e já deficiente. A rede vinha sendo ampliada em vários sentidos. Muitos canos eram velhos e já defasados. Falavam peças de reposição. Os vazamentos eram freqüentes. Os interruptores funcionavam precariamente, obrigando à abertura de hidrantes, enquanto faltava água nas casas. Com a quebra de um cano, às vezes a cidade toda ficava sem água. Era necessário fazer novos investimentos na rede. Ressalvou a atual administração local da CORSAN e as anteriores, que não eram culpadas dessa situação. Sugeriu a formulação de pedidos da Câmara à direção da Companhia e uma solicitação ao Gerente local para fazer um relatório da situação. Falava como Vereador. Não como funcionário da CORSAN. A partir de maio a tarifa mínima passaria a ser de 770 cruzados por mês. A situação da rede local tendia a se agravar. Por isto estava em tempo de o Legislativo se movimentar em busca de soluções. Tomé Flores - Há mais de mês ouvira um relato semelhante, de parte do gerente local da CORSAN. A rede da cidade já tinha mais de vinte anos, ultrapassando, assim, o período útil de duração normal de redes semelhantes. Já tratara do assunto com o Sr. Alzir Bach, Presidente do Diretório do PMDB e membro do Gabinete do Sr. Secretário de Obras Públicas, sugerindo estudos para a substituição de toda a rede. A sessão foi encerrada às vinte e uma horas, depois de marcada a próxima para o dia 26 de maio de 1988, às dezenove horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
JOSÉ CARLOS GOULART

.....
ANSELMO PETRY

.....
JOSE CILON FLORES

.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

didado de Informações do Vereador Reinholdo Klein relacionado com o pagamento do aluguel do Restaurante Kanto Verde (Expediente CM 66/88). Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão e votação o Pedido de Informações do Vereador Tomé Flores relacionado com licitação para a compra de telhas para cobertura da escola em construção no Quilombo (Expediente CM 67/88). Aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Tomé Flores - Prestou esclarecimentos acerca da proposição da Bancada do PMDB relacionada com a designação de um anestesista do INAMPS, para atender os segurados nesta cidade. Disse o Vereador Tomé Flores que não era possível continuar com essa deficiência, que atingia a todos. Achava uma obrigação dos Vereadores pleitear solução para o problema. E mais do que isto: esperava efetivamente uma solução urgente. Concitou as demais Bancadas e colegas Vereadores a apoiarem a proposta. Reinholdo Klein (passando a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente) - Informou que, há exatamente dois meses atrás, dirigira ofício à Irmã Diretora do Hospital Sagrada Família, indagando acerca da possibilidade de o Hospital contratar um anestesista para atender os segurados do INAMPS, pagando ele, Hospital, os honorários, para ser posteriormente reembolsado pelo INAMPS, conforme informação do Dr. Osmar Terra, Superintendente do Órgão no Estado. Assim procedera, depois de relatado, nesta Casa, um caso de morte de um nascituro, por falta de anestesista para atender a mãe. Passado esse período, de dois meses, sem nenhuma resposta da direção do Hospital, impunha-se agora uma providência junto ao INAMPS. É o que estava sendo proposto. Há uma semana atrás também tomara conhecimento de outro fato insólito, agora já solucionado: a Secretária Municipal da Saúde - assim como os plantonistas de fim de semana - não podia autorizar baixas de doentes sem aquiescência de um médico integrante do corpo clínico do Hospital. Essa circunstância tornara muito mais fácil levar um doente necessitado de internamento para Portão, onde era recebido de braços abertos. Criticou os médicos integrantes do corpo clínico do Hospital por essa atitude, que disse não corresponder ao juramento prestado por ocasião da sua formatura. Externava, em face de tudo isto, a sua profunda tristeza. Achava tal orientação e atitude muito cruel. Insuportável. José Goulart - Reportou-se à denúncia que fizera, de que uma criança morrera no Hospital, durante um parto, por falta de anestesista. Isto porque a família da parturiente não tivera

condições para pagar os honorários cobrados pelo único especialista aqui radicado e que não está vinculado ao INAMPS. Só faz anestesia mediante pagamento prévio. Na falta de resposta do Hospital, realmente era preciso ir mais longe, pois que, de fato, a realidade, nesse setor, era cruel. Eloy dos Santos - O problema da falta de anestesista já fora muito e por várias vezes debatido nesta Casa. Soubera do envio do ofício à Direção do Hospital e estava no aguardo da resposta. Estranhava que o PDT e o PDS, que estavam na mesma luta, não tivessem sido convidados para, junto com a Bancada do PMDB, propor providências, à vista da falta de resposta do Hospital. De qualquer forma, apoiava o pedido ao Dr. Osmar Terra, que já estivera nesta cidade. Com ele falara sobre os serviços do INAMPS, as filas em busca de fichas, as portas do prédio fechadas até a hora do início do expediente. O Dr. Osmar Terra ficara de lhe dar resposta ao pedido de abertura do prédio e essa resposta não chegara. Coubera ao Dr. Paulo Silveira, Chefe do Serviço Médico-Social do INAMPS nesta cidade, resolver o assunto. Propôs o Vereador Eloy que a iniciativa da Bancada do PMDB fosse convertida em iniciativa de todas as Bancadas com assento nesta Casa. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário a leitura dos termos do ofício encaminhado à Irmã Diretora do Hospital Sagrada Família, há dois meses atrás. O que feito, o Sr. Presidente informou que seria feito um novo requerimento, para receber a assinatura de todos os Vereadores. Concitou os seus pares a irem a Feliz, na noite de 27 de maio, para a assinatura do termo de acordo em relação às divisas entre os dois Municípios, na localidade de Roncador. O Vereador José Goulart antecipou o seu não comparecimento à reunião em Feliz, por motivo de saúde. A sessão foi encerrada às vinte horas e dez minutos, depois de marcada a próxima para o dia 2 de junho de 1988, às dezenove horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente


.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente


.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

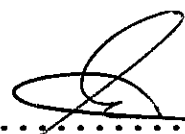
informações sobre o que está a entrar a continuação e conclusão das obras em São José do Hortêncio (Expediente CM 74/88). Indicação do Vereador Ermedo Schneider sugerindo ao Executivo a instalação de iluminação pública em três locais deste Município. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Tomé Flores - Comunicou à Casa que a Campanha de Vacinação contra a Poliomielite atingira índice muito bom neste Município: 2.680 vacinações, abrangendo cerca de 80% das crianças-alvo. Ressaltou que muito contribuiu para esse resultado a colaboração do Rotary Club de São Sebastião do Caí. Informou que o Dr. Paulo Silveira, Chefe do Serviço Médico-Social da Previdência em São Sebastião do Caí, no sábado anterior mantivera contato com o Dr. Osmar Terra, do Escritório Regional do INAMPS, acerca do credenciamento de médico anestesista para atender os segurados da Previdência Social em São Sebastião do Caí. A solução do problema não era fácil. Havia falta de médicos anesthesiologistas e poucos aceitavam o credenciamento do INAMPS. Daí por que era preciso divulgar que, quando necessária a intervenção de um anestesista, a solução era pagar a sua intervenção, pedir recibo e levar este ao INAMPS, para obter o reembolso, dentro de 15 dias, o mais tardar. Declarou-se espantado com o volume da dívida da Prefeitura para com a Previdência Social, que estava a atingir a cifra de 48 milhões. Havia várias maneiras de pagar esse débito: através da cedência de funcionários, da execução de pinturas e obras de conservação dos próprios da Previdência, através da instalação de creches, etc. Não entendia por que a Prefeitura não estava aproveitando as oportunidades que lhe são oferecidas. Todos sabiam que falta uma creche em Conceição. Acreditava que até as cedências de pessoal para as creches comunitárias poderiam ser abatidas do débito para com o IAPAS. O Dr. Paulo Silveira fora à Prefeitura avisar que a dívida seria encaminhada à cobrança judicial. Pediu ao líder da Bancada do PDS que trate desse assunto junto ao Executivo. Não estava criticando ninguém. Apenas estava abordando, com preocupação, um assunto que deve ser resolvido. O Vereador José Goulart, em aparte, informou que, em 1987, oito funcionários haviam sido postos à disposição do IAPAS mas que, por motivos burocráticos, as cedências não haviam sido efetivadas. O IAPAS, em lugar dos oito, reivindicara a cedência de quinze servidores. Concluiu o Vereador Tomé Flores afirmando que, nesta marcha, dentro de pouco tempo, a dívida com a Previdência Social vai ser do tamanho do orçamento do Município. OR-

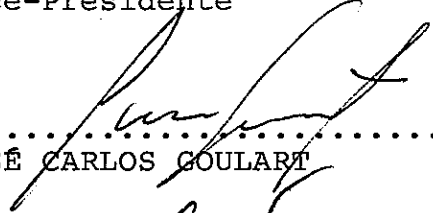
P. Silveira

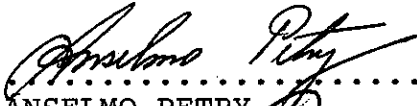
DEM DO DIA. Foi posto em discussão um requerimento-substitutivo em que todos os Vereadores da Casa propõem mensagem ao Dr. Osmar Terra, Chefe do Escritório Regional do INAMPS, reivindicando a designação de um anestesista para atender os segurados da Previdência Social em São Sebastião do Caí. O requerimento foi apresentado em sessão anterior pela Bancada do PMDB, tendo as Bancadas do PDS e do PDT reclamado a sua inclusão na proposta, já que o processo fora iniciado a partir da discussão do assunto em plenário, com a participação de representantes de todas as Bancadas. O Sr. Presidente pôs em discussão o substitutivo assinado por todos os Vereadores. O Vereador Eloy dos Santos agradeceu, em seu nome e do seu Partido, a oportunidade de subscrever o requerimento-substitutivo. Quanto à informação do Vereador Tomé Flores, relacionada com as dificuldades de credenciamento de um médico anestesista, externou seu receio de que tudo fique como está. O Vereador José Goulart, em aparte, lembrou que o anestesista, com recibo de honorários, certamente cobra mais. Prosseguiu o Vereador Eloy dos Santos: de qualquer forma, valera a intenção e ficava registrada a providência, para que o povo possa ver que os seus representantes estão cumprindo o mandato. Posto em votação, o requerimento-substitutivo anexo ao processo CM 73/88 foi aprovado por unanimidade. Não houve EXPLICAÇÕES PESSOAIS. A sessão foi encerrada às vinte horas e dez minutos, depois de marcada a próxima para o dia 9 de junho de 1988, às dezenove horas e trinta minutos.


.....
REINOLDO KLEIN
Presidente



.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente



.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário



.....
JOSÉ CARLOS GOULART


.....
ANSELMO PETRY


.....
JOSÉ CILON FLORES


.....
TOMÉ DA SILVA FLORES


.....
JULIO CÉSAR CAMPANI


.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

ficiado à Secretaria da Fazenda do Estado solicitando a liberação efetiva e urgente de verba destinada ao Grupo Escolar Felipe Camarão (Expediente CM 78/88). Requerimento da Bancada do PMDB propondo voto de pesar pelo falecimento do Deputado José Antônio Daudt. Requerimento da Bancada do PMDB propondo u'a mensagem de solidariedade com o Deputado Antônio Dexheimer (Expediente CM 80/88). Indicação do Vereador José Goulart sugerindo ao Executivo o exame da possibilidade de elaboração de um projeto de lei reduzindo em quarenta por cento a incidência da Taxa de Iluminação Pública, sobre as contas de luz e força. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Tomé Flores - Referindo-se ao projeto de lei do Executivo que autoriza a realização de uma operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurbano), lido anteriormente, declarou-se contente porque, afinal, seria feito o calçamento da rua São João, há tanto tempo pleiteado. Recebera um telegrama do Sr. Governador do Estado, convidando-o para assistir à assinatura do convênio, às 14h 30min do dia 22 de junho corrente, no Palácio Piratini. Tratava-se de um empréstimo altamente vantajoso para o Município. O valor de três milhões de cruzados seria dividido em OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional), para pagamento em quatro anos, com um ano de carência e com uma redução de 50%. Esperava que esse dinheiro seja aplicado o mais rápido possível, para evitar a sua desvalorização. Pediu o interesse do líder da Bancada do PDS para um problema de lixo na rua Aquidaban. Num dos terrenos dessa rua estava sendo depositado lixo da fábrica de calçados Azaléa. Atingido o local pelas águas das cheias, os resíduos iriam poluir o rio. Pediu providências a esse respeito. Referiu, também, que na esquina das ruas General Osório e São Lourenço, quando chove, ocorrem alagamentos. A água entra nas casas. Não se sabia se os canos do esgoto estavam entupidos ou eram muito finos. Quanto a isto, também pediu o empenho do líder da Bancada do PDS junto ao Executivo. Informou que, correspondendo a um antigo anseio do Quilombo, já trazido a esta Casa pelo Vereador Eloy dos Santos, a Bancada do PMDB iria pleitear a instalação de um orelhão naquela zona da cidade. Recebera uma denúncia, de populares, acerca do atendimento da Secretaria da Saúde. Gostaria de saber onde a Secretária, Dra. Elizabeth Leitão, atende, em que horário e por que motivo não atendera o chamado de uma família pobre, cujos filhos estavam infectados de piolhos. As pessoas procuravam a

médica e ela não estava. Daí por que pedia essas informações através do colega. Para encerrar, deixou consignada a sua contrariedade com a atitude de certos constituintes, que estariam procurando, de todas as formas, adiar as eleições municipais de 15 de novembro. Júlio Campani - Durante os seis anos de mandato, vinha evitando criticar A ou B. Mas, durante esta semana, recebera a visita de moradores de Rio Branco, que lhe haviam transmitido uma crítica veemente pelo não atendimento das reivindicações das pessoas daquela localidade. Mostrara a essas pessoas várias indicações de sua autoria, uma delas datada de 5 de março de 1987, solicitando um estudo da viabilidade de calçamento da rua Adolpho Schenkel. Até esse momento, não recebera sequer uma resposta. Na época, junto com a indicação, fizera uma denúncia de que, próximo à residência do Sr. Noschang, existiam algumas casas que lançavam resíduos das fossas diretamente na via pública. O fiscal da Prefeitura lá estivera e, mesmo assim, nenhuma providência fora tomada. As pessoas eram obrigadas a suportar, diuturnamente, o odor de fezes. Isto tudo estava a demonstrar que os seus pedidos sequer estavam sendo considerados. Se isto estava a ocorrer porque mudara de partido, não se justificava. Porque a vingança atingia os moradores prejudicados. Tratava-se de um critério de qualquer forma injusto para aqueles que pagam tributos. Pediu o interesse do líder do PDS para essas colocações, ajuntando que, desde 1983, vem lutando por construção de quebra-molas na rua Oederich, em frente ou nas proximidades da Escola Alencastro Guimarães. Apresentara, então, um "croqui" e uma relação de interessados, com mais de cem assinaturas. Em 1987 renovara a indicação. Também quanto a isto não recebera resposta. Isto representava um menosprezo para o Vereador. Naquela época, estava em outro partido, lutando para eleger o Dr. Bruno Cassel. O Sr. Secretário de Obras sequer participava de um comício e hoje, e desde que assumira, tinha muito mais poder que um Vereador. Outra indicação, feita em 16 de julho de 1987, a pedido do Sr. Ubirajara Felipsen, e relacionada com a abertura dos valos laterais da estrada da Várzea, também não fora solucionada. O Secretário, com tal posicionamento, não estava prejudicando o Vereador e sim o morador interessado. O contribuinte. Pediu à liderança do PDS que as proposições relacionadas e outras recebam pelo menos uma resposta. Por fim sugeriu ao Sr. Presidente a antecipação do horário das sessões ordinárias, pelo menos neste período de inverno, para as 18 horas ou 18 horas e trin-

ta minutos. Dilon Vieira - Informou que a Dr^a. Elizabeth Leitão, Secretária Municipal de Saúde, atende em Capela, diariamente, das nove horas ao meio-dia e que o povo está muito satisfeito com esse atendimento. Expressou o seu regozijo pelo atendimento, de parte do Governo do Estado, de uma reivindicação do Vereador Átila Ramos, por ele, orador, endossada, de criação de um curso de 2º grau junto à Escola Professor Manoel de Almeida Ramos, em Capela de Santana. A reivindicação fora atendida e isto era motivo para intenso regozijo. Átila Ramos - Afirmou que a juventude de Capela de Santana está muito alegre, desde o dia anterior, quando recebera ofício comunicando a transformação da escola de 1º grau em escola de 1º e 2º graus, em Capela de Santana. Lembrou os esforços que desenvolveu para conseguir o funcionamento de um ginásio em Capela. Isto quando em São Sebastião do Caí ainda não havia escola de 2º grau. O Ginásio fora denominado Professor Manoel de Almeida Ramos, em homenagem a seu avô o primeiro professor em Capela. A criação do curso de 2º grau se dera a seu pedido, apoiado pelo Vereador Dilon e pelo Presidente do Diretório do PMDB, Sr. Alzir Bach. Agradecera pessoalmente ao Sr. Governador do Estado, Pedro Simon, a criação de escola de 2º grau em Capela, ao mesmo tempo que lhe entregara um pedido de instalação de telefonia rural naquela localidade, outra antiga e sentida reivindicação popular. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão e votação o requerimento do Vereador Oscar Kiefer, em que o mesmo propõe sejam solicitadas informações acerca da implantação da rede hidráulica em São José do Hortêncio (CM 74/88). Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão e votação o requerimento em que a Bancada do PMDB pleiteia a liberação, junto à Secretaria de Educação do Estado, de verba para o Grupo Escolar Felipe Camarão (CM 77/88). Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão e votação o requerimento em que a Bancada do PMDB pleiteia a liberação, junto à Secretaria da Fazenda do Estado, de verba para o Grupo Escolar Felipe Camarão (CM 78/88). Foi aprovado um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Deputado Estadual José Antônio Daudt, com mensagens à Assembléia Legislativa e Bancada do PMDB, além da família enlutada. Na discussão do requerimento da Bancada do PMDB que propõe mensagem de solidariedade com o Deputado Antônio Dexheimer, o Vereador Tomé Flores afirmou que, até prova em contrário, era injusta a suspeição lançada sobre o referido Deputado, de autoria da morte do colega e amigo. Além disto, era injusta a maneira

como a matéria estava sendo divulgada. O Vereador Eloy dos Santos enunciou, a esse respeito, o brocado de que "não há como um dia depois do outro". Lembrou que o mesmo Deputado Antônio Dexheimer, há poucos dias fizera acusações ao Secretário da Saúde. E a Bancada do PMDB ficara com o Secretário da Saúde. Não estava condenando o Deputado Dexheimer, mas não podia deixar de chamar atenção para o fato, de que, em menos de um mês, o referido Deputado estava sentindo o vento soprar do outro lado. O Vereador Tomé Flores, em aparte, disse que o Vereador Eloy, por outros caminhos, estava a provar a coerência da Bancada do PMDB. O Vereador Júlio Campani, respeitando a manifestação do líder do PDT, declarou que se sentia muito à vontade para assinar e aprovar a moção de solidariedade. No caso com o Sr. Secretário da Saúde, Dexheimer estava exercendo seu dever de fiscalizar. Chamou atenção para o fato de que todas as bancadas da Assembléia expressaram solidariedade ao Deputado Antônio Dexheimer. Arrematou mostrando a impossibilidade de se recolher um volume de penas jogadas ao ar. O Vereador Eloy dos Santos lembrou que a Bancada do PMDB assumira a defesa do Secretário da Saúde antes da conclusão do trabalho da CPI instalada pela Assembléia. Criticou o grupo de Deputados Constituintes denominado de "Centrão" por ter aprovado um mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. A moção de solidariedade ao Deputado Antônio Dexheimer foi aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente, acolhendo a sugestão do Vereador Júlio Campani, pediu o pronunciamento dos Srs. Vereadores acerca da antecipação do horário das sessões ordinárias. A maioria dos Vereadores fixou-se no horário das 18 horas e 30 minutos para o início das sessões ordinárias. O Vereador José Goulart pelo horário das vinte horas. Não houve EXPLICAÇÕES PESSOAIS. A sessão foi encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos, depois de marcada a próxima para o dia 16 de junho de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
JOSÉ CARLOS GOULART

.....
ANSELMO PETRY

.....
JOSÉ CILON FLORES

.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

.....
ALFREDO OSCAR KIEFER

.....
JOSÉ ELOY DOS SANTOS

-x-
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 110ª sessão ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 16 de junho de 1988. Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício nº 113/88, do Executivo Municipal, respondendo pedido de informações formulado pelo Vereador Reinholdo Klein, relacionado com o aluguel mensal do Restaurante Kanto Verde. Mensagem do Dr. Remi Molin, advogado em São Leopoldo, com proposta de assessoria jurídica à Câmara Municipal. Ofício do Dr. Sejalmo Sebastião de Paula Nery, Juiz de Direito da 1ª Vara, agradecendo a mensagem de solidariedade que lhe foi dirigida pela Câmara, a propósito de publicação envolvendo sua pessoa. Circular da AUDICOOPER-SUL oferecendo a prestação de serviços técnicos de auditoria e contabilidade. Telegrama passado em nome do Vereador Paulo Silas, Presidente da União dos

Alfredo Oscar Kiefer

[Signature]

Vereadores do Brasil, antecipando para 8 a 10 de junho a realização do Congresso Nacional de Vereadores que, em verdade, foi realizado em Brasília, de 16 a 18 de junho. Proposição Recebida: Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento da Srª. Maria Ludmila Nonemacher. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Júlio Campani - Tornou a abordar a questão da localização do comércio ambulante ou temporário, principalmente em veículos, nos pontos centrais da cidade. O Presidente do Clube dos Diretores Lojistas pedira o seu interesse junto ao Executivo, não no sentido de proibir tal comércio mas de indicar-lhe pontos que não prejudiquem diretamente o comércio estabelecido, como por exemplo, autorizar o comércio de frutas à frente de uma fruteira ou quitanda. Pediu os bons ofícios do líder da Bancada do PDS junto ao Executivo, para que a localização de tal comércio seja melhor disciplinada. Tomé Flores - A propósito do lixo (retalhos de couro) da Azaléa, depositado em terreno particular - assunto por ele tratado em sessão anterior - disse que obteve alguns informes extra-oficiais. A Azaléa fornecera esses retalhos a um empregado para aterrar um terreno. Na verdade, o material era impróprio para aterro, pois que o terreno estava sujeito a enchentes e, conseqüentemente, os resíduos químicos seriam misturados às águas. Nada tinha contra a empresa. Sugeriu que o Executivo estude uma solução para o caso e, se possível, colabore para o aterro do terreno com material adequado. Tomara conhecimento de que a Prefeitura oferecera a cedência de três servidores ao IAPAS, para assim começar a amortizar a dívida com a Previdência Social. Em face do montante da dívida, o número de servidores oferecido de fato era muito pequeno. Enquanto isto, surpreso e logrado, como caiense, vira um servidor municipal, em plena hora de serviço, às dez e meia da manhã, entregando correspondência do PDS. Tratava-se do Sr. Milton Reis, cedido à Junta do Serviço Militar. Não podia admitir esse tipo de atividade, de um servidor municipal, durante o horário de expediente. José Goulart - Prestou informações sobre o funcionamento da Secretaria da Saúde e o horário de atendimento da sua titular, Drª. Elisabeth Leitão. No Setor de Assistência Social, nos fundos da Prefeitura, a Drª. Elisabeth atende diariamente, das 13 às 15 horas. Na parte da manhã atende Capela, Vila São Martim e as creches Santo Antônio e de Vila Rica. O calçamento da rua Adolpho Schenkel, em Rio Branco, poderia ser iniciado ime-

diatamente após os interessados colocarem os canos de cimen-
to, para o esgoto pluvial, à disposição da Prefeitura. Quan-
to ao telefone moedeiro (orelhão) na zona do Quilombo, ne-
nhuma informação pudera recolher. O Vereador Eloy dos San-
tos havia feito indicação a esse respeito, que fora encami-
nhada à Coordenadoria de Planejamento. Na semana anterior,
o assunto voltara a ser enfocado, através do Vereador Tomé.
Com relação à "boca de lobo" do esgoto da rua General Câma-
ra, assunto também abordado pelo Vereador Tomé em sessão an-
terior, estavam sendo tomadas providências. O serviço que
estava sendo executado iria amenizar em grande parte o pro-
blema do escoamento das águas. Quanto ao lixo oriundo da fá-
brica da Azalêa já fora estabelecido contato com a empresa,
pedindo que todo o seu lixo seja depositado no local indica-
do pela Prefeitura, para evitar os problemas apontados em
sessão anterior. Cilon Flores - Dispôs-se a dar resposta a
algumas questões levantadas pelo Vereador Tomé Flores. Dis-
se que se via, em nosso País, um amontoado de coisas erra-
das. Tanto o PMDB como o PFL, a nível nacional, haviam reti-
rado o apoio que davam ao Presidente José Sarney mas não ha-
viam devolvido nenhum cargo, ocupado pelos seus membros, em
função do aludido apoio. Aqui, em São Sebastião do Cai, es-
tava acontecendo mais ou menos a mesma coisa. O líder do
PMDB criticava a entrega de folhetos do PDS, por um servi-
dor municipal. Não via nada fora de comum em tal procedimen-
to. Porque o servidor Milton Reis está lotado no Gabinete
do Prefeito, é encarregado da fiscalização da feira-livre,
onde trabalha inclusive aos sábados, e dá assessoramento à
Secretária da Junta do Serviço Militar. Além de substituir
a referida Secretária, quando esta participa de reuniões em
Montenegro, onde fica a Delegacia do Serviço. Como, coinci-
dentemente, Milton era o Secretário do PDS, estava entregan-
do convites, em hora que até poderia ser de expediente. O
seu horário era diferente do normal, pois que, em certos
dias, começava às quatro da madrugada. Aproveitava a oportu-
nidade para perguntar ao líder do PMDB por que o Sr. Vice-
-Prefeito não colocara o cargo de Coordenador de Planejam-
to à disposição do Sr. Prefeito, quando ingressara no PMDB.
Recebendo dos cofres públicos, ficava por aí, nos butecos,
fazendo política e tomando cafezinhos. O Sr. Prefeito não
poderia demiti-lo e ele não colocara o cargo à disposição.
Fizera-o verbalmente mas não por escrito. Então o Sr. Pre-
feito estaria esperando o ofício, para devolver a cedência
à Caixa Econômica Estadual. Obviamente esta situação nada

tinha a ver com a entrega de folhetos do PDS. Mas se a última era discutível, a outra também o era. Milton entregara os convites em dia de feira, quando tinha de observar inclusive o movimento nas quadras adjacentes, tendo chegado a pedir até a colaboração da Polícia para retirar dali um feirante não inscrito. O Vereador Tomé Flores, em nova intervenção, disse que o Vereador Cilon Flores não fora feliz ao procurar defender o Executivo. Primeiro por que a entrega dos convites fora no dia anterior, quando não funcionava a feira; segundo por que, como funcionário do Gabinete do Prefeito, deveria trabalhar no Gabinete do Prefeito e não na rua, entregando convites do PDS. E, por falar em Prefeito, este também deveria trabalhar no Gabinete e não ficar ali apenas uma hora por dia. Ejeito, deveria trabalhar. Revidava com acusações. Não era admissível o Vereador Cilon vir defender o Executivo, que estava a trabalhar politicamente em favor do PDS. Desde que assumira o cargo, o Prefeito não ficara mais de uma hora por dia na Prefeitura. Em ocasiões onde era indispensável a presença do Sr. Prefeito, ele não se encontrava na Prefeitura. Vinha aqui com a intenção de fazer denúncias e ouvia respostas esfarrapadas. Se o Sr. Prefeito não tinha condições de atender a Prefeitura, que largasse o cargo. Nada tinha pessoalmente contra o Dr. Bruno Cassel mas, como administrador era péssimo. O cargo de Coordenador do Planejamento, por lei era atribuição do Vice-Prefeito. E o Sr. Egon Schneck continuava a ser Vice-Prefeito. Não tinha por que entregar cargo nenhum. Concluiu fazendo uma concitação em favor de um trabalho sério e honesto, visando aos superiores interesses da comunidade. ORDEM DO DIA. Foi anunciada a discussão e votação do projeto de lei do Executivo que autoriza a realização de uma operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano, no valor de Cz\$ 3.000.000,00, para custeio de obras de calçamento da rua São João (Expediente PM 18/88-CM 76/88). Aprovado por unanimidade. Não houve EXPLICAÇÕES PESSOAIS. O Sr. Presidente informou que a 21 de julho de 1988, às 20 horas, serão entregues, em sessão solene da Câmara Municipal, quatro títulos honoríficos de cidadania caiense, no Parque Centenário. Essa sessão solene integra o programa da IX Festa da Bergamota. A sessão foi encerrada às dezenove horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 23 de junho de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

Dilon Sebastião Vieira
.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

Átila Luiz Flores Ramos
.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

José Carlos Goulart
.....
JOSÉ CARLOS GOULART

Anselmo Petry
.....
ANSELMO PETRY

José Cilon Flores
.....
JOSÉ CILON FLORES

Tomé da Silva Flores
.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

Júlio César Campani
.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

Aloysio Ermedo Schneider
.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

Alfredo Oscar Kiefer
.....
ALFREDO OSCAR KIEFER

José Eloy dos Santos
.....
JOSÉ ELOY DOS SANTOS

Ata
.....
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 111ª sessão ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 23 de junho de 1988. Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinhold Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício do Deputado Algir Lorenzon, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, agradecendo a manifestação de solidariedade e pesar pelo morte do Deputado José Antônio Daudt. Convite do Presidente

do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para a posse do Dr. Carlos Edmundo Blauth como Juiz Togado daquele Tribunal. Ofício da Gerência Regional da Companhia Estadual de Energia Elétrica respondendo a correspondência desta Câmara, relacionada com pedido do Vereador Tomé Flores acerca do prolongamento de redes de energia elétrica nas ruas São João e Henrique D'Ávila. Telegrama do Coordenador Nacional da Frente Municipalista Nacional esclarecendo que o periódico "Frente Municipalista" não tem nenhuma vinculação com a entidade. Ofício-circular da Direção e CPM da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto São Miguel, em Monjolo, neste Município, convidando os Srs. Vereadores para a inauguração do novo prédio da escola. Proposições Recebidas: Projetos de leis do Executivo Municipal, alterando em 30% os vencimentos, salários, aposentadorias e pensões dos servidores municipais, ativos e inativos (Expedientes CM 83 e 84/88 - PM 19 e 20/88). Projeto de lei, de iniciativa da Presidência da Câmara, alterando as tabelas de remuneração dos servidores desta Casa em proporção idêntica à proposta pelo Executivo para os servidores a ele subordinados (Expediente CM 85/88). Requerimento, assinado por todos os Vereadores, propondo u'a moção de congratulações com o Dr. Carlos Edmundo Blauth, pela sua posse no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Expediente CM 86/88). Requerimento, assinado por todos os Vereadores, propondo voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Ernesto Kievel. Requerimento, assinado por todos os Vereadores, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adelar Albino Dewes. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Júlio Campani - Mencionando o seu constante empenho em favor do bom aspecto da cidade, limpeza das ruas, pintura dos meio-fios, etc., alertou o Sr. Secretário de Obras da Prefeitura, através do líder do PDS, para a conveniência de se desobstruir primeiramente as "bocas de lobo" dos esgotos pluviais, para evitar prejuízos ao serviço. Com a proximidade da Festa da Bergamota, tais atividades estavam sendo retomadas mas em dia que prenunciava fortes chuvas. Citou vários pontos da cidade onde as esquinas ficaram alagadas. Antecipou seu ponto de vista sobre a proposta do Executivo, de reajustamento dos servidores municipais em 30%, a partir de 1º de julho. Consignou, desde já o seu descontentamento com a proposta, lamentando que os Vereadores não tenham sido chamados a discutir a matéria com o Sr. Secretário da Fazenda. Especialmente para que pudesse ser exa

minada a sugestão dos Vereadores Tomé Flores, Eloy dos Santos e dele, de se conceder um reajustamento maior a quem percebe menos. Ainda que através de uma parcela autônoma. A sua crítica visava a colaborar para o encontro de soluções mais adequadas. Eloy dos Santos - Não era sua intenção comentar os projetos de reajustamento dos servidores municipais, encaminhados a esta Casa pelo Executivo. Mas, concordava com o Vereador Júlio Campani, os Vereadores deveriam ter sido convidados a prestar sua colaboração na elaboração das tabelas. Ninguém desejava, com isso, promover-se. Poderiam ter sido convidados os líderes ou representantes de todas as bancadas. Voltaria ao assunto, em ocasião oportuna. Alertou os seus pares acerca das especulações sobre uma possível privatização do Banco Meridional. Lembrou as lutas desenvolvidas pelo Rio Grande em peso para transformar o Banco Sulbrasileiro no Banco Meridional, através da estatização e com recursos transferidos pela União. Grupos privados estavam novamente tentando assumir o controle desse conglomerado financeiro. Pediu a atenção da Bancada do PMDB para a questão, já que o Partido faz parte do Governo. Citou o empenho do Deputado Germano Rigotto, líder da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa, em favor da permanência do Meridional como empresa estatizada. José Goulart - Mesmo não estando em discussão o reajustamento da remuneração dos servidores municipais, queria adiantar que, em contato com os órgãos do Executivo, tentara, de todas as formas, obter anuência às sugestões dos Vereadores com relação aos critérios a serem adotados. Como resultado prático obtivera a concessão de um adicional de 20% sobre o salário mínimo para todo o pessoal da Secretaria de Obras. Lembrou, em prosseguimento, a festa em que se constituiu a recepção, a 23 de fevereiro de 1988, ao Dr. Assis Roberto de Souza, Secretário do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Estado. Na oportunidade, fora prometida a liberação de verbas para conclusão da nova escola, em obras no lado sul da cidade. Perguntou se essa liberação de verbas já se tornava efetiva, sugerindo que se indague a esse respeito. Propôs, também, que se oficie ao Fundurbano - Fundo de Desenvolvimento Urbano, para pleitear que seja levada a fundo perdido a importância de Cz\$ 3.000.000,00, destinada ao calçamento da rua São João. Aliás, o líder da Bancada do PMDB chegara a informar que tal transferência viria a fundo perdido. Átila Ramos - Perguntou pela construção de quebra-molas em Capela de Santana, conforme sugestões já encami-

nhadas através desta Casa. Pediu a interferência do líder da Bancada do PDS junto ao Sr. Secretário de Obras do Município em favor da solução dos problemas de Capela, especialmente com relação ao trânsito, que expõe vidas a grande perigo. Pleiteou, também, serviços de patrolamento nas estradas e nas ruas, dentro das zonas urbanas. Informou que os prédios da Arroeira Brasileira S.A., em Capela, estavam passando a servir de depósito para 400 mil sacos de arroz. Se o asfalto que liga Capela à RS 240 já não era bom, agora ficaria muito pior. Pediu ao líder da Bancada do PDS que solicite ao Sr. Secretário de Obras a execução de serviços em Capela, com uma tombadeira e retroescavadeira. Tomé Flores - Com referência à liberação de verbas para conclusão dos prédios da escola do Quilombo, reclamada pelo Vereador José Goulart, disse que providenciará em mensagem ao Dr. Assis Roberto de Souza. Lembrando duas proposições suas, apresentadas em sessões anteriores, sugerindo extensão de redes de luz e de água na rua São João, informou que a Companhia Rio-grandense de Saneamento já está providenciando na ampliação da rede de água. Quanto à Companhia Estadual de Energia Elétrica não entendera bem o alcance do seu pedido pois que, em resposta, estava solicitando perfil da rua e relação dos moradores a serem beneficiados, como se esses tivessem condições para financiar a extensão. Tratava-se de pessoas carentes, sem recursos para financiar coisa alguma. Era preciso encontrar outra forma de atendimento dessa necessidade. Quanto ao adicional a ser pago ao pessoal de obras da Prefeitura, conforme anunciara o Vereador José Goulart, lembrou que há anos vem pleiteando adicional de insalubridade para a maioria do pessoal de obras. Sempre lhe fora respondido que, na maioria dos casos, a insalubridade não era devida e o pagamento seria ilegal. Se agora o adicional estava sendo concedido é porque era devido. E perguntou, então, como ficavam os atrasados desse adicional. Sobre o assunto iria falar com o Sr. Secretário da Fazenda. Comentou as condições de trabalho da servidora que responde pelo Arquivo da Prefeitura e uma punição que a ela foi aplicada. Quanto ao reajustamento dos servidores municipais, conforme projeto hoje recebido pela Câmara, classificou a proposta de insuficiente e vergonhosa. Sugeriu uma reunião para estudo da matéria. A esse respeito sugeriu contato do líder da Bancada do PDS com o Sr. Secretário da Fazenda. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão e votação o requerimento assinado por todos os Vereadores em que é proposta moção de congratu

lações com o Dr. Carlos Edmundo Blauth, pela sua posse, como Juiz Togado, no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (CM 86/88). Aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Júlio Campani - Achou muito oportuna a abordagem, pelo Vereador Eloy dos Santos, do problema da anunciada privatização do Banco Meridional. Sugeriu a expedição de mensagens aos Srs. Governador do Estado, Deputado Germano Rigotto e ao Dr. Carlos Tadeu Viana, Presidente do Meridional, manifestando a posição desta Casa, através da sua Presidência e lideranças, contrária à privatização do referido conglomerado financeiro. Voltou a alertar a Secretaria de Obras para a conveniência e necessidade de serem construídos quebra-molas na rua Oderich, nas imediações da Escola Alencastro Guimarães, para assim diminuir o risco de acidentes naquele local. Reinhold Klein (passando a Presidência ao Vereador Dilon Vieira) - Alegou que semanalmente vai a Porto Alegre e que lá, em contato com autoridades, nunca deixa de insistir na liberação de verbas, inclusive nas que se destinam à conclusão da escola do Quilombo. Aliás, a documentação referente a essa obra fora entregue há pouco mais de um mês. Havia sido devolvida à Prefeitura três vezes, para correções. Quanto ao dinheiro destinado a Escola Felipe Camarão, também fizera solicitações, que já estavam sendo correspondidas. Reiterou que semanalmente vai a Porto Alegre e, nas repartições, trata dos interesses do Município e da liberação de verbas destinadas a obras locais. Felizmente tinha franco acesso a essas repartições, o que, de certa forma facilitava a obtenção de resultados. Ademais, nos últimos trinta ou quarenta anos, praticamente nada fora feito pelo Estado em matéria de escolas públicas. A própria comunidade, pelo visto, não exercera pressão suficiente nesse sentido. Os prédios das escolas estavam muito deteriorados. Como em todo o Estado. Aliás, as pressões em favor da liberação de verbas partiam de todo o Estado. Então, felizmente, ainda estávamos sendo atendidos. Ressaltou a excelência da construção do prédio da Escola Felipe Camarão, que data de 1946. Disse acreditar que em 1989 tudo será melhor, principalmente em matéria de estabelecimentos de ensino. Reassumiu o Vereador Klein a Presidência dos trabalhos. Tomé Flores - Voltou a comentar a resposta do Escritório Regional da CEEE ao ofício desta Casa, derivado de proposta sua. A resposta era incompleta. Nada dava solução ao pedido referente à rua São João e nem fazia alusão à extensão da rede da rua Henrique D'Ávila. Átila Ramos - A propósi

cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinhold Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício do Deputado Germano Rigotto, Líder da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa comunicando o recebimento de mensagem de pesar pelo falecimento do Deputado José Antônio Daudt. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que revoga a Lei Municipal nº 1.095, de 22 de agosto de 1983, que atribui ao Vice-Prefeito do Município o exercício das atribuições da Coordenadoria de Supervisão e Planejamento, e dá outras providências (Expediente CM 89/88-PM 21/88). Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a abrir créditos suplementares até o limite de 30% da receita orçada para o corrente exercício e dá outras providências (Expediente CM 90/88-PM 22/88). Projeto de lei do Vereador Eloy dos Santos que confere ao Sr. Jacintho Rossetti o título de "Cidadão Caiense" (Expediente CM 91/88). Projeto de lei do Vereador Eloy dos Santos que confere ao Sr. Donato Lalli Bonn o título de "Cidadão Caiense" (Expediente CM 92/88). Pedido de Informações do Vereador Átila Ramos acerca da relação Prefeito/Subprefeito com o armazenamento de arroz nos prédios da antiga fábrica de cordas da Arrozzeira Brasileira S.A., em Capela de Santana (Expediente CM 93/88). Requerimento, assinado por todos os Vereadores, solicitando a expedição de mensagens pela não privatização do Banco Meridional S.A. (Expediente CM 94/88). Requerimento do Vereador Átila Ramos solicitando seja oficiado ao Escritório Regional da CEEE em São Leopoldo, pedindo a extensão da rede de energia elétrica até a Vila do Padre Ernesto, em Capela de Santana (Expediente CM 95/88). Requerimento do Vereador Átila Ramos solicitando seja oficiado ao Escritório Regional da CEEE em São Leopoldo, pleiteando a extensão da rede elétrica para uma

rua na Vila Mentz, em Capela de Santana (Expediente CM 96/88). Requerimento, assinado pela maioria dos Vereadores, propondo voto de pesar pelo falecimento da Sr^a. Erotildes Ferreira dos Passos. Requerimento, assinado pela maioria dos Vereadores, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aloisio Izolino Flores. Requerimento, assinado pela maioria dos Vereadores, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro de Oliveira Pinto. Indicação do Vereador José Goulart sugerindo ao Executivo o exame da possibilidade de exclusão da Taxa de Iluminação Pública, ou a redução dessa Taxa, quando atinge moradores da zona rural não servida de iluminação pública. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Tomé Flores - Manifestou-se contristado e decepcionado com a aprovação, pela Assembléia Nacional Constituinte, de anistia para a correção monetária dos débitos das microempresas, contraídos em determinado período. Disse que isto significava a oficialização do calote no Brasil, o que achava vergonhoso para a Nação, em pleno século XX. Alimentava a esperança de que, no segundo turno da votação, esse favorecimento seja suprimido, para evitar que o povo tenha de arcar com mais esta despesa. No dia anterior deveria ter sido votada a liberação do jogo. Houvera até luta corporal entre dois constituintes, o que motivara a transferência da votação. Enquanto isto, o Governo era o maior arrecadador de jogos, como loterias, loteria esportiva, lotos I e II, sena, etc. O jogo no Brasil era proibido. Menos para o Governo. Os países vizinhos, como Paraguai, Uruguai, etc. beneficiavam-se com a transferência de divisas ocasionada com a freqüência aos cassinos estrangeiros, de parte de conterrâneos nossos, de boa situação financeira. O Território de Fernando de Noronha fora anexado ao Estado de Pernambuco e o Governador desse Território fora para a televisão reclamar do que considerava um erro: a não liberação do jogo naquele Território e a sua anexação ao Estado de Pernambuco. Reclamar, reclamar era o que restava a todos os inconformados com essa situação. Passando a outro assunto, disse que o Executivo deixara transparecer que havia concedido 20% de adicional de insalubridade ao pessoal de obras. E que além disto, como os demais servidores, aqueles iriam receber 30% de reajuste. Então o pessoal lotado na Secretaria de Obras achara que iria receber 50% sobre o salário anterior. Em realidade, tal não acontecera. O adicional de insalubridade, de 20%, incidia sobre o salário mínimo de referência, em torno de 6.900 cruzados. Esse adicional era, portanto, de

1.396 cruzados por mês, o que dava um percentual de 12% sobre os salários dos servidores de menor remuneração. Sobre isto, sobre o total do salário, incluindo o adicional, incidia a contribuição de Previdência, restando muito pouco para o trabalhador. Externou seu ponto de vista de que o pessoal de obras, até aqui, vinha sendo prejudicado com o não pagamento do adicional de insalubridade. Por tudo isto, era necessário examinar com muita atenção o projeto de reajuste dos servidores em tramitação na Casa. Reportando-se a uma denúncia, feita em sessão anterior, de punição de funcionária, informou que o consultor jurídico da Prefeitura propusera um acordo com a referida servidora, mediante o pagamento de um ano de atrasados. Ela não aceitara a proposta e dissera que iria apresentar uma reclamatória na Justiça, sendo então ameaçada de demissão. Pediu respeito à servidora, que apenas estava a reivindicar o que lhe cabe. Esperava uma informação a esse respeito na próxima sessão. E solicitou a interferência do líder da Bancada do PDS junto ao Executivo, para esclarecer a questão. ORDEM DO DIA. Foram postos em discussão os projetos de leis que reajustam as tabelas de vencimentos, salários, proventos e pensões dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas em 30% (Expedientes CM 83, 84 e 85/88-PM 19 e 20/88). O Vereador Tomé Flores, considerando insuficiente o percentual proposto, requereu o adiamento da votação e sugeriu a realização de uma reunião, na próxima segunda-feira, com o Sr. Secretário Municipal da Fazenda, para tratar da matéria. A sugestão foi aceita e o adiamento foi aprovado, por unanimidade. Foi posto em discussão e votação o requerimento, assinado por todos os Vereadores, que propõe manifestação contrária à privatização do Banco Meridional S.A. (Expediente CM 94/88). Foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vereador Dilon Vieira) - Quanto à anistia da correção monetária concedida aos microempresários e produtores rurais, referiu que aqui alguns tomadores de empréstimos no início do Plano Cruzado chegaram a se desfazer da maior parte dos seus bens, para honrar os compromissos assumidos. E a matéria aprovada nada dispunha acerca dos que, embora com grandes sacrifícios, haviam pago os seus débitos. Tal anistia era um apelo direto à desonestidade. Era quase inacreditável tal posicionamento da Assembleia Constituinte. Felizmente esboçava-se uma reação a tal procedimento, à qual deveria ser dado o mais amplo apoio.

Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Circular da Câmara de Sapucaia do Sul apoiando proposição da Câmara de Marau relacionada com a situação da agricultura e suas conseqüências na economia. Circular da Câmara de São Francisco de Assis pedindo apoio a uma proposta do Banco Central para adoção de novo horário de abertura e fechamento dos bancos. Carta de J. Walfrid & Cia. Ltda. oferecendo os seus préstimos na confecção de camisetas de propaganda política. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Vereador Júlio Campani dispendo sobre a concessão de licença para localização e funcionamento de novas farmácias e drogarias e dá outras providências (Expediente CM 101/88). Pedido de informações do Vereador Júlio Campani relacionado com as verbas empregadas na construção de escolas municipais (Expediente CM 103/88). Emenda do Vereador Júlio Campani aos projetos de leis relacionados com o reajuste dos vencimentos, salários, proventos e pensões dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas (Expediente CM 102/88). Requerimento do Vereador Júlio Campani solicitando informações acerca do aparelho Raio X do Hospital Sagrada Família (Expediente CM 104/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein acerca da poluição do arroio Cadeia (Expediente CM 105/88). Requerimento do Vereador Átila Ramos, apoiado pelo Vereador Dilon Vieira, propondo voto de pesar pelo falecimento da Srª. Celi Machado. Indicação do Vereador Reinholdo Klein sugerindo ao Executivo o recolhimento de lixo domiciliar em Rio Branco. Oradores. Pela ordem de inscrição no livro próprio usaram da palavra os seguintes Vereadores: Tomé Flores - Reportando-se a pronunciamento feito na sessão anterior, tornou a criticar a anistia concedida, pela Constituinte, aos microempresários e pequenos e médios produtores rurais. Comentou, também, ameaça que teria sido feita a uma servidora da Prefeitura, de ser despedida, caso fosse reclamar os seus direitos na Justiça. Relatou que o

Secretário da Administração valeu-se da Polícia para receber a chave do Arquivo da Prefeitura, que a funcionária não quis entregar sem que o recebedor assinasse um termo de responsabilidade. A Prefeitura tinha, pelo visto, outros problemas de relacionamento com os seus servidores: o pessoal da Secretaria de Obras estava a reivindicar os atrasados do adicional de insalubridade. Se a Prefeitura havia concedido o adicional é porque os servidores a isso tinham direito. Esperava que fosse procurado um acordo, pois que vinte e sete servidores estavam a requerer esse direito. Pediu a interferência do líder da Bancada do PDS em favor de uma solução para o impasse. Átila Ramos - Relatou que, há 35 anos passados, Capela de Santana vivera um momento difícil. O Arcebispo de Porto Alegre resolvera transferir a sede da paróquia para Rincão de Cascalho, à vista do precário estado da Igreja Matriz. A comunidade, não dispondo de recursos suficientes para construir um novo templo, ficara traumatizada com a situação. Nessa oportunidade, um casal residente em São Leopoldo mas vinculado a tradicional família de Capela resolvera abraçar a causa e movimentar a comunidade em favor da construção de uma nova Matriz. E assim fora feito. Esse casal, Darcy e Celi Machado, com outros casais e membros da comunidade de Capela, organizara um grande movimento e conseguira construir a majestosa igreja, de que Capela ainda hoje se orgulha. Com a transferência para Capela do Pe. Ernesto Zanatta, trabalhador, organizado e dinâmico, as obras haviam adquirido um novo impulso. E o casal Machado entregara a obra praticamente pronta. Fazia estas considerações para render homenagem à Srª. Celi Machado, que na véspera passara para a eternidade. Emocionado, em nome da comunidade e do povo de Capela, expressava pesar pelo infausto evento. Concluiu afirmando que a Srª. Celi Machado era uma criatura rara e maravilhosa. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão e votação o projeto de lei CM 89/88 - PM 21/88, do Executivo, que revoga a lei municipal que atribui ao Vice-Prefeito a Coordenadoria de Supervisão e Planejamento. Aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão e votação o projeto de lei CM 90/88 - PM 22/88, do Executivo, que autoriza a abertura de créditos suplementares até o novo limite de mais 30% da receita orçada para o exercício. Aprovado por unanimidade. Foram postos em discussão os projetos de leis CM 91 e 92/88, de iniciativa do Vereador Eloy dos Santos, outorgando o título de cidadania caiense aos Srs. Jacinto Rossetti e Donato Lalli Bonn. Falou o autor, em justificação dos projetos, ressaltando a

de/ta/ta

atuação dos referidos cidadãos pelo progresso da comunidade caiense. Na votação, foram aprovados por unanimidade os dois projetos. Foi posto em discussão e votação o pedido de informações do Vereador Átila Ramos acerca da relação do Dr. Bruno Cassel e Subprefeito de Capela com o armazenamento de 400 mil sacas de arroz nos prédios da antiga fábrica da Arrozeira Brasileira S/A (CM 93/88). Foram postos em discussão os dois requerimentos do Vereador Átila Ramos que pleiteiam extensões de redes elétricas em Capela de Santana (CM 95 e 96/88). Aprovados por unanimidade. Foi posto em discussão e votação a emenda do Vereador Júlio Campani aos projetos CM 83, 84 e 85/88, que dispõem sobre o reajustamento das tabelas de remuneração dos servidores municipais. Aprovada por unanimidade. Com essa emenda, foram postos em discussão e votação os respectivos projetos - CM 83, 84 e 85/88, os dois primeiros do Executivo e o último de origem legislativa. Foram aprovados com uma abstenção. Esses projetos prevêem um reajustamento de 30% dos servidores municipais, ativos e inativos, e às pensionistas, a partir de julho. A emenda do Vereador Júlio Campani autoriza o Executivo a reajustar as mesmas tabelas, em agosto, em percentual igual ou superior à Unidade de Referência de Preços - URP, se a marcha da arrecadação e os saldos orçamentários, já suplementados, o permitirem. Na discussão da matéria, falaram os seguintes Vereadores: Tomé Flores - Disse que, infelizmente, não pôde comparecer à reunião com o Sr. Secretário da Fazenda, realizada na segunda-feira anterior. Respeitava o que ficara combinado mas continuava a entender que o reajuste de 30% era insuficiente. Por isto, se absteria de votar a matéria. Eloy dos Santos - Analisou a proposta do Executivo em face das ponderações do Sr. Secretário da Fazenda, de que ainda não dispunha de dados completos acerca da receita no primeiro semestre do exercício. O Secretário ficara de pagar a metade de 13º salário em princípio de agosto e em setembro ou outubro então viria nova proposta de reajustamento do Executivo, em busca de uma mais correta atualização da remuneração dos servidores. Na votação da matéria, como já constou acima, os três projetos e a emenda do Vereador Júlio Campani foram aprovados, com a abstenção do Vereador Tomé Flores. Não houve EXPLICAÇÕES PESSOAIS. A próxima sessão ordinária foi marcada para o dia 14 de julho de 1988, às 18 horas e 30 minutos. O Sr. Presidente renovou a informação de que a 21 de julho, como parte do Programa da IX Festa da Bergamota, será realizada uma sessão solene para a entrega de títulos de cidadania caiense. A ses

At. Vieira

são foi encerrada às 19 horas e 20 minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
JOSÉ CARLOS GOULART

.....
ANSELMO PETRY

.....
JOSÉ CILON FLORES

.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

.....
ALFREDO OSCAR KIEFER

.....
JOSÉ ELOY DOS SANTOS

-X-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 114ª sessão ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 14 de julho de 1988. Aos catorze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas e quarenta minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado, 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, Anselmo Petry e José Cilon Flores. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores.

[Handwritten signature]


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Correspondência Recebida: Nada a acusar. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Vereador Júlio Campani dando à Praça João Pessoa a denominação de "Praça Cônego Edvino Puhl" (Expediente CM 110/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein reiterando ao Sr. Secretário Estadual dos Transportes a sugestão de construção de redutores de velocidade (quebramolas) na RS 122, na parte leste da cidade (Exp.109/88). Requerimento do Vereador Júlio Campani pedindo informações acerca da concessão de placas de táxi neste exercício (Exp. 111/88). Indicação do Vereador Júlio Campani sugerindo ao Executivo que a receita oriunda do aluguel do Ginásio de Esportes seja destinada ao Conselho Municipal de Esportes, em conta específica destinada a incentivar o futebol de salão (Exp. 112/88). Oradores. Não houve inscrições. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Júlio Campani que dispõe sobre a concessão de licença para a localização e funcionamento de novas farmácias e drogarias (Exp.101/88). Justificando o seu projeto, informou o autor que fora procurado por farmacêuticos locais preocupados com a possível instalação de farmácias maiores do que as existentes. Citou a existência de legislação semelhante em vigor no Município de Pelotas, onde o raio de distância mínima é de quinhentos metros, enquanto a sua proposta fixa a distância mínima em trezentos metros. A medida não cercearia a liberdade de quem quer que seja. A intenção era espalhar as farmácias, para atingir maior número de pessoas. Na votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento do Vereador Júlio Campani em que este propõe pedido de informações ao Executivo acerca do recebimento e aplicação de auxílios recebidos da União e do Estado (Exp. CM 103/88). O autor informou que busca o esclarecimento de dúvidas. Fora recebida uma verba de quinhentos mil cruzados para a construção de uma escola, a de Monjolo. Divulgara-se que o custo da obra fora de três milhões e duzentos mil cruzados. Procurava ter uma dimensão exata das circunstâncias, no exercício da sua missão fiscalizadora. O pedido de informações foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento em que o Vereador Júlio Campani propõe seja oficiado à direção do Hospital Sagrada Família solicitando informações acerca do funcionamento e do estado de manutenção da aparelhagem de Raios X. O autor informou que, há duas semanas, a televisão noticiara a realização de inspeções em aparelhos de Raios X e muito deles haviam evidenciado falhas e deficiências. O objetivo era co-

nhecer as reais condições do aparelho em uso no Hospital. O requerimento foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento em que o Vereador Reinholdo Klein propõe mensagem ao Sr. Secretário da Saúde e do Meio Ambiente a respeito da poluição do Arroio Cadeia. Passando a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente Dilon Vieira, esclareceu o Vereador Klein que, segundo a sua proposta, quando a poluição do arroio se tornar evidente, seria estabelecido contato com o Departamento do Meio Ambiente, para a vinda imediata de técnicos do órgão. Na votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Reassumiu o Vereador Reinholdo Klein a Presidência da Mesa. Foi aprovado por unanimidade o requerimento do Vereador Reinholdo Klein que propõe mensagem ao Sr. Secretário Estadual dos Transportes reiterando o pedido de instalação de quebra-molas na RS 122 (Exp.109/88). EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais usaram da palavra os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Com relação à matéria votada na Ordem do Dia, disse que aprovara tudo sem fazer qualquer pronunciamento. Queria, contudo, ponderar que, em matéria de farmácias, tinha a impressão de que quanto mais estabelecimentos, melhor seria. Em Natal, no Rio Grande do Norte, vira uma quadra inteira só de farmácias. O atendimento das nossas farmácias, sob certos aspectos, deixava a desejar. Há dias alguém telefonara para uma farmácia de plantão e ninguém atendera à chamada. Também fez considerações acerca da instalação de redutores de velocidade na RS 122. Já apresentara requerimento nesse sentido que, aprovado por esta Casa, havia sido respondido com objeções de parte do DAER. Júlio Campani - A propósito da instalação de novas farmácias, reiterou que o seu projeto não tem caráter impeditivo. Mas entendia conveniente regulamentar a distribuição das farmácias, para evitar a sua concentração. Tomé Flores - Elogiou o Deputado Antenor Ferrari, Secretário da Saúde e do Meio Ambiente do Estado, pela atitude tomada em relação à carne adquirida da Europa e contaminada com as radiações da Usina de Chernobil, na Rússia, onde ocorreu um acidente nuclear. Manifestou-se surpreso com o pronto atendimento que a Secretaria de Obras vem dando às solicitações das partes. Lamentou que essa boa vontade do Sr. Secretário de Obras não tenha prevalecido desde o início da sua gestão. Um grupo de servidores da Prefeitura, embora intimidado, resolvera recorrer ao Judiciário em busca dos atrasados do adicional de insalubridade. Se este fora concedido é porque

ga de títulos de cidadania caiense aos Srs. Egon Schneck e Sérgio Borgatto e às Srãs. Maria das Mercês Rey Cassel e Maria Júlia Felippsen. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário, ocuparam os respectivos lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos. À direita do Presidente sentou o Prefeito Dr. Bruno Cassel e à sua esquerda o Dr. Sejalmo Sebastião de Paula Nery, Juiz Diretor do Foro. Ainda fez parte da Mesa o Dr. Hélio Vasconcellos Pereira, Delegado Regional da Receita Federal. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Carlos Goulart, líder, Anselmo Petry e José Cilon Flores. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. Os Vereadores sentaram à direita da Mesa, enquanto que os homenageados do lado esquerdo, junto com o Sr. Danilo Fink, Presidente da Comissão Organizadora da IX Festa da Bergamota, e com a Rainha e Princesas da Festa, Srtãs. Cláudia Roberta de Mello, Cristiane Koch e Letícia Oderich Moreira. Instalados os trabalhos da sessão, o Sr. Presidente cumprimentou as autoridades, homenageados e demais presentes, disse da finalidade da sessão solene e conferiu a palavra ao Vereador José Cilon Flores, para saudar os homenageados, em nome da Câmara Municipal. O que feito, sob aplausos, o Sr. Presidente Reinholdo Klein entregou pessoalmente à Srã. Maria das Mercês Rey Cassel o título de "Cidadã Caiense". Para fazer a entrega do título à Srã. Maria Júlia Felippsen foi convidado o Vereador José Carlos Goulart. O Vereador José Cilon Flores fez a entrega ao Dr. Sérgio Borgatto, enquanto ao Vereador Júlio César Campani coube fazer a entrega ao Sr. Egon Schneck. O Dr. Sérgio Borgatto agradeceu a concessão dos títulos, em nome de todos os homenageados. Por fim, cumpridos os objetivos da sessão solene, o Sr. Presidente voltou a agradecer a presença de todos e deu por concluídos os trabalhos desta sessão. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.


.....
REINHOLDÓ KLEIN
Presidente

Dilon Sebastião Vieira
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

Átila Luiz Flores Ramos
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

José Carlos Goulart
JOSÉ CARLOS GOULART

Anselmo Petry
ANSELMO PETRY

José Cilon Flores
JOSÉ CILON FLORES

Tomé da Silva Flores
TOMÉ DA SILVA FLORES

Júlio César Campani
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

Aloysio Ermemo Schneider
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

Alfredo Oscar Kiefer
ALFREDO OSCAR KIEFER

José Eloy dos Santos
JOSÉ ELOY DOS SANTOS

-X-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 115ª sessão ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 28 de julho de 1988. Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado, 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Cilon Flores, vice-líder, e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermemo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício 135/88, do Executivo Municipal, respondendo pedido de informações do Vereador Átila Ramos acerca da relação Prefeito/Subprefeito com o armazenamento de arroz nos prédios da antiga fábrica de cordas da Arroeira Brasileira S.A., em Capela de Santana. Ofício do Líder da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa comunicando sua posição contrária à privatização do Banco Meridional. Ofício do Gerente Regional da Companhia Estadual de E-

[Handwritten signature]

At. Vieira

[Handwritten mark]

nergia Elétrica acompanhado de cópia do projeto e orçamento para complementação da rede de energia elétrica da rua Henrique D'Ávila. Circular 11/88A da Assembléia Legislativa do Estado, informando a remuneração dos Srs. Deputados Estaduais. Circular do Tribunal de Contas do Estado enviando a esta Casa uma cópia da Resolução nº 342, que disciplina a constituição das Tomadas de Contas dos responsáveis por sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações municipais. Prospecto da Ceitil Treinamento, com o programa da promoção "Encerramento de Mandato", destinada a Prefeitos, Vereadores, Contadores, Secretários, etc., a ser realizada em Blumenau-SC, de 17 a 19 de outubro, junto com a Oktoberfest. Proposições Recebidas: Requerimentos do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento das seguintes pessoas: Willibaldo Schöller, Wilma Hanauer, Edvino Petry, Olindo Hoff e Ana Maria Schuster Wollmann. Requerimento do Vereador Eloy dos Santos propondo voto de pesar pelo falecimento de José Marciel Pereira. Oradores. Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Anselmo Petry - Declarou que a população de São José do Hortêncio foi surpreendida com a ordem de fechamento da Agência Postal, que lá funciona desde o Império. Justamente agora, quando São José do Hortêncio já foi emancipado por lei e está em vias de instalar-se como Município. Não se entendia tal procedimento. Era lamentável que o Governo, em vez de melhorar as condições de vida de uma população obreira, a ponto de obter a sua emancipação, permita um regresso como o fechamento da Agência Postal. Átila Ramos - Disse que, enquanto o colega de São José do Hortêncio lamentava o fechamento do Correio, ele estava eufórico com a assunção, pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, do serviço de água de Capela de Santana. Agradeceu ao Sr. César, gerente da Unidade de Saneamento desta cidade, ao Sr. Alzir Bach, Presidente do Diretório do PMDB e membro do Gabinete do Sr. Secretário do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, o empenho que desenvolveram para tornar efetiva a encampação, pela CORSAN, do serviço de água de Capela. Sua luta, nesse sector, não era de hoje. Vinha de longo tempo. Felizmente os resultados começavam a aparecer. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Júlio Campani que dá a denominação de "Praça Cônego Edvino Puhl" à praça central da cidade (Expediente CM 110/88). O Vereador Júlio Campani disse que o projeto por si só se justifica. E salientou a partici-

pação que o Revmº. Cônego Edvino Puhl teve na vida da comunidade local nos últimos 35 anos. O Vereador Átila Ramos felicitou o Vereador Júlio Campani pela iniciativa do projeto, reputando muito justa a homenagem. O Vereador Cilon Flores, em nome da Bancada do PDS, também cumprimentou o Vereador Júlio Campani pela iniciativa e pôs em evidência aspectos da atuação do Cônego Edvino Puhl, inclusive na construção da igreja e da praça de Conceição. O Vereador Eloy dos Santos cumprimentou o Vereador Júlio Campani pela iniciativa, achando muito justa a homenagem ao Revmº. Cônego Edvino Puhl. Passou em revista os monumentos existentes na Praça central da cidade, para aventar a idéia de, futuramente, erguer-se, ali, um busto do Cônego Edvino Puhl, através de subscrição popular ou outro meio. O Vereador Dilon Vieira apoiou a proposição do Vereador Júlio. Achava muito oportuno, também, o sepultamento do Cônego Puhl na Matriz de São Sebastião. O projeto foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. O pedido de informações ao Executivo acerca do número de placas de táxi concedidas de janeiro de 1988 até agora, do Vereador Júlio Campani (CM 111/88) foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Cilon Flores Reportou que há cerca de duas semanas fora procurado por diversos produtores rurais preocupados com a intenção do fisco estadual, de lhes cobrar Imposto sobre Circulação de Mercadorias sobre mudas frutíferas. A AVIMAFO - Associação dos Viveiristas - dirigira, há tempos, um manifesto ao Sr. Secretário da Fazenda, em consequência do que ficara assentada a não tributação das mudas frutíferas. Apenas das plantas ornamentais, em xaxim ou vaso. Disse o Vereador Cilon que, em contato com o Fiscal local do ICM, este lhe mostrara um decreto de 1976, cujo art. 6º estabelece a isenção das mudas para consumo. Mas, afinal, quando uma muda era para consumo? Fora informado que, para prevalecer a isenção, era preciso fornecer contra-nota. A lei não baixava ao detalhe de se exigir contra-nota. Estranhou que somente agora surja o problema. Lembrou a conveniência de ser feita consulta à Secretaria da Fazenda, de parte da AVIMAFO ou mesmo da Câmara Municipal. Concluiu afirmando que a prevalecer a exigência, de pagamento do tributo, com correção monetária, todos os produtores rurais iriam à falência. Eloy dos Santos - Assinalou a passagem do dia 25 de julho, Dia do Imigrante, Dia do Colono e Dia do Motorista. Não vira nenhuma comemoração a esse respeito, pedindo escusas a qualquer entidade ou es-

cola que tenha marcado a passagem de data tão expressiva. Informou que à margem do rio Caí estão depositadas latas de azeite, vazias, que alguns atiram para dentro das águas. Aliás, em período de cheias, as águas chegariam até as latas, levando-as para o leito. Eram mais ou menos três tombadeiras de latas. Admirou-se de que a Prefeitura deixasse fazer esse depósito em local tão impróprio e que a mesma ainda não tenha providenciado na remoção. Júlio Campani - Disse que fora muito bem lembrado pelo Vereador Eloy dos Santos o transcurso do Dia do Colono. E aduziu que no dia 20 de julho fora nomeado consultor jurídico da Associação dos Comerciantes de Citrus do Estado do Rio Grande do Sul. Isto em uma reunião, realizada no Parque Centenário, com a presença dos diretores da CEASA, do Presidente da Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e do representante do Conselho Estadual de Citricultura. Na oportunidade, lhe fora dada a palavra para, em nome da Associação, agradecer a presença dos ilustres visitantes, ocasião em que fizera uma análise da situação do agricultor no Brasil. Falara na necessidade de apoiar-se o agricultor, para que permaneça na terra. Para que, amanhã ou depois, um País como o Brasil, de dimensões continentais, não fique na dependência da importação de um grande número de alimentos. Reinholdo Klein (passando a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente, Vereador Dillon Vieira) - A propósito da tributação das mudas frutíferas, esclareceu que já manteve contato a esse respeito com a Secretaria da Fazenda, há cerca de quinze dias, esperando uma solução para breve. Quanto ao Revmo. Cônego Edvino Puhl, fora um grande defensor do vale do rio Caí. Sempre disposto a contribuir com as suas luzes para a solução dos problemas e com a sua eloquência para o brilho das solenidades. Prestara serviços a muitas comunidades. Em Rincão do Cascalho administrara a construção da igreja. Coordenara a construção de muitas capelas. Aqui viera logo depois do Pe. Fernando Müller, S.J., também um grande benfeitor das nossas comunidades. Fez o elogio do Pe. Fernando Müller, informando que já transmitira à Secretaria da Câmara a sua intenção de dar o nome desse ilustre sacerdote a uma rua da cidade. O Cônego Puhl continuara com o dinamismo e atividade do Pe. Fernando Müller. Supervisionara a construção das igrejas de Rincão e Conceição por determinação do Sr. Arcebispo Metropolitano. Ambos os sacerdotes haviam se imposto à consideração e ao respeito de todos que com eles haviam mantido contato. Voltou o Vereador Klein à Presidência dos trabalhos,

das pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício do Chefe do Gabinete da Presidência do Banco Meridional S.A. acusando o recebimento do ofício 159/88 da Câmara e agradecendo a manifestação contrária à privatização do referido estabelecimento. Carta da Sr^a. Maria Júlia Felippsen agradecendo a concessão do título de "Cidadã Caiense" e as homenagens que lhe foram prestadas em sessão solene da Câmara Municipal. Requerimento da Sele Wel Tingimentos Indústria e Comércio Ltda., informando a destruição, por incêndio, das suas instalações e depósito de materiais e pleiteando a cessão temporária do prédio situado na rua 1^o de Maio, esquina com a Pílhheiro Machado, que a Lei nº 1.211/87 destina à construção de sede para a Câmara Municipal. Proposições Recebidas: Projeto de lei, assinado por todos os Vereadores, que autoriza o Poder Executivo a ceder, por tempo determinado, à empresa Sele Wel Tingimentos Indústria e Comércio Ltda. ME, o imóvel a que se refere a Lei nº 1.211, de 16 de junho de 1987, e dá outras providências (Expediente CM 119/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nestor Ruschel. Indicação do Vereador Reinholdo Klein sugerindo ao Executivo a canalização do esgoto pluvial em frente à casa do Sr. Claudino Griebler, na rua Esperanto. Oradores: Não houve inscrições. ORDEM DO DIA. O Sr. Presidente, considerando os termos do requerimento da Sele Wel Tingimentos Indústria e Comércio Ltda. e do projeto de lei que, com base no mesmo pedido, a unanimidade dos Vereadores formulara, e tendo em conta, ainda, a urgência de uma solução para a empresa interessada, colocou o assunto na pauta do dia, com a aprovação unânime dos Srs. Vereadores. O Vereador Tomé Flores, tendo em vista a destruição, por incêndio, das instalações da empresa e de matéria-prima de terceiros, informou que estes concordavam em receber os seus créditos em serviços, contanto que a empresa restabelecesse, de imediato, as suas condições de funcionamento. Propôs o Vereador Tomé Flores que a matéria não só fosse discutida mas também votado o projeto, cuja redação final poderia ser aprimorada posteriormente, uma vez assentadas as condições básicas da cessão. O Vereador Cilon Flores disse que por princípio entende que a Prefeitura deve ser cautelosa no favorecimento de pessoas e empresas. Mas, considerando as circunstâncias, concordava com a votação do projeto nesta sessão, uma vez resguardados os interesses do Município. O Vereador Eloy dos Santos declarou que o caso era urgentíssimo. Em situações como esta, tanto o Legislativo como o Executivo deveriam tomar uma posição.

A Prefeitura auxiliava os flagelados das enchentes. No caso, a empresa fora vítima de um incêndio, sinistro que viera truncar uma atividade produtiva, em franca expansão. Além do mais, o prédio em questão, já desde antes de ser destinado à Câmara, estava sofrendo depredação e carecia de limpeza. O Vereador Átila Ramos ressaltou a importância e urgência do projeto, para cumprimentar os seus pares pela disposição de estender o seu apoio aos jovens componentes da empresa. Encerrada a discussão, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Fez, para o plenário, um resumo de um comentário feito pelo radialista Cândido Norberto, no mesmo dia, pela manhã. Depois de referir que a produção de grãos, segundo se noticiava, era magnífica, talvez a maior de todos os tempos, o comentarista estranhara que, enquanto isto, os supermercados continuavam a aumentar, todos os dias, os preços dos cereais e de outros artigos. Anunciava-se a descoberta de novas jazidas de petróleo, a abertura de novos poços, e os combustíveis continuavam a subir. Enquanto o Sr. Presidente da República, acompanhado de numerosa comitiva, viajava por este e outros países. Anunciava-se o aumento dos remédios. E perguntara o Sr. Norberto, para arrematar, afinal, o Brasil tinha remédio? Concluiu o Vereador Eloy dizendo que repetia a pergunta como um desabafo e para amenizar a tensão dos dias presentes. Tomé Flores - Voltou a tecer comentários sobre a concessão do adicional de insalubridade, de parte da Prefeitura, ao pessoal de obras. Houvera ameaças a quem reivindicara o pagamento de atrasados. Informou que o Dr. Léo Angst, consultor jurídico da Prefeitura, solicitara perícia técnica para saber quem tem ou não direito ao adicional. Divergiu da posição assumida pelo Executivo. Se a Prefeitura havia pago o adicional a todo o pessoal da Secretaria de Obras, conseqüentemente havia reconhecido o direito de tais servidores a essa vantagem. Os prejudicados estavam recorrendo à Justiça, o que certamente iria implicar em maiores despesas ao erário, já que os valores devidos sofreriam o acréscimo das despesas judiciais. Pediu ao Vereador Cilon Flores, na liderança da Bancada do PDS, que se empenhe junto ao Executivo para resolver harmoniosamente a questão, pagando aos servidores o que lhes é devido. Júlio Campani - Lembrou que há dois anos atrás houve um princípio de incêndio no prédio do antigo Cine Aloma. Na oportunidade, fizera manifestação aqui, na Câmara, contra a grave deficiência que era a ausência de uma viatura de com

bate a incêndios e a inexistência de um órgão com a responsabilidade de acionar tal viatura. Todo o trabalho então desenvolvido, pelo visto, fora em vão. O Vereador José Goulart então informara que já estavam sendo tomadas providências para treinar bombeiros voluntários, a quem seriam entregues meios materiais para combater os incêndios. A promessa ou intenção, infelizmente não fora cumprida. Agora, no dia 19 de agosto, outro sinistro ocorrera nesta cidade. E, mais uma vez, fora necessário aguardar a chegada, aqui, de um veículo do Corpo de Bombeiros de Montenegro. Com a demora natural de que tal circunstância se reveste. Expressou sua satisfação por constatar os benéficos efeitos de uma emenda de sua autoria, a projeto de lei do Executivo, graças ao que, neste mês de agosto, os servidores municipais receberiam vinte por cento a mais. O Executivo valera-se da autorização decorrente da sua emenda, para decretar esse reajustamento. A sessão foi encerrada às dezenove horas e quarenta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 11 de agosto de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

Handwritten mark

Handwritten signature

Handwritten signature
 REINHOLDO KLEIN
 Presidente

Handwritten signature
 DILON SEBASTIÃO VIEIRA
 Vice-Presidente

Handwritten signature
 ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
 1º Secretário

Handwritten signature
 ANSELMO PETRY

Handwritten signature
 JOSÉ CILON FLORES

Handwritten signature
 TOMÉ DA SILVA FLORES

Handwritten signature
 JÚLIO CÉSAR CAMPANI

Handwritten signature
 ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

Handwritten signature
 ALFREDO OSCAR KIEFER

Handwritten signature
 JOSÉ ELOY DOS SANTOS

ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 11 de agosto de 1988. Aos onze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado, 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinhold Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram inicialmente assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores José Cilon Flores, vice-líder, e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Requerimento do Vereador José Carlos Goulart solicitando sessenta dias de licença para tratamento de saúde. Achando-se presente o primeiro suplente da Bancada do PDS, Dr. Sérgio Borgatto, o Sr. Presidente solicitou a leitura do respectivo termo de reassunção do mandato de Vereador, o que feito, foi assinado pelo Vereador reempossado e pelos demais Vereadores. O Sr. Presidente declarou o Dr. Sérgio Borgatto no pleno exercício do mandato de Vereador. Ofício CCC nº 364/88, do Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, acusando recebimento de mensagem em que esta Casa manifesta sua posição contrária à privatização do Banco Meridional S.A., e informando que o Governador do Estado não tem poupado esforços no sentido de que o Banco Meridional, como instituição, continue sob o controle acionário da União, como vem ocorrendo atualmente. Ofício nº 06/88, da Comunidade Católica de São Sebastião do Caí, agradecendo as manifestações de pesar recebidas no momento da perda do Cônego Edvino Puhl e convidando para a Missa de 30º dia de falecimento. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que altera a Lei nº 878, de 14 de novembro de 1977, que cria a Taxa de Iluminação Pública, alterada pela Lei nº 1.137, de 26 de dezembro de 1984, e reduz as tabelas de cobrança (Expediente CM 122/88 - PM 23/88). Projeto de lei do Vereador Júlio Campani dispendo sobre a elaboração de Planos Municipais de Saúde (Expediente CM 123/88). Indicação dos Vereadores Dilon Vieira e Átila Ramos sugerindo ao Executivo o patrolamento

das ruas de Capela, Virador e dos loteamentos ou "vilas" Mentz, Stroehler, São Lucas, Flores, etc. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio usaram da palavra os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Saudou, em nome da Bancada do PDT, o retorno a esta Casa, do Vereador Sérgio Borgatto. Cumprimentou o Dr. Sérgio Borgatto, o Dr. Átila Ramos e o Dr. Júlio Campani pela passagem do Dia do Advogado, nesta data. Átila Ramos - Demonstrou satisfação pelo retorno a esta Casa do Vereador Sérgio Borgatto. Agradeceu as palavras do Vereador Eloy dos Santos pela passagem do Dia do Advogado. Justificou indicação sua e do Vereador Dillon Vieira, relacionada com o patrolamento das ruas e estradas de Capela de Santana. As máquinas da Prefeitura estavam em Capela de Santana. Talvez lá estavam para ajudar na campanha eleitoral de algum candidato do PDS. Mas política se fazia sempre. Não só nas vésperas de eleição. Em seis anos não havia sido feito quase nada. Agora estavam querendo iludir o povo. A ida das máquinas para Capela não iria prejudicar os candidatos do PMDB. A propósito de declarações da Secretária Municipal de Educação e Cultura, Profª. Ivone Weber, que teria chamado os integrantes do PMDB de "diabada", achava ridículo palavras como estas serem ditas por uma Secretária de Educação. Para o povo de Capela, sem qualquer consideração de ordem particular, tal linguagem era estranha. Ele - Vereador Átila - estava nesta Casa para trabalhar. Mas até hoje não conseguira nada para Capela de Santana. Nem mesmo quando ainda estava no PDS, partido da atual administração. Pelo visto, o candidato a Prefeito do partido adversário do PMDB em Capela havia conseguido com que as máquinas da Prefeitura de São Sebastião do Caí fossem deslocadas para Capela. Os Vereadores de Capela de Santana nunca haviam conseguido levar as máquinas para lá. Não havendo matéria para a ORDEM DO DIA, passou-se às EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Sérgio Borgatto - Agradeceu as manifestações feitas por ter reassumido o mandato de Vereador. Achava lamentável ter de reassumir numa hora tão difícil para o Vereador José Goulart, que estava gravemente enfermo. Achava estranho que o Vereador Átila Ramos estivesse reclamando por que as máquinas da Prefeitura estavam em Capela de Santana. O normal seria agradecer à Prefeitura. Ele - Vereador Borgatto - lamentava que as máquinas estivessem em Capela. Preferia que elas estivessem aqui. Quanto às declarações da Secretária Municipal de Educação, achava impossível que uma senhora tão edu-

Átila Ramos

cada, tão capaz, pudesse ter dito tais coisas. Deveria ter sido alguma brincadeira. Disse que iria averiguar, para esclarecer esta situação. Quanto ao projeto de lei do Executivo que altera a Taxa de Iluminação Pública, disse que não concorda com esta cobrança desde que ela foi criada. Iria apresentar uma emenda no sentido de que esta taxa seja cobrada apenas na zona urbana do Município, servida de iluminação pública. Soubera que o arrendatário do Restaurante Kanto Verde do Parque Centenário pagava uma exorbitância de taxa de iluminação pública. Não entendia como era possível a cobrança desta taxa dentro de um parque público. Outro assunto a que pretendia se dedicar nas próximas sessões era o exame do que a nova Constituição estava fazendo em benefício dos Municípios. Há poucos dias lera no jornal que o Prefeito havia sido intimado a comparecer à Polícia Federal por ter mandado cortar alguns pés de maricás, onde seria construído um centro comunitário. Se estava sendo feita uma nova Constituição, nela deveriam ser reconhecidos os direitos e deveres do Município. E as atribuições da Câmara de Vereadores. Deveria ser atribuição da Câmara dizer se uma árvore deve ou não ser cortada. Ainda mais em se tratando de uma árvore sem valor nenhum como o maricá. Esta lei, feita pelos defensores do meio ambiente, incluía o maricá e o eucalipto. O eucalipto não era uma árvore nativa brasileira. O maricá era um inço. Estava sendo feita uma nova Constituição e a ingerência dos representantes do povo, no assunto, não estava prevista. Afirmou que uma Câmara tem conhecimento direto dos assuntos que interessam ao povo do Município em que ela atua. Fora envolvida a Polícia Federal para resolver questão relacionada com o corte de uns pés de maricá. Isto, na sua opinião, não estava certo. A sessão foi encerrada às dezenove horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 18 de agosto de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

derança com o Vereador Cilon Flores. Convite do Governo do Estado e da Secretaria da Agricultura para a inauguração da XI Exposição Internacional de Animais, no Parque Assis Brasil, em Esteio, no dia 1º de setembro de 1988. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal aprovando a assinatura do Termo de Adesão celebrado em 3 de novembro de 1986, com o objetivo de implantar e executar as ações integradas de saúde no Município de São Sebastião do Caí (Expediente CM 125/88-PM 24/88). Projeto de lei do Vereador Reinholdo Klein denominando de "Rua Pe. Fernando Müller" a atual rua 7 de Setembro (Expediente CM 126/88). Projeto de lei do Vereador Sérgio Borgatto denominando de "Parque Imperatriz Leopoldina" o parque de eventos da cidade (Expediente CM 127/88). Emendas do Vereador Reinholdo Klein ao projeto de lei, do Executivo, que altera a legislação da Taxa de Iluminação Pública (Expediente CM 128/88). Emenda do Vereador Sérgio Borgatto ao projeto de lei, do Executivo, que altera a legislação da Taxa de Iluminação Pública (Expediente CM 129/88). Oradores: Antes de passar a palavra aos oradores inscritos, o Sr. Presidente apresentou aos seus pares a Bacharel Vera Lúcia da Silva Costa, nova funcionária da Casa, nomeada à vista de classificação em primeiro lugar, em concurso público. Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Sérgio Borgatto - Referiu-se ao projeto de lei do Executivo Municipal que aprova a assinatura do Termo de Acordo celebrado com o objetivo de implantar e executar as Ações Integradas de Saúde no Município de São Sebastião do Caí. Disse que, já que não implicava em despesa, ele fora assinado, em 1986, sem autorização da Câmara. Segundo explanação feita pelo Dr. Paulo Silveira, a Prefeitura estaria na eminência de perder o prazo de implantação deste plano no Município. Por isto é que se fazia necessária a aprovação deste Termo pela Câmara. Segundo os jornais, já havia uma resistência, de parte de alguns organismos do Estado, na implantação desse sistema. No momento, o maior problema para a Prefeitura era o prazo de adesão, que expira em novembro, para implantação do projeto em 1989. Se isto não ocorrer somente um ano depois, em novembro, é que se poderá tratar da implantação em 1990. Repetiu comentário feito no Gabinete do Prefeito, no sentido de que os Municípios estavam sendo colocados dentro de uma camisa de força, pois leis federais ou estaduais estavam destinando percentuais do orçamento para a saúde, educação, etc.. Continuando assim, o administrador municipal passaria

a ser um mero aplicador de verbas e percentuais impostos por leis federais. Acreditava que o governo federal, desta forma, estava ferindo a autonomia municipal. O Município é que sabia quanto deve aplicar em cada setor, conforme a receita e as necessidades. Segundo o Dr. Paulo Silveira, a Previdência Social passaria a ser administrada pelos Municípios. Alguns Municípios não estavam em condições de arcar com tão grande responsabilidade. Mas, a par disso, achava que o projeto de lei do Executivo deveria ser aprovado, pois no ano que vem já teríamos outra administração municipal e o novo Prefeito talvez quererá fazer a implantação desse novo sistema de saúde. Em relação ao projeto de lei apresentado pelo Vereador Reinholdo Klein, alterando a denominação da rua 7 de Setembro, disse que pretendia apresentar, nesta sessão, projeto de lei proibindo a alteração de nomes e datas históricas de ruas da cidade. Para não prejudicar o projeto do Vereador Klein, deixara para fazer a apresentação da sua proposta na próxima sessão. Para futuras homenagens a pessoas merecedoras, poderiam ser utilizadas novas áreas ainda sem denominação. Referiu-se à emenda, de sua autoria, a projeto de lei que altera a Taxa de Iluminação Pública. Achava que sua emenda ficara, em parte, prejudicada com as emendas do Vereador Klein. Mas alguma coisa ainda poderia ser aproveitada. Quanto ao projeto de lei, de sua autoria, denominando de Imperatriz Leopoldina o parque de eventos da cidade, achava muito pobre a denominação de "Centenário". No momento da aquisição daquela área, era Presidente da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul o Sr. Gastão Englert e ele se inclinara a doar a área justamente porque queria homenagear a Imperatriz Leopoldina. Observara que o parque fora construído e não fora feita homenagem nenhuma. Agora, para resgatar a promessa, ele estava a apresentar este projeto de lei. Júlio Campani - Denunciou fato que estava acontecendo referente a poluição do rio Caí. Morador desta cidade havia se deslocado até São Vendelino e observara a poluição do arroio Forromeco. Havia muitos peixes mortos e as pedras do arroio estavam esbranquiçadas. Alguns moradores das proximidades do arroio haviam informado que era difícil precisar as causas ou quem estaria poluindo o arroio. Preocupado com esta situação, entrara em contato com as autoridades competentes, através da Sra. Leila Biazus. Em Porto Alegre, o problema não havia tido a ressonância esperada. O Dr. Barbisan e o Dr. Fracasso haviam se interessado pelo assunto e tomariam as providên-

Reinholdo Klein

cias necessárias. Além da mortandade de peixes, alguns animais que tomaram água do arroio haviam morrido. Em Piedade, um menino que passara por dentro da água havia ficado com os pés em feridas. Reputava que uma denúncia dessas era de suma importância, pois se Forromeco desemboca no rio Caí, em breve este também estaria poluído. Solicitou ao Presidente e ao líder da Bancada do PDS que acionassem o Executivo para verificar se, de fato, isto estava ocorrendo para que, o mais rápido possível, fosse encontrada uma solução para este problema. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Júlio Campani que dispõe sobre a elaboração de Planos Municipais de Saúde (Expediente CM 123/88). O Vereador Júlio Campani solicitou o adiamento da discussão e votação do projeto, tendo em conta que o Executivo enviara a esta Casa projeto de lei que talvez, em alguns pontos, colida com o de sua autoria. Sugeriu que os dois projetos fossem analisados com mais profundidade. Acreditava que após a implantação do novo sistema de saúde a maior parte dos problemas que o preocupavam, estariam solucionados. O líder da Bancada do PDS, Vereador Sérgio Borgatto, endossou as palavras do Vereador Júlio Campani. Foi aprovado o adiamento da discussão e votação do projeto. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Cumprimentou a nova funcionária desta Casa. Referindo-se às palavras do Vereador Júlio Campani, relacionadas com a poluição que ora estaria acontecendo em Bom Princípio, disse que a Casa deveria preocupar-se com este problema pois que, futuramente, ter-se-ia de suspender, talvez, a captação de água do rio Caí, porque nem a estação de tratamento da CORSAN teria condições de receber essa água poluída. A água teria de ser encaminhada a Porto Alegre a fim de ser examinada para escolha do melhor tratamento químico a ser aplicado. Acreditava que, se o problema estava ocorrendo em Bom Princípio, as autoridades locais competentes deveriam tomar as providências cabíveis, para se evitar uma perda de tempo. Deveria ser feita uma campanha intermunicipal para que qualquer pessoa que visse alguma alteração na água do rio, logo informasse a autoridade competente: Unidade Sanitária, Delegacia de Polícia, etc., para que sejam tomadas as providências cabíveis. Às vezes, passados dois ou três dias, já não se podia descobrir de onde provem a substância poluente e a contaminação estaria espalhada por quilômetros. O arroio Cadeia também, por diversas vezes, estivera muito poluído, recentemente. Sérgio Borgatto - Tranquilizou a Bancada do PMDB com

relação à declaração atribuída à Srª. Secretária de Educação e Cultura, de que os integrantes do PMDB de Capela constituíam uma "diabada". Falara com a Professora Ivone Weber, que negara peremptoriamente tal declaração. Aludindo à greve dos carteiros em São Paulo, disse que lá eles tinham de entregar correspondência a 5 km de distância, enquanto que aqui esta entrega ficava restrita ao perímetro central da cidade. Quem mora na periferia, como Vila Rica, Quilombo, Chapadão, etc., tem de ir até a agência da ECT para receber sua correspondência. Solicitou ao Presidente da Casa que oficiasse ao gerente local da ECT para saber quais os critérios adotados para entrega de correspondência. Referindo-se às palavras do Vereador Eloy dos Santos em relação à poluição do arroio Forromeco, disse ter conhecimento do fato, através de parentes que lá residem. Todos sabiam que existem indústrias nas nascentes desses rios que lançam substâncias químicas, em quantidades acima das permitidas, o que gerava a poluição das águas. Deveria haver um esforço conjugado das Prefeituras dos Municípios atingidos por esta poluição. Júlio Campani - Sugeriu que fosse mantido um contato da Câmara e Prefeitura com o Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente para que, no dia seguinte, viessem os técnicos daquele departamento examinar a poluição "in loco". Ou que as Secretarias Municipais da Saúde de Bom Princípio, Feliz e São Sebastião do Caí recolhessem amostras da água e enviassem a Porto Alegre para uma análise, em laboratório. Tomé Flores - Complementando as palavras do Vereador Júlio Campani sugeriu que fosse mantido um contato direto com o Secretário da Saúde e Meio Ambiente, Deputado Antenor Ferrari, para colocá-lo ao par da situação. Em Garibaldi e Carlos Barbosa existiam as indústrias metalúrgicas que trabalhavam com material pesado. Provavelmente seriam estas indústrias que estariam largando substâncias químicas na água. Solicitou que a Prefeitura Municipal delimitasse locais para a afixação de propaganda política para evitar que a cidade toda fique cheia de cartazes e propagandas dos candidatos. Declarou-se contrário à distribuição de propaganda eleitoral dentro da Prefeitura. Pessoas procuravam a Prefeitura para fazerem reivindicações e saíam com propaganda política lá distribuída. Deveria ser mais discreta esta propaganda. Átila Ramos - Agradeceu ao líder da Bancada do PDS pelo esclarecimento prestado quanto às palavras da Secretária Municipal de Educação e Cultura. O Sr. Presidente solicitou ao Secretário a leitura de ofício enviado por esta Casa ao Secretá-

Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores.

Correspondência Recebida: Ofício da Comunidade Católica de São Sebastião do Cai convidando para recepção e posse do novo Pároco desta cidade. Ofício 21/88 da Agência local do Instituto de Previdência do Estado, transmitindo solicitação do Chefe de Interiorização, Dr. Ariel Costa, no sentido de que o Município doe um terreno para a construção de sede para a agência local. Ofício-circular da Câmara de Cruz Alta, pleiteando apoio a u'a moção que diz respeito à concessão de um adicional de risco de vida aos Oficiais de Justiça, no mesmo percentual do concedido aos policiais, Brigada Militar, etc.

Proposições Recebidas: Projeto de lei do Vereador Sérgio Borgatto que veda a alteração da denominação de ruas, avenidas e logradouros públicos que representam homenagem a datas, vultos ou fatos históricos (Expediente CM 130/88). Indicação do Vereador Tomé Flores sugerindo ao Executivo a redução da carga horária semanal do magistério municipal. Indicação do Vereador Tomé Flores sugerindo ao Executivo a construção de quebra-molas em três locais da rua São João.

Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Sérgio Borgatto - Referindo-se ao projeto de lei do Executivo que aprova a assinatura de Termo de Adesão para implantação e execução das Ações Integradas de Saúde no Município, disse que a imprensa noticiara que projeto semelhante estava na Assembléia Legislativa do Estado e que havia gerado muitas dúvidas entre os Deputados. Eles haviam solicitado esclarecimentos ao Secretário da Saúde e Meio Ambiente e este perante eles comparecera com 10 kg de papéis para exame. Achava que os Vereadores ficariam numa situação difícil tendo de aprovar um projeto sem conhecê-lo mais detalhadamente. O objetivo principal deste projeto era permitir que o Executivo pudesse contratar um técnico especializado na organização e implantação desse sistema. Segundo o Dr. Paulo Silveira, existia somente um profissional que adquirira o conhecimento necessário para a implantação desse plano de saúde. A Prefeitura não poderia contratar este profissional sem a aprovação do projeto de lei, pela Câmara. Projeto esse que não fora submetido em época mais oportuna.

ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo que altera a Lei que

cria a Taxa de Iluminação Pública e reduz as tabelas de cobrança (Expediente CM 122/88-PM 23/88). O Vereador Sérgio Borgatto informou que o Executivo havia consultado às Delegações de Prefeituras Municipais - DPM e que se houver algum fundamento quanto à declaração de inconstitucionalidade dessa Taxa, ele - Executivo - seguramente enviaria outro projeto revogando a Lei em vigor. O Vereador Tomé Flores solicitou o adiamento da votação do projeto, para esperar o parecer que a DPM enviará ao Executivo acerca da inconstitucionalidade da Taxa de Iluminação Pública. O Vereador Sérgio Borgatto achava que o adiamento da votação poderia deixar de beneficiar os consumidores, uma vez que o projeto propunha uma redução de cinquenta por cento da Taxa. O Vereador Eloy dos Santos concordou com o adiamento da votação, até que chegue o parecer da DPM com uma solução definitiva. Salientou que em algumas localidades da zona rural não havia iluminação em todos os postes. Às vezes, em cada quatro ou cinco postes, apenas um possuía lâmpada. Deveria ser feito um levantamento para que apenas os que possuem iluminação paguem a taxa. Foi aprovado, por unanimidade, o adiamento da votação do projeto. Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo que aprova a assinatura de Termo de Adesão para implantação e execução das ações integradas de saúde no Município de São Sebastião do Caí (Expediente CM 125/88 - PM 24/88). O Vereador Eloy dos Santos disse que se tratava de um projeto polêmico. Em novembro terminaria o prazo para que o Município pudesse participar do novo sistema. A próxima administração é que ficaria com o encargo de levar adiante a implantação do plano. Achava interessante a realização de uma reunião com os dois candidatos a Prefeito, para se debater as repercussões deste projeto. A votação se tornava difícil para os Vereadores. Muitos não estariam mais aqui quando o novo sistema for implantado. Sugeriu o adiamento da votação do projeto de lei. Achava indispensável a presença do cidadão que irá implantar este plano para que pudessem ser esclarecidas muitas dúvidas. O Vereador Tomé Flores concordou com o adiamento da votação do projeto. Era uma matéria muito complexa para ser votada em tão pouco tempo. Não deveria ser aprovado tão rapidamente um projeto que a próxima administração terá de executar. Na Assembléia Legislativa estavam discutindo um projeto semelhante e encontrando muitas dificuldades para aprová-lo. O Vereador Sérgio Borgatto disse que o que estava sendo discutido na Assembléia era a participação do Estado. O programa prevê a par-

ticipação da União, dos Estados e dos Municípios. Já se sabia que o Município, através de Emenda Constitucional, terá de participar com 6% da sua receita. Não havia nada a modificar nesse sentido. O objetivo deste projeto era a aprovação de um Termo de Adesão ao novo sistema. Se não der certo, o Município poderia revogar a sua adesão. O que não se podia era impedir que se faça um estudo agora, para depois se analisar as vantagens ou desvantagens do plano. Segundo o Dr. Paulo Silveira, esses planos deverão dar entrada até no vembro no órgão próprio. Não devia ser fácil a elaboração de um plano de saúde para o Município. Eram necessários levantamentos estatísticos e pesquisas. Se o projeto não fosse aprovado logo, não haveria tempo para esses estudos. Foi aprovado, por maioria, o adiamento da votação do projeto. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Júlio Campani que dispõe sobre a elaboração de Planos Municipais de Saúde (Expediente CM 123/88). O autor do projeto, considerando que o seu projeto colidiria em muitos aspectos com o anteriormente discutido, solicitou a sua retirada. O Presidente deferiu o pedido. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Sérgio Borgatto que denomina de "Parque Centenário Imperatriz Leopoldina" o parque de eventos da cidade (Expediente CM 127/88). O Vereador Eloy dos Santos lembrou que estava junto na reunião em que foi negociada a compra da área onde hoje está o Parque Centenário. Recordou do pedido feito pelo Sr. Gastão Englert, então Presidente da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, para que fosse homenageada a Imperatriz Leopoldina, através da denominação de uma rua nas imediações da área. Agora, com a apresentação deste projeto, entrara em contato com a população caiense e pudera sentir o desagrado geral com a alteração do nome do Parque Centenário. Inclusive havia circulado um abaixo-assinado, com muitas assinaturas, contrário a esta alteração. Votaria contra o projeto, pois sentira que grande parte da população não estava concordando com esta proposição. O Vereador Tomé Flores disse que também havia colhido algumas opiniões junto à população caiense. Nem todos eram contrários à alteração. O próprio Vereador Borgatto havia entrado nesta sessão com um projeto de lei vedando a alteração da denominação de ruas, avenidas e logradouros públicos que representam homenagem a datas e fatos históricos. Achava uma incoerência o autor deste projeto apresentar uma proposta alterando o nome do Parque Centenário. Poderia ser encontrada outra forma de se homenagear a Imperatriz Leopoldina.

dina. O Vereador Sérgio Borgatto disse que apresentara o projeto para resgatar uma promessa feita ao Sr. Gastão Englert. A princípio pensara em denominar uma rua adjacente ao Parque Centenário. Como todas já tinham nome resolvera acrescentar "Imperatriz Leopoldina" ao nome do Parque. O abaixo-assinado que o Vereador Eloy mencionara representava uma minoria da população, que talvez nem soubesse toda a história relacionada com a questão. O Vereador Tomé Flores disse que mesmo que o abaixo-assinado representasse uma minoria, ele deveria ser respeitado, pois era a opinião de muitos eleitores que haviam conduzido os Vereadores a esta Casa. Não era uma promessa de todos os caienses e sim, apenas daqueles que estiveram presentes na negociação para aquisição da área. No momento da inauguração do Parque é que deveria ter sido proposta essa denominação. O Vereador Dillon Vieira declarou que votaria de acordo com a posição firmada pelo seu líder. A propósito da Imperatriz Leopoldina, lembrou aspectos da colonização alemã. Referiu-se à atuação do Dr. Hilebrand no seio da comunidade formada pelos imigrantes alemães. Em largos passos lembrou a guerra com a Alemanha, ocasião em que, convocado, preparara-se para integrar a Força Expedicionária Brasileira. O projeto foi rejeitado por maioria, contra o voto da Bancada do PDS. O Vereador Reinholdo Klein informou que pelo roteiro deveria anunciar a discussão do projeto de sua autoria que muda para rua Pe. Fernando Müller o nome da rua 7 de Setembro (CM 126/88). Apresentara tal projeto às pressas, a vista de informação do Vereador Borgatto de que iria apresentar proposição vedando a alteração de nomes e datas históricas. Realizara uma pesquisa a respeito da alteração proposta e, dadas as opiniões, algumas a favor e outras contrárias, resolvera solicitar a retirada do projeto, o que estava fazendo neste momento. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Júlio Campani - Agradeceu ao Secretário Executivo da Câmara, pelo bom trabalho desenvolvido na última semana, no que se refere à poluição do rio Caí. Haviam sido mantidos diversos contatos com a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, mas os técnicos não haviam aqui comparecido para ver "in loco" a poluição. Com as chuvas que haviam caído, a poluição deixara de ficar evidente. Se os técnicos tivessem vindo, não veria quase nada. Prometeu emprestar seu carro para, numa próxima vez, serem buscados estes técnicos. Sérgio Borgatto - Referiu-se a pedido de informações feito pelo Vereador Júlio Campani, relaciona

do com os auxílios recebidos pela Prefeitura para construção de escolas municipais. Estranhara que os opositores não indagassem o por quê da não aplicação dos auxílios no mercado financeiro. Falara com o Secretário da Fazenda a este respeito e ele informara que auxílios desta natureza não se podia aplicar no mercado financeiro. Verbas vinculadas não podiam ser aplicadas. Outros recursos, sim. Tomé Flores Relembrou a passagem, a 24 de agosto, do aniversário de morte do Presidente Getúlio Vargas. Ele fora um Presidente que sempre governara pensando, em primeiro lugar, no lado social. Certamente havia sido um dos mais ilustres governantes da nossa História. Eloy dos Santos - Referiu-se à cerimônia realizada no dia anterior, junto à Carta Testamento de Getúlio Vargas, na Praça Cônego Edvino Puhl. Relembrou o dia da morte do Presidente Getúlio Vargas, quando estava servindo a Aeronáutica. Acreditava que hoje haveria apenas uma pessoa habilitada a seguir as idéias e planos de Getúlio Vargas: Leonel de Moura Brizola. Anselmo Petry - Referiu-se ao fechamento da agência dos Correios e Telégrafos de São José do Hortêncio. Após diversos contatos mantidos com os Deputados Victor Faccioni e Darcy Pozza e com o Presidente da ECT havia sido suspenso o fechamento da agência postal. Iria apresentar indicações referentes à recuperação de estradas em São José do Hortêncio mas falara pessoalmente com o Secretário de Obras e Saneamento e este ficara de atendê-lo na próxima semana. Lamentou que São José do Hortêncio não poderá participar do Campeonato Municipal de Futebol por não ter sido feita a inscrição na época oportuna. Mesmo com o interesse do Vereador Tomé Flores, Presidente da Liga Caiense de Futebol Varzeano, a inscrição fora de prazo não fora possível. Sérgio Borgatto - Surpreendeu-se ao ver o líder da Bancada do PMDB dizer que não esperava mais nada do governo, uma vez que achava que o governo pertencia àquele Partido. Quanto à data comemorativa da morte do Presidente Getúlio Vargas, associou-se às palavras anteriormente ditas, porque o ex-Presidente fora o fundador do seu Partido: o antigo PSD. Referiu-se ao Dia do Soldado. Todas as comunidades reclamavam do policiamento. A localidade de Conceição estava pleiteando a instalação de um posto policial. Os Vereadores estavam sempre prontos a solicitarem maior policiamento e vigilância. Nada mais justo que no Dia do Soldado fosse feita esta referência. Júlio Campani - Justificando o pedido de informações relacionado com as verbas para construção de escolas municipais, disse que o objetivo

Ulrich

era o de dirimir uma dúvida surgida na inauguração da Escola do Monjolo. Na ocasião, o Sr. Prefeito Municipal dissera que a Prefeitura havia gasto três milhões de cruzados na construção. Agora, com a resposta do pedido de informações, podia observar-se que, na realidade, haviam sido gastos apenas um milhão e quinhentos mil cruzados. O Sr. Prefeito certamente se equivocara. Quanto à aplicação das verbas no mercado financeiro, a explicação que lhe fora dada pelo Secretário da Fazenda não era a mesma que o Vereador Borgatto anteriormente referira. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice-Presidente, Vereador Dilon Vieira) - Com relação às verbas para construção de escolas municipais, disse que se tivesse havido a construção imediata, logo após o recebimento dos auxílios, ou a aplicação dos valores em investimentos, tipo "over", o Município pouco ou nada teria despendido na construção dessas unidades escolares. Falando em poluição, lembrou que em 1971 participou de uma comissão constituída pela Prefeitura para opinar sobre a instalação ou não de um curtume, no Lajeadinho. O parecer fora contrário e o curtume não fora instalado. E perguntou: de que adianta esta atitude se agora a poluição de nossas águas vinha de todos os lados, causada por curtumes instalados em outros Municípios. Não sabia por que todos os curtumes não seguiam o exemplo do Curtume Ritter, de Picada Café, que constitui um verdadeiro exemplo de ação antipolvente. Em relação ao problema da não entrega de correspondência pela agência postal em zonas afastadas do centro da cidade, informou que isto se devia à falta de números nas casas, o que dificultava, para os carteiros, encontrar o destinatário. Sérgio Borgatto Lembrou que à época que o Sr. Cláudio Strassburger era Secretário da Indústria e Comércio o atual Vice-Prefeito estava à procura de indústrias para instalar neste Município. Fora assentada a instalação, aqui, de uma fábrica de filmes. Como ele - Vereador Borgatto - conhecia o material com que tal indústria trabalharia, percorrera todos os proprietários dos locais onde a fábrica poderia se instalar, para convencê-los a não venderem nenhuma área de terra. A fábrica seria instalada nas terras do Sr. Juca Rosa e ele convencera-o a não vendê-las. Por fim, essa fábrica se instalara em Campo Bom. O Sr. Presidente informou que dia 15 de setembro, durante a Semana Farroupilha, haveria uma sessão solene da Câmara, no CTG Lauro Rodrigues, para entrega dos títulos de cidadania caiense aos Srs. Jacinto Rossetti e Donato Lalli Bonn. A sessão plenária seria às 18h30min e a solene às 20h30min.

Reinholdo Klein

priu o dever regimental de declarar extinto o mandato do Vereador José Carlos Goulart, falecido no dia 26 de agosto de 1988, quando já estava em licença para tratamento de saúde. Declarou o Sr. Presidente que, em consequência, o Vereador Sérgio Borgatto, já em exercício, tornava-se titular da vaga aberta. Emocionado, pediu aos seus pares a observância de um minuto de silêncio, em homenagem ao Vereador falecido. Em prosseguimento, foi lida, pelo Vereador Secretário, a ata da sessão anterior, que foi aprovada com uma ressalva do Vereador Sérgio Borgatto. Reportando-se à ação por ele desenvolvida, anos passados, para evitar a instalação de uma fábrica de filmes, em Lajeado, nas terras do Sr. Jucá Rosa, disse que mencionara expressamente o mau cheiro que tal indústria espalhariã pela região, tal como a então Borregard, hoje Riocel, guardadas as proporções. Correspondência Recebida: Ofício 161/88, do Executivo Municipal, solicitando o arquivamento do projeto de lei de sua autoria (Expediente PM 23/88), relacionado com a alteração da Taxa de Iluminação Pública. Ofício 162/88, do Executivo Municipal, encaminhando cópia do Decreto nº 1.006, de 27 de agosto de 1988, que declara luto oficial pelo falecimento do Vereador José Carlos Goulart. Ofício circular nº 03/88, da Secretária Municipal de Educação e Cultura, convidando o Sr. Presidente e demais Vereadores para as atividades cívicas programadas para a Semana da Pátria. Ofício do Deputado Gleno Scherer encaminhando cópia de emenda constitucional, de sua autoria, que trata de assunto pertinente a administração municipal. Carta do Diretor Presidente da Tramontina S.A., respondendo ofício do Sr. Presidente, relacionado com a instalação de fábrica ou loja daquela empresa em nossa cidade. Ofício da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul - UVERGS, sugerindo a criação da "Comissão Pró-Constituinte Municipal. Convite da Escola Estadual de 1º e 2º Graus em São Sebastião do Caí para a formatura da turma do Magistério de 1988. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que revoga a Lei nº 878, de 14 de novembro de 1977, que cria a Taxa de Iluminação Pública, e a Lei nº 1.137, de 26 de dezembro de 1984, que a altera (Expediente CM 133/88 - PM 25/88). Projeto de lei do Vereador Reinholdo Klein conferindo ao Senhor João Paulino de Mello o título de "Cidadão Caiense" (Expediente CM 134/88). Requerimento do Vereador Eloy dos Santos com pedido de informações ao Executivo Municipal acerca da prestação de contas das entidades beneficiadas por subvenções sociais (Expediente CM

135/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de congratulações com a Caa-Y - Associação Ecológica (Expediente CM 136/88). Indicação do Vereador Júlio Campani sugerindo ao Executivo a mudança da percentagem entre os padrões M-5 e M-4 do Plano de Carreira do Magistério Municipal. Indicação do Vereador Eloy dos Santos sugerindo ao Executivo diversas providências para a localidade de Conceição, neste Município. Indicação do Vereador Reinholdo Klein sugerindo ao Executivo a formação de passeios nas ruas recentemente calçadas, com a limpeza e nivelamento dos passeios, além de ensaibramento onde for necessário. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Júlio Campani - Protestou contra os termos de um relato das atividades desenvolvidas pelo Departamento do Meio Ambiente com vistas à poluição dos nossos rios e arroios, estampado no jornal Zero Hora, de 15 de agosto. Mencionando denúncia da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, incluíra-se, na notícia, uma referência à mortandade política de peixes nos arroios Forromeco e Cadeia ou especificamente em relação ao último. A esse respeito, chegara a ouvir u'a menção, com certa ironia, do Vereador Borgatto. A notícia não condizia com a realidade. A Srª. Leila Biazuz, funcionária da Unidade local da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, mantivera contatos telefônicos acerca da poluição do Forromeco e, felizmente, o oceanólogo Ariel Ruas Júnior viera aqui e, acompanhado da Srª. Leila, tivera oportunidade de ver as pedras esbranquiçadas no leito do arroio Forromeco. Enquanto isto, vários moradores das redondezas haviam se aproximado do visitante, para fazer relatos sobre a mortandade de peixes, rotulada de política. Cumprimentou a Caa-Y Associação Ecológica, o Departamento do Meio Ambiente e a Câmara Municipal pela atuação em favor do resguardo dos recursos hídricos. Pediu ao líder da Bancada do PDS, Vereador Sérgio Borgatto, apoio para a sua indicação relacionada com a elevação do padrão M-5, do Magistério Municipal. Prestou sentida homenagem, em nome da Bancada do PMDB, ao ex-Vereador José Carlos Goulart, recentemente falecido. Sérgio Borgatto - Referindo-se ao titular da sua cadeira, recentemente falecido, prestou homenagem ao ex-Vereador José Goulart, a quem se referiu como um homem de luta, que prestou assinalados serviços à comunidade caiense. Quanto à brincadeira com o Vereador Campani, sobre a "mortandade política de peixes", falara "in off", em tom amigável, sem segunda intenção. Associou-se à atividade desenvolvida pelo Vereador Campani e por

Adver

outros em defesa da ecologia. Quando voltara dos Estados Unidos, em 1972, a necessidade de preservação ecológica já era assunto corrente e já se iniciavam providências a esse respeito. Os atos e fatos aconteciam na Europa e nos Estados Unidos e só mais tarde é que chegavam a repercutir nestas plagas. Felizmente já se notavam algumas providências efetivas e a ação da comunidade, visando à preservação dos recursos naturais. Então, rejubilava-se com o Vereador Campani por essa defesa do meio ambiente. Só que, às vezes, ficava um pouco confuso. Não sabia que governo era criticado, porque o Governador do Estado era do PMDB, a cujas hostes também pertencia o Vereador Campani. Então ficava meio confuso: não sabia se devia apoiar ou criticar, junto, o seu ilustre colega Pedro Simon, dele sendo adversário. Quanto ao relato estampado no jornal mostrava um pouco de descaso com essas denúncias. Um funcionário chegara a dizer que lhe haviam mandado um peixe estragado, para fazer a análise. Na próxima vez talvez se tivesse de mandar um peixe fresco, para fazer a análise. Dilon Vieira - Lamentou, contristado, a perda do colega José Carlos Goulart, com quem convivera mais de vinte anos como Vereador. Depois de render homenagem ao colega falecido, chamou atenção para o aterro que está sendo feito na estrada que leva a Harmonia. Não vira as obras mas, pelas informações recolhidas, elas poderiam represar as águas das cheias, aumentando a inundação da cidade de São Sebastião do Caí. Tratava-se de um assunto a ser verificado. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Sérgio Borgatto que veda a alteração de nomes de ruas com datas e personalidades da nossa História (CM 130/88). O Vereador Sérgio Borgatto aplaudiu a iniciativa do Vereador Reinholdo Klein, de retirar o projeto de sua autoria que mudava para rua "Pe. Fernando Müller" o nome da atual rua 7 de Setembro. Reafirmou que os nomes com conotação histórica dados a ruas e logradouros, devem ser respeitados. Apagar os feitos dos nossos antepassados e dos nossos heróis era o mesmo que destruir a alma do povo. Na votação, o projeto CM 130/88 foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o projeto de lei CM 125/88, do Executivo, que aprova termo de adesão ao Plano Integrado de Ações de Saúde. Antes desta sessão ordinária, fora realizada uma reunião informal, com a presença do Dr. Paulo Silveira, Chefe do Serviço Médico Social, com o Administrador Fernando Dias Lopes, candidato a elaboração de um projeto de implantação dos Planos Integrados de Saúde em nosso meio, com a enfer-

meira Dinamara Weber, Presidente da Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde, com os Srs. Egon Schneck e Dr. Mário Carlos Leão e Dante Braun, respectivamente candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, e com a presença de todos os Vereadores, ocasião em que o Sr. Fernando Dias Lopes expôs a necessidade de se elaborar um projeto técnico para obter a integração de São Sebastião do Caí no Sistema Nacional de Saúde. A matéria fora amplamente debatida, os Srs. Vereadores fizeram perguntas ao palestrante e ouviram os pronunciamentos dos candidatos a Prefeito, a um dos quais caberá executar a implantação do projeto. Em princípio, os candidatos a Prefeito, embora não conhecendo em detalhes e em profundidade os Planos Integrados de Saúde, manifestaram-se a favor da integração do Município no Sistema. Na discussão da matéria, agora, na Ordem do Dia, o Vereador Tomé Flores, líder da Bancada do PMDB, achou desnecessário tecer maiores considerações sobre a matéria, depois de todas as explicações prestadas pelo Dr. Fernando Lopes. Pediu que a Bancada do PMDB aprovasse a proposição, com a qual estavam de acordo os dois candidatos a Prefeito. O Vereador Eloy dos Santos afirmou que fora muito oportuno o convite ao Dr. Fernando Lopes, que esclarecera muitas dúvidas acerca do SUDS - Serviço Unificado de Saúde. Com a implantação do novo sistema e a unificação de recursos, como bem salientara o Dr. Paulo Silveira, poderia inclusive diminuir a incidência de doenças. O ideal seria que diminuíssem, também, a miséria e a fome de milhões de brasileiros. Depois deste Plano de Saúde, Legislativos e Executivos deveriam preocupar-se com o plano de eliminação da fome. O Vereador Sérgio Borgatto fez suas palavras do Vereador Eloy dos Santos. O Brasil era um país com tantas possibilidades de alimentar o seu povo. No entanto, em realidade, isto não acontecia. Era evidente que somos um povo doente. Mas uma Câmara de Vereadores não podia resolver os problemas do País. A sua ação, contudo, conjugada com a de outros Legislativos e com o apoio da comunidade poderia minorar muitos males. Quanto aos serviços de saúde, relatou os problemas vividos por pessoa da sua família. Ele se dispusera a pagar as despesas, para evitar que sua esposa fosse para a fila às três horas da madrugada, a fim de obter ficha de consulta médica. Não se podia era ser conveniente com esse estado de coisas. Era preciso abordar essas situações, verberá-las em busca de soluções. O projeto de lei que aprova a adesão do Município ao Plano Unificado de Saúde - SUDS - mereceu aprovação unânime do plenário. O re-

querimento em que o Vereador Reinholdo Klein propõe moção de aplauso à Caa-Y Associação Ecológica, a título de incentivo, foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS.

Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores:

Átila Ramos - Lamentou que, pela falta de redutores de velocidade (quebra-molas), Capela tenha chorado a morte de mais um jovem, no veredor dos seus dezesseis anos. Quatro ou cinco vezes já pedira a construção de quebra-molas na faixa asfaltada que vai da RS 240 a Capela. A primeira vez em 1983, no início do atual mandato. Até agora nada conseguira. Podia ser que, face ao acontecido, a Prefeitura se disponha a mandar construir redutores na faixa de Capela, mesmo que o mérito de tal providência seja dado a terceiros. Júlio Campani - Não aparteara o Vereador Borgatto enquanto este usava da palavra mas queria afirmar a sua concepção de que em política o que está certo deve ser elogiado e o que está errado deve ser criticado, não importando se o Partido é de oposição ou de situação. O fato de pertencer ao mesmo Partido do Governador do Estado, não o impedia de criticar o que, a seu ver, estava sendo mal executado. Eloy dos Santos -

Declarou-se muito preocupado com o problema das casas populares, a serem construídas pelo sistema de mutirão. Seguidamente era interpelado a esse respeito e a resposta não era fácil, pois que não podia mentir. Informava-se que cem casas seriam construídas de início e sorteadas entre duzentos interessados. Os materiais de construção já haviam sido adquiridos de uma empresa do ramo. A Prefeitura tivera de suplementar os recursos transferidos pela SEAC em mais de um milhão de cruzados. E esses materiais não incluíam a parte elétrica. Em resumo, faltava toda a infraestrutura. Abrir ruas era relativamente fácil. Mas e o resto, água, esgotos, luz, quem iria fazer e custear? E com que recursos? Na sua opinião, os Srs. Vereadores deveriam preocupar-se com a questão. Tomé Flores - Apoiou a consideração do Vereador Eloy dos Santos acerca das casas populares. As mesmas interações também lhe eram dirigidas. Assistira a uma das reuniões feitas para tratar da construção e venda das casas populares e ali já externara a sua preocupação com a forma de distribuição das casas. Referira-se às pessoas carentes que moram em área sujeitas às cheias. Houvera muitas controvérsias nessa reunião e a pessoa a quem cabia dar as explicações se levantara e fora embora. Ficara sem saber o que dizer e assim estava até hoje. As casas populares estavam sendo usadas mais politicamente do que como uma solução para

um problema real e aflitivo. Justificou a indicação de sua autoria sobre a construção de quebra-molas na rua São João, onde há sete estabelecimentos comerciais, muitas crianças na rua e muito trânsito. Especialmente na esquina da rua São João com a avenida Egydio Michaelsen. Ali a rua sofria um estreitamento, que absorvera inclusive os passeios. Pediu a interferência do líder da Bancada do PDS, junto ao Executivo, em favor de uma solução. A sua indicação com relação à carga horária das professoras municipais era muito justa. Os professores trabalhavam, além das aulas, mais duas ou três horas em casa. Insistiu na equiparação aos professores estaduais, que têm carga horária de vinte horas por semana. Estivera no Morro Peixoto e vira o aterro que lá está sendo feito. De mais de um metro de altura. Entendia que a Prefeitura deveria estabelecer contatos com quem de direito, para evitar que esse aterro repercuta no nível das enchentes nesta cidade. Sérgio Borgatto - Com relação à construção de quebra-molas na faixa asfáltica de Capela, informou que a administração não se esqueceu da localidade e das suas reivindicações. A construção de quebra-molas envolvia um problema de ordem jurídica. A propósito, contou que esteve numa cidade do Paraná onde, numa rua de dezoito quilômetros, de cem em cem metros havia quebra-molas, o que, evidentemente, constituía um contratempo para o usuário. Com relação às casas populares, referiu-se às formalidades burocráticas e ao chamado "entulho autoritário", ainda não removido, que estariam rolando as soluções. Mas podiam os seus colegas ficarem tranquilos, que a Prefeitura não iria fazer política em cima das casas populares. Fez considerações sobre a lei de loteamento e suas exigências. Iria colher informações sobre o assunto. Dilon Vieira - Quanto à legislação sobre loteamentos, podia falar de cadeira, já que realizara um loteamento, que lhe trouxera muitos dissabores e uma longa experiência prática. A sessão foi encerrada às vinte horas e quinze minutos, depois de marcada a próxima para o dia 8 de setembro de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....

REINHOLDO KLEIN
Presidente

de de Várzea. Proposições Recebidas: Projetos de leis do Executivo Municipal, alterando em 40% os vencimentos, salários, aposentadorias e pensões dos servidores municipais, ativos e inativos (Expedientes CM 140 e 141/88 - PM 26 e 27/88). Projeto de lei do Executivo Municipal, autorizando o mesmo a abrir créditos suplementares até o limite de 30% da receita orçada para o corrente exercício e dá outras providências (Expediente CM 142/88 - PM 28/88). Projeto de lei, de iniciativa da Presidência da Câmara, alterando as tabelas de remuneração dos servidores desta Casa em proporção idêntica à proposta pelo Executivo para os servidores a ele subordinados (Expediente CM 143/88). Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Sérgio Borgatto. Referiu-se inicialmente à comunicação feita pela Caa-Y sobre a derrubada de alguns coqueiros na estrada da Várzea. Há muito tempo os moradores vinham pleiteando o alargamento da estrada. Alguns coqueiros haviam crescido no leito da estrada. Havia sido cortados pelos moradores, o que levava o Secretário de Obras da Prefeitura a dar explicações ao Promotor de Justiça. Disse o Vereador que, nestas condições, não se podia mais gerar progresso. Achava que estava sendo feita uma campanha política contra o Secretário, uma vez que a CEEE andou derrubando mato e cortando não poucas mas muitas árvores, na estrada do cemitério e nada acontecera. Usava-se, então, de dois pesos e duas medidas. Quanto ao mutirão de casas populares, procurara se informar. A Prefeitura não tinha recursos para implantar a infra-estrutura e está a pleitear auxílio do Estado. Estranhou que o Vereador Eloy tenha aprovado lei segundo a qual a Prefeitura se obriga a fazer. Em relação ao pedido do Vereador Júlio Campani, empenhara-se junto ao Executivo por achar justa a reivindicação. Mas não conseguira convencer a administração. Tinha esperança de que a Câmara teria melhores condições para tratar da matéria após a vigência da nova Constituição. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo Municipal que revoga a Lei nº 878, de 14 de novembro de 1977, que cria a Taxa de Iluminação Pública, e a Lei nº 1.137, de 26 de dezembro de 1984, que a altera (Expediente CM 133/88 - PM 25/88). Na votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Reinholdo Klein que confere ao Sr. João Paulino de Mello o título de "Cidadão Caiense" (Expediente CM 134/88). Na votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento do Vereador Eloy dos Santos

Várzea

propondo pedido de informações ao Executivo acerca das prestações de contas das entidades beneficiadas por subvenções sociais (Expediente CM 135/88). Argumentou o Vereador Eloy que é dever dos Vereadores saber se essas entidades, que recebem subvenções do Município, prestam contas de acordo com a Lei nº 4.320. O dinheiro doado era do povo, por isso tinha de haver prestação de contas. Em votação, o pedido de informações mereceu aprovação por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Reportando-se à intervenção do Vereador Sérgio Borgatto acerca do projeto mutirão, esclareceu que quando se referira às casas populares pedira aos Srs. Vereadores que se ativessem a um ponto: as casas já estavam compradas, o que não resolvia o problema se não houvesse a necessária infra-estrutura. Quem iria fazer esta infra-estrutura? Dever-se-ia pensar ou no Governo Federal ou no Estadual, já que a Prefeitura não tem condições para tanto. Não se podia enganar as pessoas, desta maneira. No dia dez seriam sorteadas cem casas, entre duzentos ou mais interessados. Logo após, os sorteados iriam em busca do seu lote e da sua casa. Quando, em realidade, não existia a necessária infra-estrutura. Entre os materiais comprados não constava a fiação elétrica. Pelo visto, havia muita politicagem nessa questão. Átila Ramos - Pediu novamente ao líder do PDS para que fale com o Fiscal da Prefeitura sobre algumas irregularidades que estão acontecendo em construções em Capela. Citou como exemplo, em Estação Azevedo, uma construção dentro da rua, de parte do Sr. Carlos Flores de Oliveira. Pediu também que fosse admoestado o Subprefeito que, segundo declarou, estaria fazendo "negociatas meio perigosas". O antigo leito da rede ferroviária federal hoje não pertencia mais a São Sebastião do Caí. E o Subprefeito não tinha poderes para tirar uma porção de terras de um posseiro humilde para dá-lo a outra pessoa. Preferia não entrar em maiores detalhes a esse respeito. Mas podia adiantar que trouxera o prejudicado a esta cidade, para um contato com o Promotor de Justiça. Júlio Campani - Agradeceu o empenho do Vereador Sérgio Borgatto, líder da Bancada do PDS, junto ao Executivo, em favor do atendimento da sua indicação sugerindo a elevação do padrão M-5 da tabela de remuneração do Magistério. Disse da sua esperança de que, até o fim do ano, seja possível atender a essa reivindicação de um grupo de professoras. Ficaria atento a todas as possibilidades para concretizar o anseio dos professores M-5 no menor prazo pos

Adriano

sível. Tomé Flores - Disse não ter procuração para defender a Associação Ecológica mas sabia que a entidade trabalha há muito tempo em defesa da ecologia. Não acreditava na existência de interesse político nessa atuação. A Prefeitura ficou numa posição muito cômoda, quando autorizara os proprietários a cortar os coqueiros na Várzea. Conotação política poderia haver na ação da Secretaria de Obras, cujo titular é candidato a Vereador. Referiu-se à má qualidade do calçamento de algumas ruas. Aliás só era feito calçamento em ruas onde os proprietários podiam custear as despesas. Citou exemplos. Para não atender outros pedidos, a Prefeitura alegava não dispor de pedras. Mas agora, em plena campanha eleitoral, estavam sendo vendidas britas em condições muito vantajosas: comprava-se um metro e ganhava-se quatro ... Era uma oferta muito boa em época de campanha eleitoral. Realmente estava gostando desse posicionamento. Pena que não estava construindo para adquirir pedras nessas condições. O Vereador Borgatto falava na interferência política. De fato, a política estava interferindo. E bastante. Como também existia a política no problema das casas. Não era admissível oferecer às pessoas carentes uma opção de moradia sem que, na prática, exista a indispensável infra-estrutura. Ninguém era contra o projeto mutirão. Mas, na defesa do interesse dos menos afortunados, que precisam de casa, era necessário que se lutasse por casas com luz, água e o mínimo de condições indispensáveis. O que não podia admitir é a distribuição de casas, agora, com conotação política, para que no futuro a administração arque com o encargo de criar as condições que desde agora deveriam existir. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vereador Dilon Vieira) - Lembrando indicações de sua autoria, agradeceu ao Executivo a execução de calçamento e esgoto na rua em frente à Escola de Conceição. Ao mesmo tempo lamentou o rebaixamento da lombada, que prejudicou a entrada de um morador, o qual teve de fazer rampa de acesso à sua propriedade. Tratava-se de um pântico de entrada, com muro e grades, o que não fora considerado. Isto fora uma falta de consideração. Também na entrada da Escola ficara o barranco, quando a presença das máquinas poderia ter sido aproveitada para fazer o rebaixamento. Com relação às casas do projeto mutirão, fora surpreendido pela informação de que cem casas seriam sorteadas no próximo sábado. Concordou que, sorteado um interessado, este vai perguntar onde está o seu lote. Por que não havia sido feito o arruamento, pelo menos? Tudo o que havia sido dito em rela-

Handwritten signature or mark in the right margin.

ção ao assunto era muito grave. Mas este aspecto era o mais importante de todos. Como localizar o lote de cada um, dentro de catorze hectares de terras? Um simples arruamento e a demarcação dos lotes iria permitir a indicação do lote de cada um, permitindo soluções precárias e provisórias, até que seja construída a infra-estrutura necessária. Estivera no local esta semana e não vira nenhum vestígio de demarcação. Estava bem claro que se tratava de um ato político. Reassumiu o Vereador Klein a direção dos trabalhos. Sérgio Borgatto - Uma das preocupações do nobre Vereador Tomé, a alegada falta de pedras, ele já conseguira resolver: com as pedradas que estava levando, nesta sessão, o problema já estava resolvido ... Passaria a responder por partes as solicitações que lhe haviam sido endereçadas. Quanto à admoestação ao Subprefeito de Capela (textualmente "puxar as orelhas), sugerida pelo Vereador Átila, disse que nenhum regimento interno autoriza os líderes a puxar as orelhas de quem quer que seja. Assim, deixaria ao próprio Vereador Átila a honra de assim proceder... O Vereador Átila, em aparte, esclareceu que apenas pedira a interferência do líder do PDS, junto ao Executivo, para que fosse advertido o Subprefeito. Quanto ao famoso mutirão, que estava inflamando as mentes e os corações, queria dizer que está, de fato, havendo política. Mas quem estava fazendo política eram os ilustres membros do PMDB. Vira um folheto em que o Presidente da Sociedade Habitacional, candidato a Vereador, se promovia à custa do sorteio de casas. A Prefeitura estava entrando como Pilatos no credo, nesta história. Ela adquirira o material com o valor da percentagem da sua participação no projeto. O resto era com a Sociedade. A Prefeitura não tinha responsabilidade nenhuma na conclusão desse projeto. É claro que cabia aos Vereadores zelar pelo interesse dos contemplados no sorteio. Ter-se-ia cem felizardos e quatrocentos descontentes, pois que eram quinhentos os inscritos. Isto daria um ótimo resultado político para os promotores dos sorteios ... Quanto aos calçamentos, cuja qualidade fora reclamada pelo Vereador Tomé, prestou um depoimento: estava há vinte e cinco anos em São Sebastião do Cai e nunca vira tanto calçamento de rua como agora. O antigo Prefeito, do mesmo Partido dos reclamantes, só calçava Santa Teresinha. São Sebastião do Cai não existia para ele. Uma ou outra pedra solta em calçamento de rua era consequência natural num chão falso não coberto com areia suficiente. E não era a Prefeitura que executava as obras e sim empresas contratadas para isto.

Quanto à alegação de que não se faz calçamento onde os moradores são pobres, disse que, segundo estava informado, a rua São João estava sendo calçada de graça, sem ônus para os moradores. Iria averiguar. A rua São João não era habitada por ricos e estava sendo calçada de graça, com verbas recebidas pela Prefeitura. Achava que, no decorrer da campanha política, teria oportunidade de clarear muitos assuntos. Sabendo como a Secretaria da Casa era cuidadosa na elaboração das atas, ponderou ao Vereador Átila Ramos a revisão do seu discurso em que usara uma expressão um tanto pesada, pois do contrário teria de solicitar cópia do pronunciamento, para entregá-la ao acusado. O Vereador Átila, em aparte já no final do discurso, disse que nada tinha a retificar e que o Vereador Borgatto poderia entregar cópia do seu pronunciamento a quem quisesse. O Vereador Reinholdo Klein deixou por momentos a direção dos trabalhos para afirmar que o arruamento do loteamento destinado ao Projeto Mutirão era de total responsabilidade da Prefeitura e que em dez meses poderia ter sido executado e, mais, marcados os lotes. Novamente na Presidência, o Vereador Klein concedeu a palavra ao Vereador Tomé Flores, que passou a responder ao Vereador Sérgio Borgatto. O empréstimo do Fundurbano, de três milhões de cruzados, para custear o calçamento da rua São João, fora obtido pelo PMDB, depois de mais de um ano de constante empenho. Fora concedido em dezembro de 1987 e somente em maio deste ano o Executivo fora assinar o convênio e receber parte do empréstimo. A contratação e fiscalização das empresas empreiteiras era da responsabilidade do Executivo. Para sua surpresa, um dos candidatos a Prefeito estivera na rua São João e dissera ter obtido os recursos para o custeio do calçamento. Em verdade, tratava-se de um empréstimo altamente vantajoso para o Município: prazo de quatro anos para o resgate, com um ano de carência, correção monetária e juros com uma redução de 50%. A rua São João iria ser calçada em parte. Quatro quadras, justamente onde moram as pessoas mais pobres, não receberiam calçamento agora. Em aparte, o Vereador Sérgio Borgatto disse que quem assinava os convênios era o Vice-Prefeito, atual candidato a Prefeito pelo PMDB. Se houvera algum ato relapso, fora de parte dele. Respondeu o Vereador Tomé que o assunto estava sofrendo uma deturpação: pelo que lhe constava, o Vice-Prefeito assinava os atos no impedimento do Sr. Prefeito, a não ser em fevereiro, durante as férias do Prefeito, quando o Vice assumia a chefia do Executivo. Fora dessas circunstâncias, cabia ao Pre-

Reinholdo Klein

feito assinar qualquer documento. A não ser que o Prefeito não tivesse tempo, pois que ficava muito tempo na Prefeitura, quarenta minutos por dia. Então o resto do tempo não dava para ir a Porto Alegre. Átila Ramos - Em rápida intervenção, ratificou mais uma vez os termos usados em relação ao Subprefeito de Capela. Eloy dos Santos - Disse que, ouvindo as palavras do Vereador Tomé, chegara à conclusão que, de fato, houvera um pouco de desleixo por parte do Executivo, que talvez pudesse ter agilizado o recebimento dos recursos e o início das obras. Reconheceu que o empréstimo fora obtido através do PMDB, que tem bancada majoritária aqui na Câmara e cujo Presidente do Diretório e membro do Gabinete do Secretário do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, tendo, assim, facilidades e acesso aos setores que podem conceder tais empréstimos. De fato o empréstimo seria pago, pela próxima administração, em quatro anos, com um de carência e com redução na correção monetária e juros. O PMDB tinha facilidade de acesso ao Governo do Estado. De qualquer forma, a operação fora muito demorada. A propósito da demarcação de lotes, assunto anteriormente abordado pelo Vereador Reinholdo Klein, informou que, segundo o Secretário de Obras da Prefeitura, os lotes já estavam todos demarcados. A abertura das ruas seria facilmente executável. A sessão foi encerrada às vinte horas, depois de marcada a próxima para o dia 15 de setembro de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Também foi renovada a convocação para a sessão solene no mesmo dia, às vinte horas e trinta minutos, no CTG Lauro Rodrigues, para entrega de títulos de "Cidadão Caiense" aos Srs. Jacintho Rossetti e Donato Lalli Bonn. Para constar fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
SÉRGIO BORGATTO

.....
JOSÉ CILON FLORES


.....
ANSELMO PETRY


.....
TOMÉ DA SILVA FLORES


.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

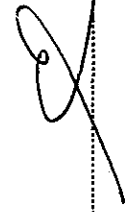

.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER


.....
ALFREDO OSCAR KIEFER

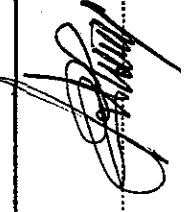

.....
JOSÉ ELOY DOS SANTOS

-X-
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 122ª ses-

são ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 15 de setembro de 1988. Aos quinze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado, 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinhold Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores Sérgio Borgatto, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Convite do 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e do Diretor Presidente da Springer para a solenidade de entrega do Prêmio Springer Por Um Rio Grande Maior. Ofício-circular do Presidente da Associação dos Secretários e Dirigentes Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul convidando para o II Seminário de Municipalização da Saúde e I Encontro Estadual de CIMS. Ofício da Secretária Municipal de Educação e Cultura encaminhando o Programa da Semana Farroupilha. Proposições Recebidas: Emenda do Vereador Júlio Campani aos projetos de leis relacionados com o reajuste dos vencimentos, salários, proventos e pensões dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas (Expediente CM 144/88). Indicação do Vereador Eloy dos Santos sugerindo ao Executivo o estudo da viabilidade de atendimento de abaixo-assinado, em que um







grupo de domésticas da Prefeitura reivindica a concessão do salário-assiduidade. Indicação do Vereador Cilon Flores sugerindo ao Executivo a iniciativa de projeto de lei cancelando, a partir de 1º de janeiro de 1989, os débitos fiscais prescritos até 31 de dezembro de 1984 e todos os impostos, de qualquer época e até 31 de dezembro de 1988, de valor igual ou inferior a Cz\$ 100,00. Indicação do Vereador Oscar Kiefer sugerindo ao Executivo o estudo e a conveniência de se denominar três ruas de São José do Hortêncio. Ora- dores. Não houve inscrições. ORDEM DO DIA. Foi posta em discussão a emenda do Vereador Júlio Campani aos projetos de leis que reajustam a remuneração dos servidores municipais (PM 26 e 27/88 e CM 143/88). O Vereador Júlio Campani invocou o exemplo da emenda precedente, de sua autoria, apresentada em julho, sancionada pelo Executivo, que dela se serviu para fazer o reajustamento em agosto. O Vereador Sérgio Borgatto ponderou que a proposta do Vereador Campani parecia colidir com uma das grandes queixas de todas as Câmaras, que haviam perdido uma parte das prerrogativas que tinham na vigência da Constituição de 1946. Exatamente quando estava por findar essa restrição, quando os legislativos estão em vias de reassumir mais amplas atribuições, não achava aconselhável este Legislativo transferir poderes ao Executivo, para conceder reajustamento através de decreto. Isto lhe parecia uma aberração, uma renúncia. Os poderes eram intransferíveis. Correr-se-ia o risco de acontecerem, inclusive, coisas desastrosas. Na emenda não se fixavam limites e o Prefeito, nela baseado, poderia até dar um aumento de mais de 100%. Como o próximo reajustamento provavelmente seria o último deste exercício e desta legislatura, seria o caso de se fazer um estudo, para corrigir distorções e passar aos próximos administradores uma legislação mais justa e adequada. Além disso, a emenda era inconstitucional. Em suma, pronunciou-se contrário à proposição. Redarguiu o Vereador Campani lembrando os contatos mantidos pelos edis com o Secretário Municipal da Fazenda, acerca da revisão dos critérios que norteiam os reajustamentos dos servidores municipais. O Secretário sempre alegava a dificuldade de se alterar esses critérios, o que levava os Vereadores a encontrar outros meios de influir no processo de reajustamento, valendo-se de emendas, como a de sua autoria. Na votação, foi aprovada a emenda do Vereador Campani, por maioria, contra o voto da Bancada do PDS. O projeto do Executivo, com a emenda (já aprovada) foi aprovado por unanimidade. Foi pos-

to em discussão o projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a abrir créditos suplementares até o limite de 30% da receita orçada para o corrente exercício, observado o disposto no artigo 43 e seus parágrafos, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 (CM 142/88 - PM 28/88). O Vereador Júlio Campani perguntou se as rubricas a serem suplementadas constavam do projeto, recebendo resposta afirmativa de vários Vereadores. O projeto foi aprovado por unanimidade.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Oscar Kiefer - Leu um telegrama do Gabinete da Presidência da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, Brasília, informando, em resposta a telegrama do Vereador, que, em atenção ao pedido formulado, fora reexaminada a questão do fechamento da agência postal em São José do Hortêncio, tendo sido decidida a manutenção dessa agência. O Vereador Kiefer externou a sua satisfação à vista da mensagem, já que ela atende a uma justa reivindicação da comunidade. A agência postal de São José do Hortêncio já funciona há cento e cinquenta anos. Tomé Flores - Na semana anterior fora superficialmente debatida a questão das casas populares. No sábado anterior fora feito o sorteio das cem casas. Hoje, o jornal local estampava a relação dos contemplados, entre os quais se contava grande número de mulheres. Entre os sorteados havia apenas quatro moradores do bairro Navegantes, apesar das cheias que constantemente atingiam esse bairro. Nada tinha contra o sorteio mas entendia que lugares como o bairro Navegantes, Quilombo, Vila Rica, sujeitos a enchentes deveriam ter um tratamento especial. A preferência deveria atingir as pessoas carentes, principalmente as que moram nas zonas alagadiças. A Câmara não fora convidada para participar das decisões. Os Vereadores não haviam sido ouvidos. Na sua opinião, primeiro deveriam ter sido selecionadas as pessoas que mais precisam entrar no Projeto Mutirão. Depois é que poderia ter sido feito o sorteio... Sérgio Borgatto - O Vereador Tomé dissera, na sessão anterior, que a responsabilidade pela assinatura de contratos e convênios era do Prefeito. Mas esta Casa votara uma lei criando um cargo específico para o Vice-Prefeito. Uma das incumbências que fora dada ao Vice-Prefeito era a de assinar convênios e contratos em Porto Alegre. De modo que não procedia a alegação de que o Prefeito era responsável pela assinatura do convênio referente às casas populares. Quanto ao fato de o Prefeito permanecer duas horas, uma hora ou quarenta e cinco minutos na Prefeitura, por dia, lem-

brou que é a quarta vez que o Dr. Bruno Cassel se elege Prefeito. E a última vez fora eleito com a ajuda do Vereador Tomé, que fizera expressiva votação, o que certamente influíra no resultado da eleição majoritária. E o Vereador Tomé sabia que, nas vezes anteriores, o Dr. Cassel, como Prefeito, tinha agido da mesma maneira. Não mudara o estilo de trabalhar. Cuidava da Prefeitura de manhã e do povo de tarde, como médico dedicado. E a população, por isto, votava maciçamente nele, por saber que é um homem que serve ao povo. Lamentou, ainda, a aprovação da emenda do Vereador Júlio Campani ao projeto de reajustamento dos servidores. Se os Vereadores aprovaram coisas ilegais, perdiam a autoridade moral de reclamar de outrem qualquer descumprimento de lei. Os Vereadores tinham de dar o exemplo, contribuir para que as pessoas creiam e confiem na legalidade dos atos aqui praticados. Concedendo poderes quase discricionários ao Prefeito, depois os Vereadores não poderiam reclamar mais nada. Quanto ao loteamento do Projeto Mutirão estranhou um Vereador dizer que só as mulheres é que ganharam terrenos. Relembrou a luta das mulheres, há mais de cinquenta anos, contra a discriminação pela igualdade de direitos com os homens. Nenhuma mulher aceitaria a exclusão das mulheres de um projeto dessa natureza. Agora, se estava a ocorrer algum caso em que a mulher se habilitara ao sorteio, escondendo o fato de já ter casa em nome do marido, caberia a esta Casa tomar providências, inclusive junto à Justiça, se necessário. Quanto ao sorteio, via-se que o pessoal mais necessitado, segundo o Vereador Tomé, não era muito chegado a São Pedro, tanto que, com todas as enchentes, não fora contemplado. Achava que futuras administrações teriam, a vista do exposto, de adotar outro critério. Esta entregara a implantação a uma Associação e talvez não tenha sido muito feliz na maneira como fora feita a distribuição. Futuras administrações poderiam ter o cuidado de evitar injustiças. Júlio Campani - Disse que o pronunciamento do Vereador Borgatto deixara-o até um pouco apreensivo. Parecia-lhe, a não ser que tivesse entendido mal, que o Vereador Borgatto teria deixado transparecer a falta de capacidade administrativa do Executivo. E isto porque, se a Câmara estava a conceder uma autorização, levando em conta o procedimento até aqui adotado pelo Executivo, assim procedia na certeza de que não haveria abuso ou extrapolação. Por outro lado, se as Câmaras hoje tinham atribuições muito limitadas, acima de tudo tinham de dar provas de sensibilidade. Se não existia uma proposta, um critério permanente para os periódicos

ajustamentos da remuneração dos servidores, e como aos Vereadores não cabe a iniciativa de leis a esse respeito, era compreensível e justificável que os edis, pelos meios ao seu alcance, por solidariedade, procurassem facilitar condições para os ajustamentos, em épocas oportunas, das tabelas de remuneração. Tomé Flores - Declarou que não dava para entender a incoerência. Primeiro, o próprio líder da Bancada do PDS colocava em dúvida a honestidade do Prefeito. Pois dizer que o Governo Municipal poderia extrapolar a autorização concedida pela Câmara, na sua opinião, representava uma desconfiança em relação ao Executivo. Segunda incoerência era o líder do PDS dizer que o Prefeito sempre fez a mesma coisa - errada - e continuava a apoiar o Prefeito. Quando se viam as coisas erradas, quem não estivesse de acordo se afastava. Fora o que ele fizera. Não conhecera as administrações anteriores porque delas não participara. Inclusive estivera fora do Município durante muito tempo. E quando viu os erros, deixara de apoiar a administração e se retirara do Partido. O nobre colega, pelo contrário, continuava defendendo o Prefeito e achando normal um expediente de quarenta minutos. Nada tinha pessoalmente contra o Dr. Bruno Cassel, a quem achava o maior benemérito que existe em São Sebastião do Caí, como médico. Já como administrador, considerava-o péssimo. De outro lado, a alegação de que a Câmara aprovara lei dando atribuições específicas ao Vice-Prefeito, isto não eximia o Prefeito da responsabilidade pela chefia do Executivo. A sessão foi encerrada às dezenove horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 22 de setembro de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ATILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
SÉRGIO BORGATTO

.....
JOSÉ CILON FLORES

1988, que foram aprovadas por unanimidade e assinadas pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício nº 174/88, do Executivo Municipal, respondendo a pedido de informações do Vereador Eloy dos Santos, relacionado com a prestação de contas das entidades beneficiadas com subvenções sociais. Ofício da Câmara Municipal de Bom Princípio enviando voto de pesar pelo falecimento do Vereador José Carlos Goulart. Ofício da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos informando os critérios adotados para a distribuição de correspondência na zona urbana das cidades. Ofício do Hospital Sagrada Família respondendo a mensagem desta Casa relacionada com o funcionamento do aparelho de raio X daquele nosocômio. Mensagem dos Srs. Governador do Estado, Presidente da Assembléia Legislativa e do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado convidando o Sr. Presidente desta Casa para a homenagem a ser prestada ao Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, e aos Constituintes rio-grandenses, no dia 26 de setembro, no Palácio Piratini. Telegrama do Governador do Estado Dr. Pedro Simon, no mesmo sentido. Convite do Sr. Prefeito e de pessoas gradadas de Ijuí convidando para a 2ª Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI) e para a 1ª Feira de Tecnologia (FEITEC), de 13 a 17 de outubro. Proposição Recebida: Projeto de lei do Executivo Municipal autorizando o mesmo a assinar Termo de Cooperação com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) (Expediente CM 148/88 - PM 29/88). Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Sérgio Borgatto - Fez reparos a comentários do Vereador Tomé Flores, na sessão anterior. Segundo o seu colega, teria agido com incoerência, acusando o Executivo de possível desonestidade. Isto por não ter ele, Vereador Borgatto, concordado com a emenda a projeto de lei, a qual transferia poderes desta Casa ao Executivo, que então poderia valer-se da autorização ali contida para aumentar sem nenhum critério os vencimentos dos funcionários. Em certas partes da ata, segundo lhe parecera, houvera um certo tom que, talvez quisesse significar que ele era contra o reajuste dos servidores. Ele fora contra a concessão de poderes ao Executivo, para fazer reajuste da remuneração, sem nova e prévia aprovação da Câmara, que assim estaria renunciando às suas prerrogativas. O Vereador Tomé, que tivera essas ilações e conclusões, ficava com o direito de imaginar o que bem entender. Quanto à administração do Dr. Bruno Cassel, considerava-a honesta, produtiva, uma das melhores, senão a melhor, dos últimos vinte e

cinco anos. Não se poderia, pois, atribuir a ele, Vereador Borgatto, qualquer acusação de desonestidade na administração pública. Via com satisfação que a Empresa dos Correios resolvera responder ao pedido de informações que ele havia formulado à Mesa, acerca do fato de que os carteiros não distribuem correspondência na zona urbana, em toda a cidade. Mencionava a resposta que é obrigação do Correio distribuir a correspondência na área urbana. Isto não era feito. Achara plausível a explicação do Sr. Presidente da Casa, de que, em muitos casos a correspondência não era entregue por falta de números nas casas. Achara absurdo colocar um carteiro para dez mil habitantes. Apesar disto, considerava a resposta honesta, correta e sem evasivas. Mas apenas respondia o que já era de todos sabido. Informava, também, que o serviço era feito de acordo com os recursos. Quando se pagava uma taxa por um serviço, essa taxa não era fixada pelo usuário, que, assim, não tinha culpa da falta de recursos. Fez uma referência sobre um folheto distribuído, antes da sessão, relacionado com a preservação ecológica. Deixou claro que não tem nenhuma restrição contra organizações que se dedicam a esse tipo de trabalho. Pelo contrário: entendia que se deve incentivá-las e ajudá-las para que sejam respeitadas e recebam o apoio irrestrito da opinião pública. Por outro lado, o que o preocupava é que, se alguma organização que se dedica a esse tipo de trabalho, de proselitismo em favor da ecologia, cometer algum exagero, isto pode redundar em perda de credibilidade. E, em isto acontecendo, por às vezes cuidar de coisas pequenas, quando precisar de credibilidade e de apoio não os tenham. Para ilustrar essa preocupação, leu um trecho do folheto, onde se afirma que diversos tipos de alimentos são de valor nutritivo absolutamente nulo, o que não era verdade, era um exagero. Afirmações como esta poderiam afetar a credibilidade, o apoio a um trabalho que, no seu conjunto e na sua essência tem um escopo interessante. Por fim repetiu que não é contra a entidade que congrega os ecologistas, que não é contra ninguém, mas apenas se preocupa com a imagem que tal organização transmite, que ele deseja confiável, para que o trabalho desenvolvido atinja os seus nobres objetivos. Não havendo matéria para a ORDEM DO DIA anunciou o Sr. Presidente as EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Fizeram uso da palavra os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Comentou notas publicadas em dois periódicos acerca da segurança na RS 122, especialmente nos acessos a esta cidade. Declarações do Sr. Alzir Bach, Presidente do Diretório local do PMDB, de que os

trevos de acesso seriam concluídos em breve e com refúgio central, atendendo à preferência da maioria dos usuários. Referiu-se a um panfleto distribuído por um cidadão, acerca de redutores de velocidade, assunto já discutido nesta Casa, inclusive por sua iniciativa. Mencionou o exemplo de Montenegro, onde, com a aplicação de redutores, fora resolvido o problema do trevo de acesso. Soubera que técnicos do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER - haviam estado na Prefeitura, em contato com o Sr. Prefeito, argumentando a inconveniência da instalação de vibradores junto aos trevos, devido à intensidade do tráfego. Poderia haver congestionamento. Agora vinha o Presidente do PMDB informar que seriam instalados os redutores e que também o acesso seria feito através de refúgio central. Se de um lado ficava satisfeito com a notícia, por outro lamentava que a sua sugestão não tenha sido executada antes, o que teria evitado muitas mortes. Era preciso dar ênfase à ação dos Vereadores nesta Casa, para que a comunidade caiense tome conhecimento da luta dos seus representantes em favor de soluções para os problemas que a afetam. Tomé Flores - Acerca do pronunciamento do Vereador Eloy dos Santos, lembrou que os trevos de acesso a esta cidade estão em construção desde 1985 e que, se muitos se interessaram pelo assunto, cabia destacar a ação continuada, persistente, do Vereador Reinholdo Klein, Presidente da Casa, que também fora o primeiro a falar em redutores. Além dos redutores, também seria construído um refúgio central. Concitou os seus pares e a comunidade em geral a fazerem um esforço em conjunto, para a solução definitiva do problema dos trevos. Para assim evitar a perda de mais e de muitas vidas. Reinholdo Klein (passando a direção dos trabalhos ao Sr. Vice-Presidente) - Em relação aos trevos de acesso e quebra-molas, disse que o Vereador Eloy dos Santos estava com razão. As soluções já deveriam ter sido encontradas e executadas há muito tempo. Culpou o Siretor do DAER, Engº. José Camboim Ribas, pelo atraso, pois que o mesmo admitia redutor de velocidade mas não concordava com o refúgio central. Quanto a quebra-molas também era contrário, pois entendia que esse obstáculo aumentaria ainda mais o número de acidentes. Relatou contatos mantidos com vistas a solução para o problema reiterando o seu engajamento na campanha pela construção de refúgio central e de redutores de velocidade. Sérgio Borgatto - Informou que os problemas dos trevos de acesso à cidade é que o levaram a deixar a Presidência do Diretório Municipal do Partido Democrático Social. Quando as obras haviam si

do iniciadas, o Dr. Orestes José Lucas e ele haviam redigido um manifesto que, com a assinatura de numerosos proprietários e interessados, pedira a paralisação. Se, de acordo com o anunciado, forem executadas as obras com refúgio central certamente seriam eliminados oitenta por cento dos acidentes. Em princípio era contrário a quebra-molas ou sistema sonoro - redutores - porque entendia que esses obstáculos não constituíam solução para o problema. A sessão foi encerrada às dezenove horas e cinquenta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 29 de setembro de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
SÉRGIO BORGATTO

.....
JOSE CILON FLORES

.....
ANSELMO PETRY

.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI

.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

.....
ALFREDO OSCAR KIEFER

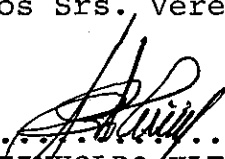
.....
JOSE ELOY DOS SANTOS

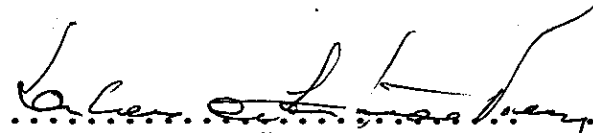
.....
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 124ª sessão ordinária da 9ª legislatura, realizada no dia 29 de setembro de 1988. Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária, na sua sala de sessões, à rua Pinheiro Machado, 225, a Câmara Municipal. Como Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário ocuparam os seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein, Dilon Sebastião Vieira e Átila Luiz Flores Ramos, todos do PMDB. As

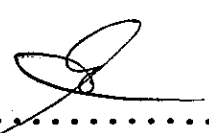
bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social - Vereadores Sérgio Borgatto, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício 175/88, do Executivo Municipal, comunicando a sanção das Leis Municipais números 1.281, que altera as tabelas dos Planos de Pagamentos dos servidores municipais, ativos e inativos e das pensionistas, e dá outras providências, 1.282, que altera a Lei nº 1.269, de 12 de julho de 1988 e dá outras providências e 1.284, que altera as tabelas dos Planos de Pagamento da Câmara Municipal, com vetos aos artigos 7º, 4º e 2º, respectivamente, por inconstitucionalidade de acordo com o artigo 6º parágrafo único e artigo 57 §§ 1º e 2º da Constituição Federal. Ofício do Centro Regional de Treinamento em Administração Municipal promovendo cursos de Administração de Material e Licitações, Classificação de Cargos, Fiscalização de Obras e Auxiliar de Topógrafo. Proposições Recebidas: Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município, de autoria do Executivo Municipal, alterando, em parte, o artigo 29 da Lei Orgânica do Município (Expediente CM 149/88 - PM 30/88). Projeto de lei do Executivo Municipal cancelando débitos fiscais prescritos e impostos de qualquer época de valor igual ou inferior a Cz\$ 100,00 (Expediente CM 150/88 - PM 31/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento da Srª. Georgina Augustin. Indicação do Vereador Eloy dos Santos sugerindo ao Executivo sejam solicitadas prestações de contas às entidades beneficiadas com subvenções sociais e que ainda não apresentaram a referida prestação. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Sérgio Borgatto - Fez uma breve análise da nova Constituição Federal, a ser promulgada no próximo dia 5 de outubro, após uma primeira leitura do texto integral e, especialmente, com vistas à sua repercussão nos trabalhos desta Casa, já que muitos dos dispositivos relacionados com os Municípios são auto-aplicáveis, terão efeito imediato. Chamou atenção para a exiguidade de tempo que medeia entre a promulgação da nova Carta, e a discussão e votação da Lei de Orçamento para 1989. O Executivo estava a pedir prazo

até 31 de outubro para encaminhar a esta Casa a proposta orçamentária, que deverá ser oferecida à sanção do Sr. Prefeito até 30 de novembro. Entre outras coisas, a Câmara teria de analisar projetos e esboçar procedimentos sem os quais não poderia ser aprovado o orçamento. O orçamento e esses projetos não poderiam ser examinados sem a cooperação de associações existentes no Município, de acordo com o que prescrevia o artigo 29, inciso X, da nova Constituição. Tudo isto deixava prever uma série de dificuldades, além da escassez de prazo para cumprir a tarefa. Além disto, a partir de março de 1989, caberia ao Município a cobrança de um novo tributo, sobre combustíveis líquidos e gasosos, excetuado o óleo diesel. Para tanto, teria de ser aprovada, ainda este ano, uma lei de iniciativa do Executivo, dispondo sobre a cobrança do novo imposto. Mas aí perguntava: se o inciso X do art. 29 exigia a colaboração das associações sobre planos e projetos e sobre a criação de um novo tributo, como conciliar isto com a exigüidade de tempo? Tudo isto deveria ser feito ainda este ano. Também, ainda nesta legislatura, deveriam ser fixados os subsídios do Prefeito e dos Vereadores para toda a próxima legislatura, em moldes a manter a retribuição justa e atualizada em face da inflação. Sugeriu que se faça uma adaptação da Lei Orgânica, com a inserção no seu texto das alterações advindas da nova Constituição, mormente daquelas de vigência imediata. Quanto à cooperação das associações, ainda não se sabia em que termos e de que forma ela será estabelecida. O Regimento Interno teria de sofrer adaptações para disciplinar esses encontros de cooperação. Sugeriu a realização de uma reunião informal, nos próximos dias, para estudar estes pontos polêmicos e estabelecer uma tática para equacionar os problemas que, de repente, a Câmara terá de resolver. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a assinar Termo de Cooperação com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) (Expediente CM 148/88 - PM 29/88). Na votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Sérgio Borgatto - Fez um comentário sobre o veto aposto pelo Sr. Prefeito Municipal a uma emenda do Vereador Júlio Campani aos projetos de leis que reajustam os vencimentos, a remuneração, os proventos e as pensões dos servidores municipais. O chefe do Executivo estava vetando por inconstitucionalidade aqueles dispositivos, aprovados pela Câmara, que lhe davam poderes arbitrá-

rios para decretar novo reajuste em novembro. A atitude do Executivo não contara com a sua influência, pois que a enchente o deixara ilhado em sua casa, negando-lhe oportunidade de comparecer na Prefeitura para comentar o assunto. Declarou-se satisfeito com a atitude do Executivo que, em assim agindo, viera restabelecer o direito que havia sido um pouco ferido. Júlio Campani - Declarou-se um pouco surpreso com o veto do Executivo à emenda de sua autoria, aprovada pela Câmara, porquanto o mesmo critério não prevalecera há dois ou três meses atrás, quando fizera emenda semelhante. De qualquer maneira, as coisas, quando eram feitas, nem sempre poderiam ser interpretadas da mesma forma. Pelo menos fora o que aprendera na escola de Direito, no estudo da hermenêutica. Estava a interpretar esse veto do Sr. Prefeito como uma iniciativa benevolente, no sentido de propor espontaneamente, em novembro, um reajuste aos servidores. Se assim for, também se sentia satisfeito porque precisara haver uma cutucada com vara curta para que o Executivo se manifestasse. Esperava que o Sr. Prefeito não deixará os servidores sem um reajuste em novembro. E se isto acontecesse, estaria de parabéns o Executivo e também esta Câmara, pela influência exercida. A sessão foi encerrada às dezenove horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 6 de outubro de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.


.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente


.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente


.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário


.....
SÉRGIO BORGATTO


.....
JOSÉ CILON FLORES


.....
ANSELMO PETRY


.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

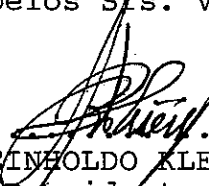

.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI


.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER

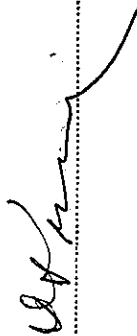
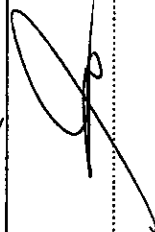
ou funções gratificadas. Isto já por efeito da nova Constituição. Além disto o Executivo também pretendia conceder um adicional de insalubridade de vinte por cento às domésticas. A matéria estava em estudos, para a formulação dos respectivos projetos. Para tranquilizar o Vereador Júlio Campani, podia informar, também, que, em novembro, a administração pretende propor um substancial reajuste de vencimentos e salários aos servidores. Fez comentários sobre um questionário entregue por ecológistas aos candidatos a Vereadores. Um deles pediu-lhe que desse as respostas. Pergunta - Se a proteção ao meio ambiente seria priorizada. Resposta - Não, porque existem outras prioridades. Pergunta - Qual o seu posicionamento sobre a poda anual de árvores que ocorre em São Sebastião do Caí. Resposta - As árvores, plantadas nas calçadas, são decorativas, ornamentais. Não fazem parte da flora brasileira. A poda, portanto, é uma necessidade pois senão, daqui a pouco, não será mais possível estacionar os carros junto às calçadas. Pergunta - O que o Sr. pensa sobre a atual situação dos animais abandonados, que perambulam pelas vias públicas. Pedimos que aponte alternativas. Resposta - Deus nos livre apontar alternativas, pois que as existentes são: "carrocinha", multar, prender. Não se pode fazer isto, pois tira voto. Pergunta - Qual o seu posicionamento sobre a situação do rio Caí, desmatamento e assoreamento e qual a sua opinião sobre o esgoto de São Sebastião do Caí, que é lançado no rio, próximo à captação de água da CORSAN. Resposta - Não conhecemos esse esgoto. Apenas outro, mais abaixo, de firma muito importante, o que não permite posicionamento contrário. Sobre desmatamento, o ex-Governador Sinval Guazzelli baixara lei estadual exigindo o reflorestamento de cem metros em ambas as margens dos rios. Saíra publicada no Diário Oficial. Pergunta - Qual a forma e o local de extinguir o lixo do nosso Município. Resposta - Por enquanto, o lixo é colocado em buracos, em locais adequados. A instalação de usina de incineração ou transformação do lixo, no momento, estava fora do alcance do Município. ORDEM DO DIA. Foi aprovado por unanimidade, em primeira votação, o projeto de emenda que altera em parte o art. 29 da Lei Orgânica do Município (Expediente CM 149/88 - PM 30/88). Foi aprovado por unanimidade o projeto de lei do Executivo que cancela débitos fiscais prescritos e impostos de qualquer época, de valor igual ou inferior a Cz\$ 100,00 (Expediente CM 150/88 - PM 31/88). EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Sérgio Borgatto - Fez breves considera-

S. B. B. B.

ções acerca do projeto de lei do Executivo que concede um auxílio de Cz\$ 400.000,00 à Associação dos Servidores Municipais. Informou que solicitara cópia dos estatutos da entidade, para verificar qual a retribuição que a mesma, como entidade privada, prestará ao Poder Público ou ao povo. Tratava-se de dinheiro do povo, que só poderia ser aplicado em benefício do povo. Os funcionários constituíam uma parte do povo. Não eram o povo todo. Os Vereadores, mesmo encarando com simpatia o pedido, tinham a responsabilidade de informar, se interpelados, o porquê da concessão desse auxílio. A concessão teria de ser justificada, por exemplo, com disposição estatutária assegurando à Prefeitura o uso da sede para eventos, em certas situações. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vereador Dilon Vieira) - Justificou a renovação das suas indicações de 1983 e 1984, relacionadas com a ampliação das redes elétricas de Vigia e Pareci Velho. O Executivo, em momento algum, mostrara interesse em, pelo menos, articular a transformação da rede monofásica em trifásica. Às suas diversas reivindicações nunca houvera qualquer manifestação do Executivo. Daí por que estava a reiterar essas indicações, na expectativa de que, por corresponderem a justos anseios, sejam finalmente objeto de providências do Executivo. Quando da discussão, em 1987, da proposta orçamentária para 1988, causara-lhe estranheza a exclusão do Núcleo da Lei 6.880 Brasileira de Assistência da relação de auxílios do Município. Na oportunidade, fora informado que com a implantação de um setor de assistência social na Prefeitura, os auxílios serão ali centralizados. Durante todo este ano, porém, a Prefeitura encaminhava os necessitados à LBA, sem transferir qualquer recurso a essa entidade. Pediu o interesse do líder da Bancada do PDS junto à administração municipal, para que se encontre uma solução para esse problema. A LBA, sem nada receber, pouco podia dar. Voltou o Vereador Klein à direção dos trabalhos. A sessão foi encerrada às dezenove horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 13 de outubro de 1988, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....

REINHOLDO KLEIN
Presidente

com o casal Mauro - Elaine Selbach pela passagem do Jubileu de Ouro de seu matrimônio (Expediente CM 157/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de congratulações com o casal Octávio - Alma Lamb pela passagem do Jubileu de Ouro de seu matrimônio (Expediente CM 158/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de congratulações com o casal José - Maria Rosmanini pela passagem do Jubileu de Ouro de seu matrimônio (Expediente CM 159/88). Requerimento do Vereador Eloy dos Santos propondo u'a moção de congratulações com a agência lotérica Sina Loteria e seus titulares por ter sido escolhida "Destaque do Ano" pela Caixa Econômica Estadual (Expediente CM 160/88). Indicação do Vereador Cilon Flores sugerindo ao Executivo a instalação de tabelas de basquete e redes de voleibol no Pavilhão de Exposições do Parque Centenário. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Sérgio Borgatto - Declarou que, examinando o projeto de lei que concede auxílio à Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal, constatara que os estatutos não foram ajustados ao compromisso assumido com o Município, em escritura pública. O Município doara o terreno, com a condição de ao seu patrimônio reverter o imóvel em caso de dissolução da entidade. Já no estatuto, em tal caso, o patrimônio seria doado a uma entidade beneficente. Afora isto, o estatuto previa a admissão de Vereadores como sócios da entidade. Alguns Vereadores eram sócios. E assim estavam moralmente impedidos de votar o projeto, pois que uma das finalidades da Associação, de acordo com o estatuto, era a de proporcionar benefícios ou vantagens a todos os seus associados. O auxílio, então, poderia ser uma vantagem para os próprios Vereadores. Iria requerer o adiamento da votação do projeto, à vista dos dois aspectos apontados. Citou, ainda, um terceiro artigo do estatuto, relacionado com a vedação de qualquer realização ou atividade que importem em "desobediência" aos regulamentos da Prefeitura. Demonstrou a impropriedade dessa disposição. Propôs que se estudasse uma maneira de compatibilizar a proposta com os estatutos da entidade, para viabilizar a votação e aprovação do projeto. ORDEM DO DIA. Foi posto em 2ª discussão e 2ª votação o projeto de emenda que altera, em parte, o artigo 29 da Lei Orgânica do Município (Expediente CM 149/88 - PM 30/88). Aprovado por unanimidade. Anunciada a discussão do projeto de lei do Executivo que autoriza a concessão de auxílio, no valor de Cz\$ 400.000,00, à Associação dos Servidores da Prefeitura, para a conclusão



da sua sede social (Expediente CM 153/88 - PM 32/88), o Vereador Tomé Flores apoiou o pedido de adiamento do Vereador Sérgio Borgatto. O Vereador Eloy dos Santos ponderou que enquanto se adia a votação, subiriam os custos dos materiais. O Vereador Tomé disse que, por precaução, para não incorrer em erro, a Bancada do PMDB votaria pelo adiamento. O Vereador Eloy dos Santos manifestou-se favorável ao adiamento, contanto que se estabeleça imediato contato com a Associação para viabilizar a aprovação do auxílio no menor prazo possível. Ponderou que a alteração dos estatutos depende de assembleia geral, que precisa ser convocada e leva algum tempo. A protelação reduziria o valor do auxílio à metade ou menos. O Vereador Sérgio Borgatto declarou-se preocupado com a pressa do Vereador Eloy, à vista do aumento dos preços dos materiais. Realmente os preços estavam em constante elevação. Mas já fora concedido um auxílio à Associação e ninguém se apercebera dessas irregularidades. Tratava-se de dinheiro do povo, que não podia ser gasto como se fosse dos Vereadores. O erro teria de ser corrigido. O adiamento da discussão e votação do projeto foi aprovado por unanimidade. Foi aprovado por unanimidade o requerimento do Vereador Reinholdo Klein com pedido de informações ao Executivo acerca das professoras cedidas a Creches, onde estão lotadas e se são pagas com recursos próprios ou com o Pró-Educar (Expediente CM 154/88). Foram postos em discussão e votação os requerimentos do Vereador Reinholdo Klein propondo moções de congratulações com os casais José Rosmanini, Octávio Lamb e Mauro Affonso Selbach pelo transcurso das suas bodas de ouro (Expedientes CM 157/88 a CM 159/88). O primeiro com apoio do Vereador Sérgio Borgatto. Aprovados por unanimidade. Foi posto em discussão o requerimento em que o Vereador Eloy dos Santos propõe moção de congratulações com a Sina Loteria (M. K. Glaeser) por ter sido indicada a agência "Destaque do Ano", pela Caixa Econômica Estadual, servindo de referência e estampa da extração de 29 de novembro de 1988. O Vereador Eloy dos Santos em justificção da sua proposta, reiterou que a agência vendera 2.530 bilhetes inteiros da extração alusiva à Festa da Bergamota, sobrepujando o movimento das duas maiores casas lotéricas da Capital do Estado. Daí o destaque que lhe estava sendo concedido. O Vereador Sérgio Borgatto, ressaltando nada ter contra o Sr. Mário Glaeser, gerente da agência, ponderou que bilhete de loteria é jogo e o jogo, em si não deve receber aplausos. Se a atividade de um cidadão era vender bilhetes, não merecia cumprimentos por vendê-los. O Ve-

reador Eloy respondeu que, no caso, o destaque era para a agência local e para a própria cidade, que ficava em evidência com a edição de uma série de bilhetes. O requerimento foi aprovado por maioria, contra o voto do Vereador Sérgio Borgatto. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Átila Ramos - Relembrou que, através da sua atuação nesta Casa, desde 1983, vem lutando pela solução dos maiores problemas de Capela de Santana. Lamentavelmente nada conseguira para a sua comunidade, apesar de, no início do mandato ter pertencido ao PDS. Hoje, ocupava sua tribuna para dizer que, no Governo do Dr. Pedro Simon, Capela - hoje Município - havia conseguido a transformação da Escola de 1º Grau Manoel de Almeida Ramos em escola de 1º e 2º Graus. Havia conseguido um escritório do Banco do Rio Grande do Sul. A encampação da rede hidráulica pela Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN, além de várias extensões de redes elétricas, sem ônus para a comunidade. E que, agora, estava sendo instalado em Capela de Santana um centro de telefonia rural. Em 1983, dois telefones rurais haviam sido colocados à disposição de São Sebastião do Caí. Um fora instalado em São José do Hortênsio. O outro, em princípio destinado a Capela. Mas lá fora criada uma entidade que tivera, como única ação, constituir uma comissão para dizer ao Executivo que Capela não queria um centro de telefonia rural. E sim um centro automático, de maiores recursos. Em consequência, Capela ficara sem telefone até agora. O outro fora instalado em Pareci, no meio de um matagal, sem quase atender ninguém. Uma ou outra ligação surgia durante a semana. Mas Deus era maravilhoso e ele, orador, acreditara no seu trabalho. Por isto, para alegria de todos, hoje torre da CRT já se erguia em Capela. E, provavelmente, já na semana seguinte, iria ser ativado o centro telefônico de Capela, ligado à central de São Leopoldo. Agradeceu ao Governador Pedro Simon, em nome da sua comunidade. Alegrava-se de poder dizer que tantas coisas já se havia obtido para Capela, em tão curto período, no atual Governo do Estado. Concluiu fazendo o registro das grandezas conseguidas para Capela de Santana. Sérgio Borgatto - Declarou-se entusiasmado com o discurso do Vereador Átila Ramos e contente por ouvir falar bem do seu colega Pedro Simon, com o qual estivera, há quinze dias, almoçando no Palácio Piratini. O Governador do Estado era seu colega de formatura no curso de Direito. Todos os anos, reuniam-se os colegas de turma, em confraternização. Este ano, o Governador convidara os membros da turma, para al-

moçar no Palácio. Registrou, a favor do Governador, que o almoço foi simples: uma feijoada à moda gaúcha. O Governador de fato estava fazendo economia e que, talvez, com economias dessa ordem, é que se tornara possível instalar telefone em Capela. Exibindo publicação de que constam as obras realizadas em Bom Princípio, pelo Sr. Heitor Pedro Selbach, ao tempo em que era Prefeito de São Sebastião do Caí, comentou que esse rol de obras, que o Sr. Selbach agora divulga como candidato à Prefeitura de Bom Princípio, haviam sido feitas às custas do erário de São Sebastião do Caí. Aliás, este não fora um fato isolado. Muito fora gasto, pela Prefeitura, no interior. Por isto, havia lacunas aqui na cidade, em matéria de obras. Agora, com a nova Constituição, o mínimo de Vereadores era de nove. Capela, novo Município, já começava com nove, número igual ao de São Sebastião do Caí. Mas Caí levava uma vantagem: poder-se-ia votar, aqui, para ter um só Vereador, com considerável economia. Exibiu, nessa altura, um anúncio que diz que Vereador precisa ter "expressão nacional". Então, de acordo com o anúncio, e não havendo outros candidatos de expressão nacional, a Câmara poderia ser constituída de apenas um Vereador... Tomé Flores - Comunicou que, de acordo com informação do Ministério de Educação e Cultura, dentro de duas semanas, serão liberados Cz\$ 600.000,00 para a construção de uma quadra de esportes no Parque Centenário. Insistiu junto ao líder da Bancada do PDS para que se empenhe junto ao Sr. Prefeito para que o referido valor não sofra desvalorização, seja aplicado imediatamente. Pediu, também, a interferência do mesmo líder junto ao Executivo no sentido de procurar um entendimento com o Prefeito de Montenegro a propósito dos aterros que estão sendo feitos em Matiel e Harmonia, no Morro do Peixoto, aterros que estariam aumentando o nível das águas deste lado do rio, prejudicando a cidade e Vila Rica. Agora estava sendo feito novo aterro, bem defronte à cidade. Era preciso tomar as providências possíveis, para evitar o agravamento dos efeitos danosos das enchentes. Sérgio Borgatto - Depois de negar o poder de persuasão que o líder da Bancada do PMDB lhe atribuía, disse que poderia tentar, junto ao Executivo, que este dialogue com a administração de Montenegro acerca dos aterros que estariam aumentando a incidência das enchentes em São Sebastião do Caí. Lembrou, também, que seria uma excelente oportunidade para manifestação do órgão local de defesa do meio ambiente. Caracterizado o prejuízo permanente da cidade, estaria sendo alterada a natureza. En

tão deveria entrar na Justiça, pleiteando a suspensão das obras. A não ser que se queira esperar pela implantação do programa do seu candidato a Prefeito, que prevê a construção de um muro de defesa da cidade. Tomé Flores - Como o Vereador Borgatto dissera, esta parte da sessão era a hora do "pinga fogo" e quando a bola ficava picando na área não se podia deixar de chutá-la. A última enchente mais uma vez mostrara: quando as águas subiam os "pé limpo" desciam para ver as águas. Apareciam mais automóveis na área de enchente do que na Festa de São Sebastião. A propósito das intenções do Dr. Mário Leão, candidato da Aliança Partidária Caiense, que, segundo o Vereador Borgatto, queria murar a cidade, só lastimava que o mesmo não tenha iniciado a obra em 1956, quando fora Prefeito, pois que agora o muro já estaria pronto! Era muito fácil abordar este problema agora, em plena campanha eleitoral. Lembrou a presença, aqui, em São Sebastião do Caí, do Dr. Rogério Ortiz Porto, Secretário Executivo do Conselho de Recursos Hídricos do Estado, autoridade de renome no assunto, quando fez ampla explanação acerca do rio Caí. O CONRIGS dispunha de amplos levantamentos, inclusive com fotos aéreas, em que ficava evidenciado que diques, com dragagens, com cortes de morros, etc., nada resolviam, em virtude da velocidade das águas. A solução técnica, indicada pelo CONRIGS, era a construção de pequenas barragens e usinas elétricas através das quais se aumentaria a capacidade energética e dosaria o fluxo das águas. Sérgio Borgatto - Reputando interessante o debate travado, informou que residiu em Los Angeles, Estados Unidos, e que lá os rios são faixas de cimento, de muita beleza, porque as águas dos rios são retidas, através de barragens, para distribuição de acordo com as necessidades. Há dez anos atrás já preconizava providências em relação aos nossos recursos hídricos, pois, sem isto, dentro de alguns anos, não teremos água nem para beber. Então, necessariamente teriam de ser construídas barragens, não só por causa das enchentes, mas para formar reservatórios capazes de abastecer as populações nas épocas de escassez. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - Disse que, constando um trabalho de vulto, em Conceição - calçamento de rua em frente à escola e construção de esgotos - em outra oportunidade já cumprimentara a Secretaria de Obras por tal realização, por ele reivindicada. Infelizmente o trabalho não fora completado adequadamente e as águas haviam arrancado pedras, prejudicando um terço do calçamento feito. Poucos sacos de

cimento, para rejunte, teriam evitado esse prejuízo. Também na faixa velha de asfalto, na Conceição, pelo lado de cima, esgoto estava a transbordar por sobre a faixa. Também já apresentara indicação a esse respeito. Iria agradecer a feitura desse esgoto ao Executivo. Já não o faria porque, ao mesmo tempo, tomara conhecimento de que professoras da Creche da Vila Rica estavam dois meses sem receber a sua minúscula remuneração. Pediu ao líder da Bancada do PDS que interferisse junto ao Executivo em favor do pagamento das professoras e serventes das Creches. Não seria aceitável a alegação de que a Fundação Educar repassava os recursos de custeio com atraso. A Prefeitura deveria efetuar os pagamentos, mesmo recebendo os valores com atraso. Aludiu, após, às bodas de ouro, de três casais aqui residentes, aos quais, por sua iniciativa, a Câmara aprovara a expedição de mensagens congratulatórias. Reassumiu o Vereador Reinholdo Klein a direção dos trabalhos. Júlio Campani - Pediu ao líder da Bancada do PDS interferência junto ao Executivo, em favor do atendimento de uma reivindicação, já antiga, dos moradores da rua 13 de Maio, perto do seu término, onde, segundo os interessados, há mais de dois anos não passa uma patrula. Lá, também há dois anos, estava aberto um valo, com água parada, criando insetos, trazendo problemas sanitários para as famílias. Inúmeros pedidos haviam sido feitos ao Sr. Secretário de Obras, sem resultados. Como nesta época de campanha eleitoral a Prefeitura se mostrava sensível aos pedidos de particulares, gostaria que essa reivindicação, de um grupo de moradores, fosse atendida. Sérgio Borgatto - A propósito dos pedidos que lhe estavam sendo dirigidos, disse que não era o encarregado do setor de obras do Município. Só era Vereador. O programa do candidato do PMDB incluía a aquisição de tratores, para facilitar o plantio de parte dos produtores rurais. Ficara muito interessado nesse item. Na campanha passada, o seu Partido havia prometido fazer estradas, acessos, aterros, etc. Estavam cumprindo o prometido. Não estavam fazendo nada ilegal. Fariam muitos serviços. Mas estavam fazendo menos do que estava consignado na plataforma do PMDB. Quanto ao problema da rua 13 de Maio, iria verificar, pois que dele não tinha conhecimento. O atual Secretário de Obras, acumulando duas Secretarias e com a esposa enferma, estava a lutar com muitos problemas. Iria, transmitir ao Executivo os pedidos feitos. Naturalmente que tinham preferência os das pessoas vinculadas à administração, o que não era de estranhar. Quando mudasse a situação, os

seus correligionários também teriam de chiar e aguentar... Mas iria reclamar o não atendimento do pedido da rua 13 de Maio. Júlio Campani - Disse achar muito dadivosa a benevolência do ilustre Prefeito. Até concordava com o atendimento dos pedidos dos particulares mas não em detrimento de um todo. No caso da rua 13 de Maio não era um, eram vários moradores, há dois anos. Se o Secretário de Obras não atendera, não fora por acúmulo de serviço e sim por falta de competência e organização. Mas agora estava certo do atendimento pois que, conforme afirmara o líder Tomé Flores, o poder de persuasão do líder da Bancada do PDS era muito grande. Cilon Flores - Conhecia o problema da rua 13 de Maio, que realmente existia há mais de dois anos. Moradores haviam retirado as cercas, para transformar um beco em trecho de rua. Já um morador cedera apenas uma parte. Aberto o valo, os trabalhos haviam sido interrompidos quando atingiram a propriedade do dito morador. Isto na rua Henrique D'Ávila. Os moradores da 13 de Maio, vendo as obras na outra rua, também haviam pleiteado a canalização das águas. Segundo norma da Prefeitura, para isto teriam de pagar os canos. Três ou quatro moradores não haviam pago os canos, causando a interrupção da obra. Assim, o valo ficara aberto. Registrou a realização, no sábado seguinte, do Baile de Debutantes do Clube Aliança. Os tenentes do Exército é que seriam os pares das debutantes. Pediu ao Presidente que envie um ofício ao Comandante do 16º G.A.C., de São Leopoldo, agradecendo a colaboração. No mesmo dia seria escolhida a "Garota Azaléia". Tomé Flores - Glosou a afirmação do líder da Bancada do PDS, de que estavam cumprindo todas as promessas. As obras da rua 13 de Maio haviam sido esquecidas. Provavelmente não seriam feitas até 31 de dezembro, o que não era problema, pois que, a partir de janeiro, o governo do PMDB iria levar a tarefa à conclusão. E observou que as promessas a que se referia o seu colega eram todas recentes, já em função da campanha política. Ele também tinha votos de gente que quer aterro... Quanto ao Secretário com a esposa enferma, ponderou que Secretário não abre valo nem dirige patrôla. Só manda fazer... Em aparte, o Vereador Sérgio Borgatto disse que as promessas feitas pelo Vereador Tomé, enquanto suplente do PDS, essas seriam cumpridas... Respondeu o Vereador Tomé que nunca foi suplente. E pelo fato de não se atender a promessas, muitas vezes um Vereador se deslocava de uma para outra agremiação partidária. Infelizmente outros persistiam no erro. Afinal, se todos gostassem do vermelho o que seria

leiro - Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada com uma ressalva do Vereador Sérgio Borgatto quanto à referência ao Vereador Tomé Flores como suplente ao invés de candidato. Como o equívoco fora evidente, não havia motivo para constar da ata, declarou o Vereador. Correspondência Recebida: Convite ao Sr. Presidente para a Cerimônia Cívico-Militar de Compromisso à Bandeira dos Compromissados Dispensados do Serviço Militar Inicial, classe 1970. Ofício nº 184/88 do Executivo, relacionando as professoras e domésticas cedidas às Creches locais, separando as que são pagas pelo Município e as que são remuneradas com transferências da Fundação Educar, por efeito de convênio. O ofício é resposta a pedido de informações do Vereador Reinholdo Klein, aprovado em sessão anterior. Ofício nº 185/88 do Executivo, solicitando a retirada dos trâmites normais do projeto de lei que autoriza a concessão de um auxílio à Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí e a abrir o respectivo crédito suplementar (Expediente PM 32/88). Proposições Recebidas: Requerimento do Vereador Eloy dos Santos, apoiado pelos Vereadores Reinholdo Klein, Tomé Flores, Sérgio Borgatto e Átila Ramos, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Alberto C. de Holleben. Requerimento do Vereador Cilon Flores, apoiado pelos Vereadores Dilon Vieira e Reinholdo Klein, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Esnel do Nascimento. Indicação do Vereador Reinholdo Klein sugerindo ao Executivo a desobstrução do bueiro que cruza a antiga rua 11 de junho, atualmente chamada rua Garibaldi, nas imediações da fábrica de brinquedos Lorscheitter, próximo ao Clube Rio da Mata. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Sérgio Borgatto - Fez um retrospecto da colaboração da Prefeitura com as Creches. Referiu que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, toda a empresa que tenha mais de trinta empregados do sexo feminino, com dezesseis anos ou mais, é obrigada a manter uma creche, podendo celebrar convênio com órgãos da comunidade que mantenham estabelecimento dessa natureza. A empresa, nesse caso, contribuía para a manutenção de creche, ficando assim dispensada da obrigação de manter creche própria. Aduziu que em nenhuma disposição da CLT ou de qualquer outra lei

consta a obrigação de a Prefeitura ceder professores ou domésticas para creches. Estabeleceram-se aqui, em São Sebastião do Caí, uma situação "de facto", e o então Presidente da Associação dos Moradores da Vila Rica, Esperança e Progresso fora à Prefeitura e criara um incidente com a administração, alegando que esta estava retendo recursos destinados à creche, o que não era verdade. Na mesma época, o Presidente da AMVIREP afirmara que não iria precisar da participação da Prefeitura em favor da creche. Concluído o prédio, fora sentida a necessidade do apoio da Prefeitura. Então o Vice-Presidente fora pedir a cedência de professoras e domésticas. A Secretária de Educação alegara que não havia recursos previstos para isto e, assim, apenas uma alternativa se tornava viável: recorrer à Fundação Educar para, através de convênio, obter recursos para o atendimento dessa despesa. Mas alertara que esses recursos do Governo Federal, do Governo do PMDB, vinham mas demoravam. E as professoras e domésticas teriam de contentar-se com o salário mínimo da época, até os eventuais reajustamentos. Até agora não ocorrera o reajustamento. No convênio assinado pela Prefeitura com a Fundação Educar constava que o repasse seria de tantos salários mínimos. Afirmou o Vereador Borgatto a sua disposição de pedir o empenho da Bancada do PMDB junto ao Governo Federal em favor do repasse das verbas em atraso e do acerto, do reajustamento, do salário mínimo, que não era mais de seis mil cruzados (valor "per capita" do último repasse). Como hoje aqui estivera a Superintendente da Fundação Educar, a reivindicação lhe fora apresentada diretamente. Ela prometera que, em novembro, todos receberiam a sua parte, em salários mínimos corrigidos. Ele lhe perguntara se tal ocorreria antes da eleição. E ela não lhe pudera dar resposta afirmativa. Já que estava responsabilizando a oposição, no âmbito municipal, seria bom, para a mesma oposição, que isso ocorresse. Por outro lado, o convênio com a Fundação Educar, no valor de um milhão e duzentos e poucos mil cruzados não abrangia apenas os professores de creches. O valor pago às professoras, até agora, era de 943 mil cruzados; valor dos cursos didáticos, almoços e combustível, 127 mil cruzados; mais valor de aquisição de materiais, 144 mil cruzados. Valor dos repasses recebidos: um milhão e trezentos mil cruzados, cem mil a mais do que o valor do convênio. Mas no convênio estava previsto o reajustamento dos salários mínimos. O Vereador Reinholdo Klein estava a afirmar que a Prefeitura deve adiantar as diferenças, para oportuno

ressarcimento. Isto não era possível. As verbas da Fundação Educar eram específicas. A sua aplicação tinha de ser comprovada com recibos de data posterior a da transferência. Além disto, o Município, dentro das dotações orçamentárias, não dispunha de recursos para fazer adiantamentos a pessoas que são pagas por outra fonte. Esses pagamentos, se efetuados, corresponderiam a "vales" e a Prefeitura não poderia manter "vales" em caixa. O Tribunal de Contas glosaria tais pagamentos. Os interessados - professores e domésticas - tinham de ter paciência e aguardar. Quando haviam aceito o encargo, a Secretária da Educação as havia advertido em relação a eventuais atrasos e reajustes. Mesmo assim haviam assumido a incumbência. Respondendo a pergunta de Vereador, disse que não havia, neste caso, admissão irregular de servidores, carteira assinada, etc. A situação irregular não era de responsabilidade da Prefeitura. Como boa notícia para os interessados, reafirmou que a Prefeitura está na expectativa de receber as diferenças e de repassá-las às professoras e domésticas. Aduziu que expôs ao Executivo o seu ponto de vista de que o convênio deveria ser rescindido, para evitar esse tipo de reclamações. Havendo recursos, a Prefeitura deveria contratar as professoras e domésticas diretamente e cedê-las às entidades mantenedoras de creches. Congratulou-se com o Executivo pelo fato de, aceitando as suas ponderações, ter retirado o projeto de auxílio à Associação dos Servidores da Prefeitura. Uma vez adaptados os estatutos à legislação, as obras poderiam ter prosseguimento. O próprio projeto de orçamento para 1989, em vias de ser encaminhado a esta Câmara, consignaria verba de auxílio à Associação. Comunicou também à Casa que, a partir de outubro, deixará de constar das contas de energia elétrica a Taxa de Iluminação Pública, cuja inconstitucionalidade aqui levantara. E o Executivo, sensível à realidade, propusera a derrogação da lei. Eloy dos Santos - Voltou a abordar a questão do plantão médico do Hospital Sagrada Família, assunto que, tanto ele como seus pares, vinham debatendo há cinco anos e meio. Repetira-se, domingo, a ausência do plantão, por ocasião da morte do jovem Luiz Alberto de Holleben. O pai do rapaz, Sr. Oswaldo de Holleben, lhe perguntara se os Vereadores não poderiam tomar uma iniciativa, dirigir mensagem à autoridade competente, para encontrar uma solução para o problema. Com a implantação do projeto de municipalização da saúde, por efeito do convênio com o SUDS, a questão certamente encontraria solução a partir de janeiro. Mas até lá, a ausência de plantão, que sai

para almoçar e não volta, que, em resumo, deixa o plantão, ainda poderia criar sérios problemas, com risco de vidas. No caso do jovem Holleben, talvez a morte seria inevitável. Mas, pelo menos, haveria um médico para atender à ocorrência, o que representaria um certo conforto para os familiares. O Sr. Holleben, amigo do Dr. Bruno Cassel, solicitara a presença deste à vista da ausência do plantão. Infelizmente, o Dr. Cassel nada mais pudera fazer. O Vereador manifestou-se contrário à credenciação de plantonistas não residentes nesta cidade. Propôs a expedição de mensagens ao Dr. Paulo Silveira, Chefe do Serviço Médico Social, intercedendo em favor da manutenção de um serviço médico de plantão, de um plantão efetivo, que permaneça de fato no Hospital, em condições de atender qualquer emergência. Consignando o seu protesto contra a situação existente, pediu o apoio dos seus pares. Tomé Flores - Apoiando as considerações do Vereador Eloy dos Santos, relatou que, na terça-feira anterior, à noite, por volta das 22 horas, levava ao Hospital uma criança, com febre muito alta. Três atendentes, sem abrir a porta, haviam informado que o médico de plantão estava em casa e somente atendia casos de urgência. Perguntara o que era urgência e a moça não soubera responder. Sugerira que procurassem o médico em sua casa. Ele não concordara com isto pois que, em caso de enfarte ou outro quadro idêntico, até que se localizasse o médico de plantão, as condições do enfermo já se teriam agravado ou tornado irreversíveis. Levava a criança, então, à Dr^a. Tânia, pediatra, que, vendo a pobreza da família, não cobrara a consulta. A criança fora atendida, medicada e estava passando bem. Para corroborar o relato do Vereador Eloy, disse que era simplesmente desumano o que se estava a fazer no Hospital local, em matéria de plantão. Aduziu que procuraria um contato com o médico de plantão naquela noite e que, na próxima semana, se não obtivesse uma explicação plausível para a ausência, uma resposta objetiva, passaria a declinar nome por nome dos médicos que descumprem o plantão. Não se poderia ficar na dependência da boa vontade e disposição dos médicos. Os médicos, ao se formarem, assumiam um compromisso, que deveria ser honrado. As vidas humanas mereciam respeito. Não havendo matéria para a ORDEM DO DIA, passou-se às EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Átila Ramos - Afirmou que Capela de Santana estava vivendo um grande dia, porque a Companhia Riograndense de Telecomunicações estava concluindo os trabalhos de instalação

do serviço de telefonia rural, alargando os meios de comunicação da comunidade com o Estado e o País. Convidou o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores para o ato inaugural, na sexta-feira, dia 28 de outubro. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - A propósito da situação das professoras e domésticas da Creche da Vila Rica e da alegação do Vereador Sérgio Borgatto, de que o Governo Federal é do PMDB e que a Fundação Educar é vinculada ao Governo Federal, cabendo ao PMDB, em decorrência, a culpa pela situação existente, declarou que já na vigência da Constituição anterior, não era lícito admitir alguém sem o preenchimento das condições legais. Nenhuma lei autorizava a admissão de servidores sem vínculo empregatício. Mesmo e especialmente de parte da Prefeitura. A responsabilidade era da Prefeitura, que deveria ter contratado regularmente esses servidores e pagar-lhes a devida remuneração, independentemente dos repasses da Fundação Educar. Perguntou se os repasses recebidos correspondiam de fato, a cinco professores ou se o número destes havia sido aumentado, por conta da mesma transferência. Perguntou também o que aconteceria se os professores, que se consideram prejudicados, ajuizassem ação reivindicatória. Tratava-se de problema de responsabilidade da Prefeitura e não da Fundação Educar. Reassumiu o Vereador Reinholdo Klein a direção dos trabalhos. Sérgio Borgatto - Disse que o Vereador Klein estava a insistir na possibilidade de a Prefeitura contratar as professoras e domésticas da Creche, com base no convênio celebrado com a Fundação Educar e em recursos prováveis, dependentes de transferência. Isto não era possível. Nem qualquer adiantamento de parte da Prefeitura. Pois que o convênio previa que, havendo saldo financeiro (isto é, recursos não aplicados contra recibo) esse saldo deveria ser devolvido através de cheque nominal à Fundação. Se a Prefeitura tivesse dinheiro para antecipar os pagamentos, as posteriores transferências de parte da Fundação seriam consideradas sobras, saldos, e teriam de ser restituídas. Não cabia nenhuma acusação à Prefeitura, pois que a Fundação Educar era a sucessora do antigo MOBREAL, órgão do Ministério da Educação. Este deveria saber mais de leis do que a Prefeitura de São Sebastião do Caí. A uma ponderação do Vereador Reinholdo Klein, de que as verbas transferidas provavelmente correspondiam a apenas duas ou três professoras e que, então, as demais deveriam ser contratadas pela Prefeitura, respondeu o Vereador Borgatto que, em verdade, o número de professoras pagas por efeito desse convênio era de vinte

e seis, não de duas ou três. O que lhe parecia não estar muito certo era a cedência dessas professoras, à Creche, pois que o projeto era voltado para a alfabetização, que na Creche não ocorria. Mas esta fora a única maneira de ajudar a entidade local. O Vereador Tomé Flores, em aparte, negou à vista dos argumentos expendidos, qualquer comprometimento do Governo do PMDB, pois que o convênio fora assinado pela Prefeitura e os recursos usados em finalidades diferentes das prescritas. Isto segundo estava a declarar o próprio Vereador Borgatto. Este contestou, afirmando que o compromisso era do PMDB porque os pagamentos não estavam sendo feitos regularmente. E, a propósito, quem firmara o convênio fora o Vice-Prefeito em exercício e não o Dr. Cassel. O que estava errado era a reclamação relativa ao atraso. Voltando à presença, hoje, nesta cidade, da Superintendente da Fundação Educar, sugeriu que o líder da Bancada do PMDB com ela entre em contato, a fim de acelerar as transferências restantes. Estranhou o Vereador Borgatto que somente agora estava sendo reclamado o atraso. Os seis mil cruzeiros mensais, por professora, estavam sendo recebidos desde março. Outras, admitidas em abril, estavam recebendo sete mil. O salário mínimo era reajustado periodicamente. Então as transferências já deveriam ter sido atualizadas. Por isto, a reclamação deveria ser endereçada ao PMDB. Reinholdo Klein (passando a direção dos trabalhos ao Vereador Dilon Vieira) - Declarou que o Vereador Borgatto não o convencia. Ele, Vereador Klein, apenas estabelecera uma provável relação entre as verbas recebidas e as pessoas que poderiam ser contratadas. Relação que talvez tenha sido quebrada, com a contratação de maior número de professoras. Não dissera que o projeto não era legal. Condenava a atitude da Prefeitura, que pecara também por falta de planejamento no setor da Educação. Deveria ter considerado a inflação, na fixação das dotações, de modo a ter recursos para atender os problemas da comunidade. Voltou o Vereador Klein à Presidência. Eloy dos Santos - Perguntou ao Vereador Borgatto se o pagamento das professoras com recursos da Fundação Educar era feito através de recibos, obtendo confirmação. Depois de ponderar que a atualização do salário mínimo é mensal e não trimestral e de aludir à disparidade de valores pagos, dependendo do mês de admissão, perguntou se havia algum convênio entre a Prefeitura e a Secretaria de Educação, em decorrência do qual essa Secretaria assumiria o encargo de pagar os professores se a Fundação Educar não fizer o repasse dos recursos. Resposta negativa. Nova pergun

ta: a atualização do salário mínimo, de parte da Fundação, será retroativa? Resposta afirmativa. Tomé Flores - Deixou claro que, na resposta do Executivo, ao pedido de informações, não menciona a existência de 26 professoras admitidas por conta do convênio com a Fundação Educar. Da resposta constavam apenas sete. Aparte do Vereador Borgatto: a resposta correspondia exatamente à pergunta constante do pedido. Continuou o Vereador Tomé Flores, perguntando se a Prefeitura não tem verba para pagar sete pessoas a seis mil cruzados por mês. Tinha de esperar o repasse. O Vereador Borgatto respondeu que a Prefeitura não podia fazer tal adiantamento. Insistiu o Vereador Tomé na sua convicção de que, valendo-se das dotações do seu orçamento, a Prefeitura poderia e deveria pagar os professores da Creche. Na ausência de dotação, a Prefeitura deveria encaminhar projeto de lei à Câmara, tratando da abertura de crédito para tanto. Assim como fizera em relação à Associação dos Servidores. O Vereador Borgatto insistiu que essas professoras foram con- tratadas para serem pagas com verbas do convênio e não com dotações próprias da Prefeitura. Voltou à carga o Vereador Tomé, insistindo na concessão de um auxílio à entidade mantenedora da Creche, assim como pretendia conceder auxílio à Associação dos Servidores. O Vereador Borgatto disse que isso seria possível. Então, ponderou o Vereador Tomé, havia como resolver o problema. A sessão foi encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 27 de outubro de 1988, às dezenove horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

.....
SÉRGIO BORGATTO

.....
JOSÉ CILON FLORES

.....
ANSELMO PETRY

.....
TOMÉ DA SILVA FLORES

gamento dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas, e dá outras providências (Expediente CM 165/88 - PM 34/88). Projeto de lei do Executivo Municipal que altera a Lei nº 1.282, de 22 de setembro de 1988 (Quadro de Empregos) e dá outras providências (Expediente CM 166/88 - PM 35/88). Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza a abrir créditos suplementares até a importância de Cz\$ 40.000.000,00 e dá outras providências (Expediente CM 167/88 - PM 36/88). Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza a abertura de créditos suplementares até a importância de Cz\$ 26.270.000,00 (Expediente CM 168/88 - PM 37/88). Projetos de leis do Executivo Municipal orçando a receita e fixando a despesa do Município para o exercício de 1989; aprovando o Orçamento Plurianual de Investimentos do Município de São Sebastião do Caí, para o triênio de 1989/1991; autorizando a concessão de subvenções às entidades que menciona (Expediente CM 169/88 - PM 38/88). Projeto de lei, de iniciativa da Presidência da Câmara, alterando as tabelas do Plano de Pagamento dos Quadros de Servidores da Câmara Municipal (Expediente CM 170/88). Projeto de decreto legislativo, de iniciativa da Mesa da Câmara, fixando a remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito para a legislatura 1989/1992 (Expediente CM 171/88). Projeto de decreto legislativo, de iniciativa da Mesa da Câmara, fixando a remuneração dos Vereadores, para a legislatura 1989/1992 (Expediente CM 172/88). Pedido de informações do Vereador Reinholdo Klein acerca da relação completa das professoras pagas com recursos transferidos pela Fundação Educar, a data da respectiva admissão e o órgão em que exercem atividade (Expediente CM 173/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein, apoiado por nove Vereadores, solicitando seja enviada, ao Executivo, cópia da mensagem recebida por esta Casa da Creche Vila Rica (Expediente CM 174/88). Indicação do Vereador Reinholdo Klein, apoiado por nove Vereadores, sugerindo ao Executivo o exame da possibilidade e conveniência de criação da função de merendeira, com a conseqüente definição das respectivas atribuições. Indicação do Vereador Tomé Flores sugerindo ao Executivo a realização de melhoramentos no acesso da rua Ijuí à RS 122 e a construção de um abrigo de passageiros de Ônibus, na mesma rua. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Sérgio Borgatto - Com o fim do exercício, a Câmara estava recebendo uma avalanche de projetos. Sem o funcionamento de comissões técnicas, se um projeto não for objeto de emenda ou substitutivo, é discutido e

Reinholdo Klein

votado na sessão seguinte, a não ser que seja requerido o adiamento da votação. O tempo para o exame dos projetos era, em consequência, muito curto. Estava impressionado com a falta de esclarecimentos, de parte do Executivo, das medidas propostas nesses projetos. Especialmente das suplementações. Entendia devida a justificação de cada rubrica. Achava que alguns pedidos de suplementações eram interessantes e deviam ser atendidos. A administração não enviava regularmente a esta Casa balancetes de receita e despesa. Pelo que se podia deduzir dos projetos enviados a esta Casa, estava caindo dinheiro para dentro da Prefeitura, até pelas calhas. Já fora Secretário de Prefeitura e uma das coisas que aprendera era a de que administração em fim de mandato não compra mais material. A não ser em caso de emergência. Na falta de comissões e com tempo exíguo - projetos entrando numa sessão e sendo aprovados na outra - perguntava que papel os Vereadores estavam a desempenhar. Somente aprovar os projetos apresentados? Aproveitou a oportunidade para pedir que, no encaminhamento ao Executivo da mensagem da Creche da Vila Rica seja retificada a afirmação de que ele é líder do Governo. Por escolha dos seus colegas de Bancada, era líder da Bancada do PDS. Informou, ainda, à Bancada do PMDB, que o Sr. A-brilino Farias, telefone nº (0512) 26-8900, era o Coordenador da Fundação Educar em Porto Alegre. A ele deveriam ser dirigidos os pedidos de verbas para remunerar as professoras e domésticas da Creche de Vila Rica. Para demonstrar que não havia má vontade, de sua parte, em relação à Creche, assinara o requerimento encabeçado pelo Sr. Presidente, que propõe empenho junto ao Executivo, em favor de um auxílio para a Creche. Estranhou a falta de remessa, à Câmara, de parte do Executivo, de vários projetos relacionados com a criação e definição de novos tributos, de acordo com a nova Constituição Federal, que ainda deverão ser aprovados neste exercício. Fez breve análise dos novos impostos a serem incluídos no sistema tributário. Pôs em destaque a responsabilidade da Câmara na aprovação desses projetos, cuja aprovação não deveria ocorrer à última hora, sem um estudo mais acurado. ORDEM DO DIA. Foi aprovado por unanimidade o requerimento formulado pelo Vereador Reinhold Klein, apoiado por nove Vereadores, que propõe manifestação de empenho junto ao Executivo em favor da concessão de um auxílio à Creche de Vila Rica (Expediente CM 174/88). EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Sérgio Borqatto - Fez referência ao programa do candi-

dato do PMDB que, entre outros, expressa intenção difícil de cumprir: o enxugamento da administração municipal, reduzindo algumas Secretarias. Educação e Saúde seriam fundidas numa só Secretaria. Lembrou a aprovação do convênio para implantação da municipalização da saúde para demonstrar a responsabilidade daí decorrente e que a citada fusão é incompatível. Em outro item, o programa oferecia a contratação de agrônomo e médico veterinário. Seria uma despesa a mais. O planejamento de um programa habitacional para famílias com renda acima de cinco salários mínimos também lhe causara estranheza. E como ficariam aqueles com rendimento inferior? Essa programação não ficava bem para um candidato popular. Uma análise levava-o à conclusão de que, em doze anos, com cem milhões de dólares talvez seja possível executar o referido programa. Algumas coisas mereciam elogios. Como esta de apoiar os agricultores, fornecendo-lhes serviço de máquinas para arar, gradear, etc. Iria habilitar-se a tais serviços. Eloy dos Santos - Referiu-se às viagens do Sr. Presidente da República, José Sarney, à Rússia e ao Uruguai, com numerosa comitiva, enquanto o povo brasileiro luta desesperadamente contra os efeitos de uma inflação que corrói o valor dos salários. Criticou o aumento vertiginoso dos combustíveis. Estava a ocorrer uma ausência de governo. Criticou as mordomias, como a instalação de banheiras de hidromassagem no avião presidencial. A compra de um solar, por dois bilhões de cruzados, para servir de sede à Embaixada Brasileira em Lisboa. Disse que assim falava para estravazar a revolta que dela se apossara. Informou que tem sido procurado à respeito das casas populares, recentemente sorteadas entre os interessados previamente inscritos. Sugerira a um sorteado que procurasse o Presidente da Associação Habitacional, para conhecer a localização do seu lote. Isto já fora feito e o Presidente respondera não dispor de condições para indicar o lote, por falta de arruamento e infraestrutura. Concluiu o orador que o povo estava sendo enganado, o que era revoltante. Reinhold Klein (passando a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente) - Agradeceu o apoio dos colegas ao requerimento que será encaminhado ao Executivo, manifestando empenho em favor da concessão de um auxílio de duzentos mil cruzados à Creche de Vila Rica. Quanto às casas para pessoas com remuneração superior a cinco salários mínimos, assunto abordado pelo Vereador Sérgio Borgatto, disse que a prioridade era das casas populares. Satisfeitas as necessidades e interesses de um segmento, por que não tratar

De Almeida

dos anseios de outro segmento? Quanto às casas populares, sorteadas entre os interessados, fora muito oportuna a abordagem do Vereador Eloy dos Santos. Segundo lhe constava, antes do sorteio a Prefeitura assumira o compromisso de abrir as ruas na área destinada ao núcleo habitacional. O que, até hoje, não fizera. Então não havia condições de indicar terrenos para A ou B. A desapropriação da área ocorrera em outubro do ano passado. E o arruamento, até agora, não fora providenciado. Mesmo que falta a água, luz, etc., seria possível, aos mutuários, iniciarem a construção de suas casas. Por isto os sorteados estavam a interpelar os Vereadores, ele inclusive, a respeito dos lotes. Esta era a realidade: tudo estava na dependência do arruamento. Também fez restrições ao fato de poucas pessoas que moram em zonas sujeitas a enchentes terem sido contempladas. A esses deveria ter sido concedida prioridade. Concluiu saudando a assistência e retornando à direção dos trabalhos. Sérgio Borgatto - Quanto ao problema das casas populares, achou pouco pertinente a reclamação de que não fora feito o arruamento da área. Isto porque ainda havia pendência, na Justiça, acerca da propriedade da área. Uma pessoa requerera usucapião da referida área. Outro contestara a ação. Enquanto isto, a Prefeitura fizera a desapropriação. Em razão de estar o processo "sub judice", a Prefeitura, de certo modo, ficara inibida de realizar obras que possam vir a comprometer o desfecho da lide. Contestara essa explicação, dizendo que, uma vez a Prefeitura imitada na posse do imóvel, não caberia a ela ficar aguardando o fim do processo. Mas assim não pensava o consultor da Prefeitura, que a esta aconselhara a não realizar obras na área. Quanto à destinação de casas e lotes aos moradores na zona alagadiça, já dissera nesta Casa que o sorteio fora efetuado pela Associação Habitacional, que organizara todo o sistema de distribuição. Em segundo lugar, a Associação era presidida por um candidato do PMDB. Também deveria ser considerado que não poderiam participar do sorteio os que já têm casas, mesmo que sujeitas a enchentes. Isto por força da regulamentação criada. Era a explicação que ele poderia dar ao nobre Presidente, em relação ao assunto. A sessão foi encerrada às vinte horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 3 de novembro de 1988, às dezenove horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

rões para a inauguração da nova Escola. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a alienar uma área de terras sita em Angico, neste Município (Expediente CM 177/88 - PM 39/88). Emendas do Vereador Sérgio Borgatto à proposta orçamentária para 1989 (Expedientes CM 178/88 e 179/88). Requerimento do Vereador Sérgio Borgatto solicitando o adiamento da votação dos projetos de decretos legislativos que fixam a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para a legislatura de 1989/1992 (Expediente CM 180/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento de Lidiane Nienow. Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Mendonça. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Sérgio Borgatto - Passou a fazer considerações acerca do projeto de lei do Executivo que trata da suplementação de verbas do orçamento vigente. O Sr. Paulo Selbach, Secretário da Fazenda, em contato com alguns Vereadores, antes da sessão, explicara o que se pretendia com as suplementações propostas. Como o Vereador Tomé Flores, líder da Bancada do PMDB, continuava contrário à aprovação de algumas suplementações, passava a cobrar-lhe coerência, já que o referido Vereador sempre invocara tal atitude. Nas três vezes em que ele, Vereador Borgatto, assumira o mandato, sempre ouvira o Vereador Tomé invocar a coerência. Diante disto, pedia coerência ao nobre Vereador Tomé Flores. Um dos recursos que não contavam com o apoio do Vereador Tomé destinava-se, exatamente, a custear um calçamento na rua São João, repetidas vezes reclamado por aquele Vereador. Ele, orador, ouvindo essas reclamações, empenhara-se junto ao Executivo em favor de tal calçamento. Pois justamente agora, quando o Executivo se dispunha a realizar a obra, o Vereador Tomé lhe negava recursos para tanto. Isto até poderia vir em prejuízo da candidatura do Vereador Tomé. Estivera fazendo uma análise da proposta orçamentária para 1989 e chegara à conclusão que as despesas de pessoal atingirão 59% da receita e não 75% como fora noticiado. Estranhou que a arrecadação do Imposto Predial representa apenas, 2,4% do total da arrecadação prevista. Isto significava que os pobres estavam a pagar impostos para os ricos pagarem menos. Pois que as transferências correntes, da União e do Estado, correspondiam, em sua maior parte, a impostos indiretos, pagos por todos, ricos ou pobres. Por outro lado, o custo da Democracia, o custo da Câmara, era de onze milhões

de cruzados por Vereador. Este custo o preocupava. Prosseguiu na análise do projeto de orçamento, apontando distorções como, por exemplo, o custo da limpeza pública e a receita, desproporcional, insignificante, da Taxa correspondente. Salientava esses detalhes para demonstrar como o projeto de lei de orçamento deve ser estudado pelos Srs. Vereadores. Iria estudar a possibilidade de propor emendas ao projeto. Já estava a propor a concessão de auxílios às duas entidades tradicionalistas aqui existentes. Por fim, elogiou a forma de que se reveste o projeto PM 37/88. Com os esclarecimentos dados pelo Sr. Secretário da Fazenda, entendia desnecessárias maiores explicações. Oscar Kiefer - Com entusiasmo, comunicou ao plenário a liberação de cinco milhões de cruzados para custeio das obras da hidráulica de São José do Hortêncio. O Sr. Anibaldo Petry, candidato a Vice-Prefeito de São José do Hortêncio, trouxera em mão o expediente relativo a esse recurso, dele fazendo entrega ao Sr. Paulo Selbach, Secretário da Fazenda. Por essa boa notícia, congratulou-se com os seus pares e com a população de São José do Hortêncio. ORDEM DO DIA. Foram postos em discussão e votação os projetos de leis que atualizam a remuneração dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas (Expedientes CM 165, 166 e 170/88 - PM 34 e 35/88). Aprovados por unanimidade. Foi aprovado por unanimidade o projeto de lei que autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares até o valor de Cz\$ 40.000.000,00 para reforço de rubricas do orçamento vigente (suplementação de verbas de pessoal) (Expediente CM 167/88 - PM 36/88). Anunciada a discussão do projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a suplementar diversas dotações orçamentárias até o valor de Cz\$ 26.270.000,00 (Expediente CM 168/88 - PM 37/88), usou da palavra o Vereador Tomé Flores, para formular uma emenda com o objetivo de destacar, do projeto, cinco dotações a serem suplementadas, num total de Cz\$ 8.670.000,00 deixando na dependência de maiores esclarecimentos outras dotações constantes do projeto. Pediu o Vereador Tomé Flores que o Executivo especifique as dotações e as justifique uma a uma. Com relação a calçamento, perguntou onde seriam feitas as obras e qual a metragem. Da mesma forma em relação aos outros itens do projeto. O Vereador Sérgio Borgatto contestou o recebimento da emenda, feita verbalmente quando o deveria ser por escrito. À vista do que o Vereador Tomé Flores requereu o adiamento da discussão e votação do projeto, adiamento que foi aprovado por u-

de a realização de sessão extraordinária para discussão e votação de um substitutivo da mesma Bancada ao projeto de lei do Executivo que autoriza a abertura de créditos suplementares até o valor de Cz\$ 26.270.000,00 (Expediente CM 168/88 - PM 37/88). Foi lido também o substitutivo, que autoriza a abertura de créditos suplementares, nas dotações que especifica, até o valor de Cz\$ 8.670.000,00. Anunciada a discussão do substitutivo, pediu a palavra o Vereador Sérgio Borgatto. Declarou que esta sessão extraordinária lhe parecia desnecessária. Face à objeção que levantara à tramitação da emenda verbal do Vereador Tomé Flores, em sessão anterior, poderia ter sido suspensa, por alguns minutos, aquela sessão, para a formalização da referida emenda ou substitutivo. A Bancada do PMDB fazia, na justificação do substitutivo, uma série de considerações e sugestões, depois de passar cinco anos aceitando projetos sem justificativa nenhuma. Mas sempre era boa a hora para pedir que as coisas sejam feitas de modo correto. Apesar de entender que a exposição de motivos que acompanha o projeto, embora sucinta, é suficiente. Achou desnecessário saber quantos metros de calçamento serão feitos com os recursos ora pedidos. Isto porque a Câmara não estava em processo de verificação de custos ou de fiscalização dos trabalhos realizados. Trabalhos cuja execução era atribuição do Executivo. Não cabia ao Legislativo determinar quais as ruas a serem calçadas. O que se poderia discutir é a não realização de calçamentos reivindicados pela população e pelo próprio líder da Bancada do PMDB. Sabia-se que a suplementação de verbas para calçamentos era unicamente destinada à complementação do calçamento da rua São João e continuação do calçamento da rua Adolpho Schenkel, de Rio Branco. Viviam-se um momento de política. E dentro dessa circunstância, evidentemente as pessoas tinham os seus ânimos exacerbados. Surgiam desconfianças e buscava-se maneiras de impedir o favorecimento das pessoas e entidades em disputa. A política local sempre tivera um cunho de apaziguamento. Os antagonismos não se transformavam em ódios e separações irreparáveis. Embora compreendendo o gesto da Bancada do PMDB, nela via o perigo de aqui se instalar uma política de desavenças. Com o substitutivo, estava sendo julgada, de maneira muito pejorativa, a administração do Dr. Bruno Cassel. A inflação empurrava os custos para o alto. Daí a necessidade das suplementações. E as obras continuavam a se tornar necessárias, imperiosas, urgentes. Então não se podia reclamar do Executivo a falta de uma previsão adequada. Previsão que, nesse ritmo, se tornava

impossível. Por isto, achava completamente sem sentido algumas das explicações pedidas. A Câmara estava num caminho que os próprios Vereadores haviam construído, aceitando projetos sem maiores explicações. Se, agora, por política, queriam maiores informações, iria sugerir ao Executivo que para cá só encaminhe projetos devidamente justificados. Estava a se criar uma tempestade em copo d'água. O Sr. Secretário da Fazenda aqui declarou que o "superavit" de Caixa cobriria, perfeitamente as suplementações. Lamentou, por fim, o clima criado, que não melhoraria em nada o relacionamento entre os membros desta Casa. O Vereador Tomé Flores afirmou que o substitutivo e a sua justificação falam pela Bancada. Lembrou que foi o próprio Vereador Sérgio Borgatto que estranhou a ausência de uma formulação adequada e uma justificação satisfatória para os projetos do Executivo, mormente os relacionados com a suplementação de verbas. Mesmo assim rebelava-se contra as providências que buscavam a melhor formulação dos projetos. A Bancada do PMDB estava procurando exercer a sua missão fiscalizadora e, em momento algum levantara qualquer animosidade ou clima de desconfiança, como o líder do PDS estava a afirmar. A única animosidade política atualmente existente em São Sebastião do Caí estava partindo do PDS, nos comícios e encontros políticos. O PMDB em momento algum respondera nos mesmos termos. Reiterou que a Bancada do PMDB está exercendo a sua missão fiscalizadora, não só um direito mas também uma obrigação. Não via animosidade em procurar saber quais as ruas que se pretende calçar, mormente quando o próprio Secretário da Fazenda fazia afirmações nesse sentido. Concluiu o Vereador Tomé Flores pedindo ao Vereador Sérgio Borgatto, em devolução, um pouco de coerência. O Sr. Presidente colocou o substitutivo em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. A proclamar o Sr. Presidente este resultado, o Vereador Sérgio Borgatto requereu, com base no artigo 151 do Regimento Interno, verificação de votação. O Sr. Secretário procedeu à chamada nominal dos Vereadores, sendo a aprovação reiterada por maioria. Votaram "não" os membros da Bancada do PDS. O Vereador Cilon Flores esclareceu que assim procediam porque eram favoráveis à aprovação do projeto integral, vindo do Executivo, e não apenas da parte constante do substitutivo. A sessão extraordinária foi encerrada às dezenove horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.


Município para 1989, a fim de auxiliar nas despesas de realização do festival. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza a abertura de créditos suplementares nas dotações que especifica, até o limite de Cz\$ 21.000.000,00 (Expediente CM 183/88 - PM 40/88). Substitutos da Bancada do PMDB aos projetos de decretos legislativos que fixam a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito (Expediente CM 171/88) e dos Vereadores (Expediente CM 172/88) (Expediente CM 184/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo a expedição de ofícios ao Departamento do Meio Ambiente e à Unidade Sanitária local, expondo o problema da poluição ambiental da Blavel - Blauth Veículos Ltda., causada por jatos de areia, e insistindo em providências capazes de resguardar os lares prejudicados pela ação da referida empresa (Expediente CM 185/88). Requerimento, assinado pelos Vereadores da Bancada do PDS e PDT, solicitando urgência na discussão e votação do projeto de lei do Executivo que autoriza a abertura de créditos suplementares nas dotações que especifica, até o limite de Cz\$ 21.000.000,00 (Expediente CM 186/88). Indicação do Vereador Reinholdo Klein sugerindo ao Executivo o exame da possibilidade de concessão de auxílios de Cz\$ 200.000,00 ao CTG Lauro Rodrigues, Grupo Folclórico Tapirapé e à Associação dos Moradores do Bairro Quilombo, para aplicação em suas sedes sociais. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Sérgio Borgatto - Fez comentários acerca da notícia publicada no jornal Zero Hora, relacionada com a obtenção, pelo Governo do Estado, junto ao Banco Mundial, de uma verba de 100 milhões de dólares, para erradicação de favelas. Achava esse valor insuficiente pois não se destinava somente à erradicação de favelas em Porto Alegre mas em todo o Estado. Esclareceu que esses empréstimos, tão comentados e reclamados pelo PMDB, não eram concedidos pelo Governo Federal mas por bancos privados. O Banco Mundial recebia contribuições de todas as nações do mundo e fazia empréstimos a longo prazo e a juros baixos e fixos. Estava preocupado com a maneira que o Governador iria encontrar para erradicar favelas. Seriam construídos loteamentos populares? Ou seriam urbanizadas as favelas atualmente existentes? No Rio de Janeiro havia sido levantada uma tremenda celeuma porque ninguém queria sair do centro da cidade para morar num local mais afastado. Referiu-se ao Pacto Social, dizendo que estava preocupado, achando que não daria certo, pois imaginava que seria feito um novo congelamento. Acreditava que o

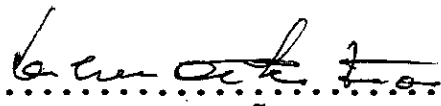
Pacto não iria resolver a situação, apesar de prever uma inflação regressiva. Os preços, nas farmácias, supermercados e comércio em geral, subiam às vezes da manhã para a tarde. O Pacto estava sendo feito entre dois leões: o do Governo e o da indústria e comércio. Na realidade estava sendo selada a sorte do "pato" pois que o povo teria de pagar essa inflação fixada em 26,5%. Com essas providências, salvo a relacionada com a erradicação das favelas, pelo que cumprimentava a oposição, achava que não se resolveria a situação. Enquanto a indústria e o comércio continuarem a achar que não podem perder nada, que só quem tem que perder é o assalariado, não iríamos ter pacto de natureza nenhuma. ORDEM DO DIA

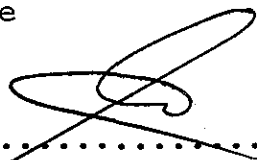
Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a alienar uma área de terras sita em Angico, neste Município (Expediente CM 177/88 - PM 39/88). Na discussão, o Vereador Eloy dos Santos lembrou que, há quatro anos atrás, a área em questão havia sido permutada por outra, para ser explorada como pedreira. Com a colaboração de técnicos do DAER, fora constatado que as pedras do local não eram de boa qualidade e que o veio era relativamente pequeno. Pouco depois havia sido adquirida outra área, do Sr. Emílio Roberto Kayser, com pedras de melhor qualidade e com jazida de excelente amplitude. O que justificara plenamente o investimento da Prefeitura na atual Pedreira Municipal. Em mais de uma vez cogitara de propor o aproveitamento da área abandonada, com a realização de um loteamento popular, em busca de soluções para o problema habitacional. Agora a Prefeitura pretendia vender a área a fim de ampliar o espaço da Pedreira e a reserva de pedras. Admitia a validade da proposta. Na votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Foram postos em discussão e votação os projetos de Decretos Legislativos que fixam a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores para a legislatura 1989/1992 (Expediente CM 171/88 e 172/88). A eles foi apensado o Expediente CM 184/88, com dois substitutivos da Bancada do PMDB àqueles projetos, intercalando no artigo 3º do primeiro projeto as palavras "a partir de 1º de fevereiro de 1989" e eliminando o § 4º do artigo 2º do segundo projeto. Anunciada a discussão da matéria, o Vereador Sérgio Borghatto levantou questão de ordem, invocando os artigos 124 e 143 do Regimento Interno, segundo os quais teria preferência, na pauta, o projeto do Executivo (Expediente PM 40/88), mormente à vista do pedido de urgência (Expediente CM 186/88). O Sr. Presidente manteve o roteiro, prosseguindo na

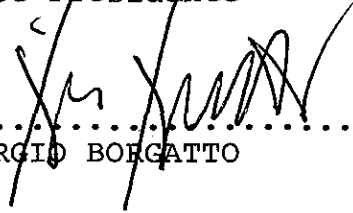
D. Almeida

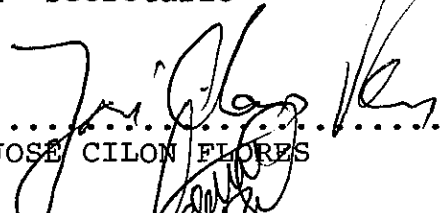
discussão e votação dos projetos de decreto legislativo e dos substitutivos a eles apresentados. Por unanimidade, foram aprovados os substitutivos formulados pela Bancada do PMDB. Em prosseguimento, anunciou o Sr. Presidente a discussão do requerimento de urgência formulado pelas Bancadas do PDS e do PDT, que foi aprovado por unanimidade. Em decorrência, foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares até o valor de Cz\$ 21.000.000,00 (Expediente PM 40/88). O Vereador Tomé Flores, líder da Bancada do PMDB, alegou falhas na formulação do projeto e da respectiva justificação. O Vereador Sérgio Borgatto, líder da Bancada do PDS, requereu a suspensão dos trabalhos da sessão, para um exame informal do projeto. O Sr. Presidente deferiu o pedido. A sessão foi reaberta uma hora após, concluídos entendimentos entre os líderes de bancadas e demais Vereadores. Voltou-se ao exame do projeto PM 40/88, que foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Júlio Campani - Desejou êxito aos colegas que estavam concorrendo a um cargo eletivo nas eleições de 15 de novembro. Eloy dos Santos - Agradeceu e reiterou as palavras do Vereador Júlio Campani. A sessão foi encerrada às vinte e uma horas e dez minutos, depois de marcada a próxima para o dia 24 de novembro de 1988, às dezenove horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.


.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente


.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente


.....
ATÍLA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário


.....
SÉRGIO BORGATTO


.....
JOSE CILON FLORES


.....
ANSELMO PETRY


.....
TOMÉ DA SILVA FLORES


.....
JÚLIO CÉSAR CAMPANI


.....
ALOYSIO ERMEDO SCHNEIDER


(Expediente CM 169/88A) (Expediente CM 191/88). Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Oscar Kiefer - Comunicou aos seus pares que estava dirigindo mensagem ao Hortêncio Futebol Clube sugerindo que dê a denominação de "Estádio João Aloysio Wecker" à sua praça de esportes. Informou que, há trinta e dois anos, o então Vereador João Aloysio Wecker cortara a fita inaugural do estádio. E sempre prestigiara a prática do esporte, ao mesmo tempo em que apoiava as demais atividades da comunidade de São José do Hortêncio. Sérgio Borgatto - Referindo-se à questão de ordem por ele levantada na sessão, com vistas à votação preferencial de um projeto do Executivo, com pedido de urgência, estranhou que o Sr. Presidente tivesse ignorado a sua interferência. Esclareceu que a questão de ordem é uma tradição dos parlamentos e que o Presidente não pode deixar de respondê-la. Pediu o registro em ata da sua reclamação e a sua opinião de que a atitude do Sr. Presidente não se concilia com as normas parlamentares e de boa convivência nos órgãos legislativos. ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo que autoriza a concessão de um auxílio de Cz\$ 300.000,00 à Associação dos Moradores do Bairro Quilombo (CM 188/88 - PM 41/88). O Vereador Tomé Flores, líder da Bancada do PMDB, apoiou a proposta que, na votação, foi aprovada por unanimidade, em seus próprios termos. Foi posta em discussão a emenda do Vereador Sérgio Borgatto (CM 179/88) ao projeto de lei do Executivo que dispõe sobre a concessão de subvenções. A emenda propunha a concessão de subvenções de um milhão de cruzados, tanto para o Grupo Folclórico Tapirapé como para o Centro de Tradições Gaúchas Lauro Rodrigues, indicando como recurso de cobertura uma redução de dois milhões de cruzados na Reserva de Contingência. O Vereador Sérgio Borgatto defendeu a concessão das subvenções às duas entidades, ambas empenhadas em completar as obras de construção das suas sedes. O Vereador Tomé Flores disse não ser contrário à concessão de auxílios e subvenções às entidades tradicionalistas mas lembrou que existem outras associações em São Sebastião do Caí, que desenvolvem atividades de alcance social e cultural. O Prefeito eleito pretendia auxiliar, na medida do possível, todas as entidades que representam manifestações culturais, sociais e esportivas da comunidade caiense. Então entendia prematura a proposta do Vereador Borgatto, que deveria ser examinada dentro de um contexto mais amplo e mais geral, em ocasião oportuna. Lembrou, tam-

bém, que as duas entidades tradicionalistas já recebem o resultado dos Rodeios Crioulos e que o CTG Lauro Rodrigues usufrui cessão da área sobre a qual está a sua sede. Repliquou o Vereador Borgatto que a cessão de área foi mal feita, incluindo área não pertencente à Prefeitura. Essa cessão seria passível de controvérsia. Repliquou o Vereador Borgatto, lamentando que o Vereador Tomé Flores, líder da Bancada do PMDB, não tenha proposto auxílios às demais entidades que entende devam ser beneficiadas. Ainda na sessão de hoje havia sido lida uma sugestão do Presidente Reinholdo Klein, ao Executivo, de concessão de auxílio às duas entidades já referidas e à Associação dos Moradores do Bairro Quilombo. Vislumbrava incoerência na atitude do líder do PMDB. Também achava incoerente a concessão de um auxílio a um órgão federal (LBA), conforme proposta da Bancada do PMDB. Treplicou o Vereador Tomé Flores, dizendo não estar cometendo nenhuma incoerência. O Sr. Presidente fizera uma sugestão, que dele partira em legítima iniciativa. Já ele, Vereador Tomé, não tinha, necessariamente, de endossar tal proposta. Continuava não achando justa a concessão de subvenções a apenas duas de muitas entidades que aqui funcionam. Na votação, a emenda foi rejeitada por maioria de seis votos, do PMDB. Foi posta em discussão a emenda do Vereador Sérgio Borgatto, propondo a eliminação da Taxa de Iluminação Pública do elenco da receita do próximo exercício. Isto por que a referida Taxa já fora revogada. O Vereador Borgatto esclareceu que constataria a inclusão, na receita, da taxa já revogada. O Secretário da Fazenda propusera a simples substituição da respectiva folha do projeto, com a redistribuição do valor da estimativa. Não concordava por que os Vereadores tinham de apresentar serviço, justificar a sua presença. Daí por que fizera a emenda. O Vereador Tomé Flores apoiou a emenda, reconhecendo a falha da administração municipal. A emenda do Vereador Sérgio Borgatto (CM 178/88) foi aprovada por unanimidade. Foi posta em discussão a emenda do Vereador Sérgio Borgatto (CM 178/88) ao projeto de orçamento, para nele incluir Cz\$ 5.000.000,00 para confecção de placas indicativas de ruas e de números das casas. Na discussão, o Vereador Borgatto esclareceu que os carteiros deixam de entregar a correspondência por falta de sinalização das ruas e identificação do número das casas. A Prefeitura dispunha-se a fornecer o número, ficando por conta do proprietário a confecção das respectivas placas. O sistema não era bom, pois muitos não aplicavam a numeração. O Vereador Tomé Flores in

U. S. ...

formou que já existe dotação na proposta orçamentária para tal atividade. Sendo insuficiente, poderia ser suplementada. Houve réplica e tréplica. Na votação a emenda foi rejeitada por sete votos contra três, da Bancada do PDS. Foi posta em discussão a emenda da Bancada do PMDB à proposta orçamentária para 1989, reduzindo de cinquenta para vinte e cinco por cento o percentual de autorização para abertura de créditos suplementares. A emenda foi justificada pelo Vereador Tomé Flores e apoiada pelo Vereador Eloy dos Santos. O Vereador Sérgio Borgatto insistiu na manutenção da proposta do Executivo. Houve réplica e tréplica, com intervenções dos mesmos Vereadores. A emenda foi aprovada por maioria, contra o voto da Bancada do PDS. Foi posta em discussão a emenda da Bancada do PMDB ao projeto de lei do Executivo que autoriza a concessão de subvenções às entidades que especifica (CM 190/88). A emenda propõe redução na subvenção à Associação dos Servidores da Prefeitura, de Cz\$ 1.000.000,00 para Cz\$ 860.000,00; aumentando a subvenção à Associação Caiense de Assistência aos Necessitados, de Cz\$ 10.000,00 para Cz\$ 50.000,00, e incluindo dotação de Cz\$ 100.000,00 para o Núcleo de Voluntariado da Legião Brasileira de Assistência. Intervenções dos Vereadores Tomé Flores, a favor da emenda, Sérgio Borgatto e Eloy dos Santos. O último referiu-se à falta de prestação de contas de parte de duas entidades constantes da relação de subvenções. Esclareceu que, em princípio, essas entidades deveriam ser excluídas da relação. Todavia obtivera informação de que uma já prestara contas ao Executivo, nos últimos dias, e a outra já estava providenciando a esse respeito. Dispunha-se a aprovar a relação com a advertência de que as entidades beneficiadas, antes de receberem novas subvenções, devem prestar contas da aplicação das subvenções anteriormente recebidas. A emenda foi aprovada por maioria, contra os votos da Bancada do PDS. O projeto de lei do Executivo que aprova o Plano Plurianual de Investimentos (CM 169/88 B) foi aprovado por unanimidade, em seus próprios termos. Também foi aprovada, por unanimidade, a proposta orçamentária para 1989, com as emendas anteriormente aprovadas. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento do Vereador Reinholdo Klein que propõe pedido de providências ao Departamento do Meio Ambiente e à Unidade Sanitária da SSMA nesta cidade em relação à poluição e sujeira causada pela aplicação de jatos de areia de parte da BLAVEL - Blauth Veículos Ltda. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Tomé

Flores - Na primeira sessão após as eleições de 15 de novembro, agradeceu às pessoas que nele confiaram e que o reelegeram para representar o povo caiense nesta Casa. Lamentou a não reeleição de alguns colegas, apesar dos seus méritos e esforços. Eloy dos Santos - Também fez considerações sobre os resultados da eleição, em decorrência do que poucos haviam sido reeleitos e outros não. Tinha certeza, todavia, de que continuariam a prestar bons serviços ao Município e a cultivar a amizade e respeito aqui mantidos durante seis anos de fraterno convívio. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vereador Dilon Vieira) - A propósito da questão de ordem levantada pelo Vereador Sérgio Borgatto e que, segundo reclamação do mesmo, ficara sem resposta, esclareceu que o Vereador Borgatto levantara duas questões de ordem. Na primeira vez fora atendido. Pedira verificação de votação e esta fora deferida. A chamada fora feita. Encerrado o assunto, prosseguira no roteiro. O Vereador Borgatto não fora em absoluto prejudicado. Em prosseguimento, fez um relato sucinto da luta desenvolvida, durante seis anos, contra a poluição ambiental e dos recursos hídricos. Não tivera um apoio sequer, nesse terreno, de parte do Executivo. Diversas vezes buscara esse apoio. Referiu-se à empresa Petenati e à denúncia de sua autoria, que ensejara providências do Departamento do Meio Ambiente. Abordou, também, os problemas de poluição do arroio Cadeia. Cilon Flores - Registrou a sua solidariedade aos colegas que concorreram no último pleito eleitoral, sem obter a reeleição e congratulou-se com os dois edis que foram reconduzidos a esta Casa. Cumprimentou também o servidor Ernesto Kievel, pela sua aprovação em concurso público da Caixa Econômica Federal. Dilon Vieira - Apoiou as considerações e a proposta lançada, no início da sessão, pelo Vereador Oscar Kiefer, de se denominar de "Estádio João Aloysio Wecker" a praça de esportes do Hortêncio Futebol Clube. Evocou, com saudade, a atuação do Vereador João Aloysio Wecker nesta Casa. A sessão foi encerrada às vinte e uma horas, depois de marcada a próxima para o dia 1º de dezembro de 1988, às dezenove horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.


.....
REINHOLDO KLEIN
Presidente

mara Municipal, quatro cargos de Assessor de Bancada (Expediente CM 194/88). Substitutivo do Vereador Sérgio Borgatto à projeto de lei do Executivo Municipal que institui no Município o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (Expediente CM 195/88). Emenda da Bancada do PMDB ao substitutivo do Vereador Sérgio Borgatto ao projeto de lei do Executivo que institui o Imposto sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos (Expediente CM 196/88). Requerimentos do Vereador Reinholdo Klein propondo votos de pesar pelo falecimento dos Srs. Waldemar Mertins, Alfredo Arnaldo Fuchs, Reynaldo Spier e João Batista Flores. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores: Oscar Kiefer - Comunicou aos seus pares que estava endereçando sugestão à Comunidade Evangélica de São José do Hortêncio no sentido de que se disponha a doar ao novo Município uma área que entesta com a avenida Mathias Steffens, para ser transformada em praça pública. A área já tem um poste de iluminação, um monumento e um bosque. Pediu, também, que o logradouro receba a denominação de "Praça Willibaldo Kiefer", em homenagem ao seu pai, antigo juiz de paz da localidade. Sérgio Borgatto - Fez considerações sobre o tratamento que a humanidade, desde os seus primórdios, dispensa às crianças e aos idosos. Na repartição dos alimentos, os velhos tinham de contentar-se com as sobras. Milhões de anos depois, com o advento do Cristianismo, passara-se a fazer a apologia do amor, o respeito aos mais fracos, aos humildes e idosos. Um gerontólogo, há poucos dias, num programa de televisão, perguntado sobre quando uma pessoa ficava velha, respondeu, para sua surpresa, que a partir dos sessenta anos. A partir desse dia, passara a considerar-se incluído no rol dos que, sentindo a diminuição das forças, passam a ser relegados a um plano secundário. Essas considerações, evidentemente tinham um objetivo: ouvira muitas vezes, no seio do seu Partido, que de tão Partido ficara repartido no meio da viagem, que estavam dando muitas oportunidades aos idosos, enchendo a Prefeitura de velhos aposentados e tirando oportunidades aos novos mais moços. Ouvira a notícia de que o Partido vitorioso nas eleições de 15 de novembro estava disposto a acolher os reclamos da população, no sentido de afastar os aposentados, de abrir oportunidades aos novos. Mil novecentos e oitenta e sete fora o ano do idoso. Recordava-se que o Sr. Governador do Estado fizera um panegírico muito bonito, pela imprensa, pela televisão, em apoio e estímulo aos velhos. Talvez o Partido do Governador, aqui, no Município,

O. Kiefer

não tenha ouvido esses discursos ou tenha esquecido de por em prática as idéias do Sr. Governador. Aliás, o Dr. Pedro Simon, durante muito tempo, mas não mais ultimamente, defendera o ponto de vista de que a produção nacional deveria ser voltada para o mercado interno. Com certa relutância, e depois de refletir sobre o assunto, chegara à conclusão de que o Dr. Pedro Simon estava certo. Em face dos minguados salários, o melhor da nossa produção era canalizado para a exportação, quando seria mais aconselhável aumentar a capacidade aquisitiva do povo, através do pagamento de melhores salários. A metade da nossa dívida externa era oriunda da construção de estradas; estradas que praticamente haviam desaparecido. Agora as estradas já não eram mais necessárias. A indústria automobilística, que fora construída com incentivos, com regalias, com dispensa de tributos, estava a produzir bens inatingíveis para a maioria do povo. Inacessível. Voltar-se-ia ao uso de carretas. E as estradas asfaltadas não mais seriam necessárias. Retornando à questão do aproveitamento ou não dos aposentados, apesar das suas qualificações, disse esperar ter sido mal informado e de não ser esse o propósito da futura administração, para não cometerem uma grande injustiça para com os idosos. A única coisa certa que tínhamos pela frente é que todos, mais dia menos dia, ficariam velhos. Entendia que ser aposentado era triste. Experimentara uma sensação muito tenebrosa ao aposentar-se. Sentira-se inútil, sem necessidade de existir, no dia que se dera conta de que a sociedade dele não mais precisava, pois que era um aposentado. E, por ser bem pago, hostilizado. Não devia mais, dentro desse contexto, fazer parte de nada, para não tirar o lugar de ninguém. Achava que esse posicionamento deveria ser reformulado. A aposentadoria poderia ser postergada, para que os idosos não se sintam inúteis, não sejam considerados um estorvo. A sociedade não deveria ficar pregando que devemos respeitar os idosos sem dar-lhes a dignidade que merecem, de continuar contribuindo com a sua experiência e a sua capacidade para o bem geral. ORDEM DO DIA. Foi discutida a emenda da Bancada do PMDB ao substitutivo do Vereador Sérgio Borgatto ao projeto de lei do Executivo que institui o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos. O Vereador Tomé Flores, apoiando o substitutivo, justificou a emenda com o fato de que está programada uma reunião com os varejistas do ramo, para ouvi-los sobre a cobrança do tributo, em relação à qual também devem ser considerados os percentuais fixados pelos outros Municí-

pios. Havia pressa na aprovação do projeto. Somente trinta dias depois de publicada a lei poderia ser cobrado o tributo. Os percentuais poderiam ser reduzidos. Já o inverso não seria possível. Daí a opção pelos 3%. O Vereador Sérgio Borgatto ponderou que há mais tempo alertara a casa em relação à matéria, inclusive quanto ao recolhimento de opiniões dos varejistas. Tanto aqui como no Executivo falara em vão. Falara com o Prefeito eleito, sugerindo o contato com os varejistas. O Prefeito concordara com a sugestão. Mas, há dois dias atrás, alegara que sua agenda estava muito sobrecarregada e que não havia tempo para tal reunião. Estudara o projeto em profundidade, refundira-o, considerando as disposições do Código Tributário Nacional. Justificou sua proposta de percentuais mais reduzidos. Explicou também a melhor especificação das multas. A sua proposta era simples e clara e deveria ser completada na regulamentação. A emenda da Bancada do PMDB foi aprovada por unanimidade. O substitutivo do Vereador Sérgio Borgatto também foi aprovado por unanimidade, incluída a emenda já aprovada. Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a abrir crédito suplementar por conta de transferências de recursos da Fundação Educar, até o valor de Cz\$ 1.000.000,00 (Exp. PM 43/88). O Vereador Sérgio Borgatto registrou o recebimento das transferências, conforme prometido. Disse que as professoras da Creche de Vila Rica podem ficar tranqüilas, pois que lhe será paga a remuneração devida. O projeto foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o projeto de lei do Executivo que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de Cz\$ 300.000,00, para o Natal da Criança Pobre (Exp. PM 44/88). Foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falou o Vereador Tomé Flores, líder da Bancada do PMDB. Disse que obviamente deveria fazer algumas considerações acerca do discurso do Vereador Sérgio Borgatto, líder da Bancada do PDS. Inicialmente respigou a afirmação do Vereador Borgatto que tratara, há vinte dias atrás, com o Prefeito eleito, da questão da cobrança do IVVC. Em verdade, o Prefeito eleito somente fora conhecido há dez dias atrás. Quanto à posição do PMDB em relação aos aposentados, nenhuma arbitrariedade ou injustiça estava sendo programada. Podia até reconhecer que as pessoas mais idosas podem ajudar a administração municipal. Mas também entendia que era conveniente abrir chances aos novos valores. Por esse motivo, dentro do possível, seria dada preferência aos jovens e de capacidade, sem desmerecer os aposentados. Para compro-

Diário

sar Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista - Vereador José Eloy dos Santos. EXPEDIENTE. Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Circular da FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul -, enviando estudos da sua Unidade de Assessoramento Jurídico versando sobre Remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. Convite da Escola Cenecista de 2º Grau Alceu Masson para as comemorações dos 22 anos de existência do estabelecimento e o fato significativo que será a formatura da 20ª turma. Convite da EMATER para o 1º Seminário Estadual de Microbacias Hidrográficas. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que altera as tabelas dos Planos de Pagamento dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas e dá outras providências (Expediente CM 201/88 - PM 45/88). Projeto de lei do Executivo Municipal que altera a Lei nº 1.289, de 4 de novembro de 1988 e dá outras providências (Expediente CM 202/88 - PM 46/88). Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a abrir créditos suplementares até a importância de Cz\$ 60.000.000,00 e dá outras providências (Expediente CM 203/88 - PM 47/88). Projeto de lei da Mesa da Câmara que altera as tabelas do Plano de Pagamento dos Quadros de Servidores da Câmara Municipal (Expediente CM 204/88). Projeto de lei do Vereador Sérgio Borgatto que revoga a Lei nº 1.200, de 12 de janeiro de 1987, que atribui verba de representação aos Secretários Municipais e dispõe sobre o pagamento de diárias e reembolso de despesas em objeto de serviço público (Expediente CM 205/88). Pedido de informações do Vereador Eloy dos Santos relacionado com a aplicação de inseticidas contra os focos de mosquitos (Expediente CM 206/88). Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Sérgio Borgatto - A propósito do projeto de lei do Executivo que altera as tabelas de remuneração dos servidores municipais, tendo em conta a sua tramitação em regime de urgência e sua provável aprovação, fez as seguintes considerações: no exame do orçamento para 1989 ficara comprovado que a previsão de encargos com o pessoal já atingia 59% do total da despesa. O descaso com que o Executivo tratava o Legislativo chegava a ponto de mandar um projeto dessa natureza sem um balancete refletindo a situação das finanças municipais e tão pouco fazendo uma análise do que representa em termos percentuais esse no

vo acréscimo, que não era pequeno. Em setembro houvera um reajustamento de 20%, um de 60% em outubro e um de 60 em dezembro, o que representava cerca de 200% acumulados. Duvidava que algum funcionário do Brasil tivesse recebido tais aumentos, em tão pouco tempo. A nova Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, não permitia, taxativamente que se aplique mais de 65% das receitas correntes em remuneração de servidores. Aqui tudo era feito na camaradagem. Os Vereadores camaradas votavam os projetos camaradas do Executivo, que não dava explicações. Isto o levava a lembrar-se do baile na Ilha Fiscal, quando caíra o Império e o povo a tudo assistira, bestificado. Estava-se trabalhando num regime de irresponsabilidade. A sua bancada abster-se-ia de votar esse projeto, para não se tornar co-responsável por essa aberração de aprovar projetos sem justificativa, sem argumentos, sem base jurídica, sem respeito à Câmara e sem respeito respeito à nova Constituição Brasileira. ORDEM DO DIA. Foram postos em discussão e votação os projetos de leis CM 201, 202 e 204/88, os dois primeiros de iniciativa do Executivo e o último da Mesa da Câmara, todos dispendo sobre o reajustamento, em 60%, das tabelas de remuneração dos servidores municipais, ativos e inativos, e das pensionistas. Os três projetos foram aprovados por maioria de votos, com abstenção da Bancada do PDS. Foi posto em discussão e votação o projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a suplementar dotações do orçamento vigente até o valor de Cz\$ 60.000.000,00 (PM 47/88 - CM 203/88). Foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Sérgio Borgatto que cria, na Câmara Municipal, quatro assessores de bancada (CM 194/88). O Vereador Tomé Flores, em questão de ordem, indagou do Sr. Presidente se a Mesa encampara o projeto do Vereador Borgatto. Negativa a resposta, invocou o artigo 27 do Regimento Interno, que atribui privativamente à Mesa da Câmara a iniciativa de projetos de criação de cargos. Requereu o Vereador Tomé Flores o encerramento da discussão e o arquivamento da proposta, por vício de iniciativa. O Vereador Sérgio Borgatto afirmou que o líder da Bancada do PMDB estava laborando em equívoco. A leitura do projeto em plenário implicava na sua aceitação. A Mesa poderia tê-lo rejeitado. Se não o fizera, era cabível a discussão e votação. Não conhecia nenhum artigo do Regimento que permitia a um líder de Bancada interpelar o Sr. Presidente acerca da aceitação de um projeto, depois de o mesmo ser lido em plenário. O Sr. Presidente respondeu à questão de ordem en-

At/le

cerrando a discussão do projeto e determinando o seu arquivamento. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Com relação ao problema dos mosquitos que proliferam na cidade e importunam a sua população, prejudicando o lazer e o repouso, relembrou providências tomadas pela Prefeitura, há dois ou três anos, com ótimos resultados. Infelizmente não se dera continuidade ao combate ao "culex", mesmo contando com recursos humanos e materiais para isto. Ampliou, assim, a justificação do pedido de informações de sua autoria, sobre esta matéria, em tramitação nesta Casa. Sérgio Borgatto - A propósito da intervenção do Vereador Eloy dos Santos, lembrou que, em 1964, quando passará a residir nesta cidade, realmente era difícil sentar sobre as calçadas, nas noites de verão, por causa dos mosquitos. Na oportunidade, o Dr. Cassel tomara a iniciativa de colocar óleo queimado nos bueiros e "bocas-de-lobo". Mas agora isto não era permitido, porque era contra a ecologia. Tínhamos que deixar os pobres mosquitinhos viverem também e o recurso era apelar para os mosquiteiros. O Vereador Eloy dos Santos, em aparte, ponderou que pobre não pode comprar mosquiteiro. Ainda com relação a este assunto, o Vereador Sérgio Borgatto manifestou-se contrário ao uso de venenos. Em prosseguimento, afirmou que o Sr. Presidente gosta de atropelar o Regimento Interno e não chegara a colocar em discussão o seu projeto, criando cargos de assessores de bancada, na Câmara. O que o levava a fazer um alerta acerca da defecção que seguramente esta Casa iria experimentar, por efeito da nova Constituição Federal. O Secretário Executivo não poderia mais ficar trabalhando por e para novos Vereadores, como inclusive com ele estava acontecendo, dado que a nova Constituição estabeleceria alguns princípios, que a Mesa já estava infringindo. Leu, então, o disposto no inciso XIV do art. 37, acerca dos acréscimos pecuniários percebidos por servidor público, e o art. 17 do Ato das Disposições Transitórias, que teria sido feito para combater os "marajás" do serviço público. A Mesa não se apercebera de que, estava a manter um Secretário Executivo com inobservância desses dois dispositivos da Constituição. Aventou a possibilidade de o Secretário Executivo ter de devolver os excessos com correção pelas Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Afirmou, então, que o seu projeto, de criação de cargos de assessoria de Bancada, se destinava a evitar que os Vereadores sejam privados da inteligência e da competência desse zeloso funcionário, uma vez que

Vol/ie/n

são, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores. Correspondência Recebida: Ofício circular da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul - UVERGS convidando para Assembléia Geral Ordinária. Nota da Mesa da Câmara informando que face às ponderações do Vereador Sérgio Borgatto acerca da acumulação de vencimentos de cargo em comissão com proventos de inatividade, de parte do Secretário Executivo da Casa, e considerando que não devem pairar dúvidas sobre a constitucionalidade e licitude dos atos da Mesa, está encaminhando pedidos de pareceres a organismos de assistência técnica especializada. Proposições Recebidas: Projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a receber, em doação, um terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, para a construção de uma Escola Municipal (Expediente CM 207/88 - PM 49/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein, apoiado pelo Vereador Tomé Flores, propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Guilherme Taglieber. Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Martins. Indicação do Vereador Dilon Vieira sugerindo ao Executivo o patrolamento da estrada do Virador, em Capela de Santana. Oradores: Como único orador inscrito, usou da palavra o Vereador Sérgio Borgatto - Fez referência a um aspecto interessante que resulta dos discursos proferidos nesta Casa. O gravador utilizado podia ser muito eficiente mas não abria aspas nas ironias nem fechava aspas. E não registrava o que se procurava dizer nas entrelinhas. Em consequência disto, fora abordado por um cidadão que lhe perguntara como tivera coragem de ser contra o combate aos mosquitos. Esperava que a Câmara, na próxima legislatura, comprê um aparelho mais aperfeiçoado, que registre a ironia de que o orador reveste suas palavras. Ficavam a lhe dar atestados de ignorância, na cidade, quando estava aqui procurando mostrar a sua rarefeita mas alguma sapiência. Dentro desse contexto queria esclarecer aos membros da Associação de Defesa da Ecologia que não era contra o combate aos mosquitos; era contra a hipocrisia contida na afirmação de que cortar um coqueiro é destruir a ecologia do Município para depois dizer que matar mosquitos não fere a ecologia, quando, em verdade, os venenos aplicados se misturam às águas pluviais que são lançadas no rio. Tudo isto estava nas entrelinhas que o aparelho não captara. Aproveitou a presença de Vereadores eleitos para fazer algumas considerações em torno do exercício do mandato e para expender a sua opi-

Sérgio Borgatto

[Assinatura]

nião acerca do que denominou de "político completo". Era difícil ser um "político completo". Entendia como tal o que dizia sim quando achava que devia dizer sim e dizia não quando achava que deveria dizer não. Mas na política, como estava sendo praticada no Brasil, sempre se estava a dizer sim. Fora interpelado por um servidor municipal que lhe perguntara com que coragem tinha se absterido de votar um projeto de revisão salarial. Pelo visto, todos tinham de se acovardar e sempre votar sim, mesmo quando achavam que a proposição estava completamente errada. Além disto, havia as chamadas "ditaduras" do partido. Reuniam-se os membros de uma grei, decidiam e "mandavam" os seus correligionários votar sim, mesmo que o Vereador fosse de opinião completamente contrária. Não era bonito alguém filiar-se a um partido desconsiderando a pregação ideológica e desrespeitando aquela pregação ideológica feita durante anos e anos, mudar-se para um partido completamente oposto. Também era muito errado mudar por que ele sempre pregara que, quando se lê um livro - e dizia Virgílio - "Temei o homem de um único livro" - havia o risco de se ficar fanático, de se ver apenas um lado da questão. Então, instruir-se, aprender, viver a vida era um pouco de mudança constante. O fundamental era encontrar o ponto de equilíbrio. Saber quando dizer sim, quando dizer não. A balança do político deveria sempre pesar os fatos para saber se ele estava no caminho do interesse público, na defesa do bem comum. Esta a virtude que o político deveria cultivar.

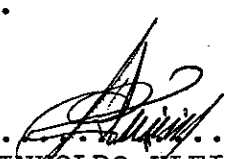
ORDEM DO DIA. Foi posto em discussão o projeto de lei do Vereador Sérgio Borgatto que revoga a Lei nº 1.200, de 12 de janeiro de 1987, que atribui verba de representação aos Secretários Municipais (CM 205/88). Com a palavra o autor da proposta disse que em todos os estatutos de funcionários públicos do Brasil consta que o funcionário perceberá vencimentos, ajuda de custos, diárias, quando se desloca da sua sede, desde que isto acarrete despesas de transporte, alimentação ou hospedagem. Defendeu essas disposições estatutárias e criticou o pagamento de uma verba de representação aos secretários, independentemente de deslocamentos ou não. Propugnou pelo restabelecimento do princípio estatutário - diárias e não verba de representação. Criticou também a posição da maioria da Câmara na votação dos projetos da minoria, que teria direitos assegurados na Constituição, entre eles o de ver discutido e aprovado os projetos corretos, lógicos, justos, coerentes. Tais projetos deveriam ser aprovados. O Vereador Tomé Flores escutara as ponderações do nobre líder da

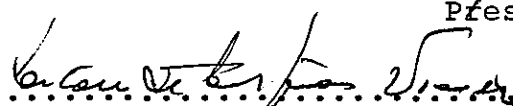
Bancada do PDS. Diante da imposição de aprovação sentia rejeição aos verdadeiros princípios da Democracia. A sua Bancada, do PMDB, que aprovara o projeto da Lei nº 1.200, oriundo do Executivo, neste fim de gestão, considerava imprópria a revogação da referida lei, já por uma questão de coerência. Afora isto, a nova administração, na revisão dos direitos e deveres dos servidores, poderia e deveria rever toda a legislação pertinente, alterando-a ou revogando-a se for o caso. Por isto concitava a Bancada do PMDB a votar pela rejeição do projeto. O Vereador Eloy dos Santos também comentou a proposta e achou conveniente uma análise da matéria, de parte da nova administração, que certamente procurará ajustar à máquina administrativa, aos seus objetivos. Também aprovara a lei em 1987 e concordava com o posicionamento do Vereador Tomé Flores. Replicou o Vereador Sérgio Borgatto, afirmando o seu ponto de vista de que é imoral o recebimento de uma representação fixa em lugar de diárias e que a imoralidade não depende de um posicionamento da próxima administração. O que estava errado deveria ser corrigido e qualquer hora seria boa para isto. Na votação o projeto foi rejeitado por maioria, contra os votos da Bancada do PDS. Foi posto em discussão o pedido de informações do Vereador Eloy dos Santos acerca do combate aos focos de mosquitos (Expediente CM 206/88). A matéria foi debatida pelos Vereadores Eloy dos Santos e Sérgio Borgatto, sendo o requerimento aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicações pessoais falaram os seguintes Vereadores: Eloy dos Santos - Comentando a aprovação, pela maioria da Câmara dos Deputados, de um projeto de lei que institui um pedágio a ser pago por todos os proprietários de veículos que transitarem pelas estradas federais, pedágio esse que seria aplicado na reconstrução e manutenção das referidas estradas. Lavrou o Vereador Eloy dos Santos um veemente protesto contra essa providência que, se efetivada, virá onerar ainda mais os sacrificados contribuintes. O projeto já estaria em tramitação no Senado. Não podia calar diante desse absurdo. A proposta era de cobrar de meia OTN até seis OTNs. Os recursos para a manutenção de estradas deveriam ter sido previstos no orçamento para 1989. Enquanto se aprovavam projetos como esse, contra os interesses do povo, o Governo canalizava novos recursos para a ferrovia Norte-Sul. Reiterou a sua inconformidade diante dessa situação. Sérgio Borgatto - Achou interessante o discurso do Vereador Eloy dos Santos. Houvera uma referência do orador ao "Governo em que o PMDB era maioria".

Sérgio Borgatto

[Assinatura]

Como o líder do PMDB não se manifestara a esse respeito, ele desejava expender a sua opinião de que a citada referência era uma injustiça. Não se podia culpar o PMDB por lei dessas. Afinal de contas o PMDB não era mais maioria no Congresso Nacional. Já se dividira em três o quatro. A culpa podia ser dos cidadãos. Houvera a Constituinte. O texto fora laboriosamente elaborado. Os poderes do Congresso ampliados. Os do Presidente reduzidos. Mas ainda ficara com um, grande demais, capaz de infernizar a vida dos seus patriotas. O povo deveria participar mais ativamente do processo legislativo. Acompanhar as discussões e votações. Manifestar-se perante seus representantes, em tempo. Falar, aqui, na Câmara, agora, de nada adiantaria. E analisou aspectos do processo político e legislativo do País, para salientar a necessidade de uma maior e mais efetiva participação do povo em tal processo. Dilon Vieira - Reforçou os argumentos expendidos para justificar sua indicação relacionada com o patrolamento do Virador, nas imediações do seu loteamento. Acusou o Subprefeito de ser omissos em relação àquele trecho de estrada e de perseguição à sua pessoa. Saudou a presença dos Vereadores eleitos de Capela de Santana, de São Sebastião do Caí e demais assistentes. Reinholdo Klein (passando a Presidência ao Vice, Vereador Dilon Vieira) - Aludindo ao fim da legislatura, aos trabalhos realizados, ressaltou o clima de entendimento, de respeito e amizade. Agradeceu aos seus pares pela colaboração que lhe foi prestada. Saudou os Vereadores eleitos presentes, inclusive de Capela, deixando a todos uma mensagem de feliz Natal e Boas Festas. Reassumiu o Vereador Reinholdo Klein a direção dos trabalhos. Átila Ramos - Saudou os representantes de Capela de Santana, a quem dirigiu palavras de estímulo para, juntos, construírem o grande futuro daquele novo Município. Saudou, também, os demais visitantes. A sessão foi encerrada às vinte horas e trinta minutos, depois de marcada a próxima para o dia 22 de dezembro de 1988, às dezenove horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.


.....

REINHOLDO KLEIN
Presidente


.....
DILON SEBASTIÃO VIEIRA
Vice-Presidente

.....
ÁTILA LUIZ FLORES RAMOS
1º Secretário

lei do Executivo Municipal que incorpora ao Código Tributário do Município, para efeitos de lançamento e cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lista de Serviços editada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 (Expediente CM 211/88 - PM 50/88). Emenda do Vereador Sérgio Borgatto ao projeto de lei do Executivo Municipal que autoriza o mesmo a receber, em doação, um terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, para a construção de uma Escola Municipal (Expediente CM 212/88). Requerimento do Vereador Tomé Flores propondo moção de congratulações à Conservas Oderich S.A. pelo transcurso do 80º aniversário de sua fundação (Expediente CM 213/88). Requerimento do Vereador Reinholdo Klein propondo voto de pesar pelo falecimento da Srª. Jacinta Teixeira de Mello. Indicação do Vereador Tomé Flores sugerindo ao Executivo a sinalização das ruas 13 de Maio e Henrique D'Ávila, nas quadras entre a rua 1º de Maio e a avenida Marechal Floriano, como de trânsito proibido para caminhões. Oradores: Pela ordem de inscrição no livro próprio, usaram da palavra os seguintes Vereadores Sérgio Borgatto - Afirmou que a força da função que exerce nesta Casa (liderança da Bancada do PDS) obrigava-o a dar uma resposta à reclamação do Vereador Dilon Vieira, feita em sessão anterior. Os brasileiros tínhamos o hábito de inculpar pessoas dos escalões inferiores em lugar de acusar os efetivamente responsáveis pelos atos ou omissões que queremos criticar. Como líder de Bancada não aceitava a reclamação feita contra o Subprefeito de Capela. Responsável pelos atos dos funcionários municipais era o Prefeito. O Subprefeito de Capela não detinha nenhuma máquina ou tombadeira num poder para atender os pedidos de contribuintes. Por isto, embora reconhecendo o direito do Vereador Dilon Vieira de reclamar, achava que ele fora um pouco injusto. Fez considerações também, acerca do projeto de lei do Executivo que incorpora ao Código Tributário Municipal a nova Lista de Serviços editada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987. Dispôs-se a apresentar um substitutivo ou emendas ao citado projeto. Discordou das alíquotas diversificadas constantes do Código, em relação ao Imposto sobre Serviços, mantidas no projeto do Executivo, especialmente no que diz respeito aos profissionais liberais. Voltaria ao assunto na próxima sessão. Dilon Vieira - Com referência à atuação do Subprefeito de Capela, declarou que o loteamento de sua iniciativa, que a Prefeitura havia recebido com as ruas em bom estado, ensaibradas, durante quatro anos não vi

ra nenhuma máquina. Reivindicara o patrolamento das ruas junto ao Secretário de Obras e ao Subprefeito. As máquinas iam daqui para Capela, lá ficavam dez ou mais dias, retornavam para São Sebastião do Caí e o seu loteamento, praticamente todo ocupado, nunca chegara a receber o trabalho de tais máquinas. Havia, no caso, uma prevenção pessoal do Subprefeito contra a sua pessoa, confirmada durante a última campanha política. O Subprefeito sempre afirmava que ele, Vereador Dillon, nada fizera por Capela, aqui na Câmara. ORDEN DO DIA. Foi posta em discussão a emenda do Vereador Sérgio Borgatto ao projeto de lei do Executivo que autoriza o mesmo a receber em doação, da Mitra Arquidiocesana de Porto Alegre, uma área de terras em Campestre (Santa Teresinha) para a construção de prédio para a escola municipal que ali já funciona. A emenda do Vereador Borgatto, segundo o mesmo, busca dar uma correta roupagem jurídica à servidão de passagem que dá acesso ao terreno. A emenda foi aprovada por unanimidade assim como o projeto do Executivo, nele inserida a emenda. Foi posto em discussão o requerimento do Vereador Tomé Flores em que este propõe u'a moção de congratulações com a Conservas Oderich S.A. pelo transcurso do seu 80º aniversário de fundação. O autor, Vereador Tomé Flores, fez considerações a propósito do evento e do seu significado para a economia do Município. O Vereador Sérgio Borgatto apoiou integralmente a proposição e a sua justificativa, aditando menções elogiosas à atividade da referida indústria. O requerimento foi aprovado por unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Em explicação pessoal falou o Vereador Anselmo Petry, que se referiu à próxima instalação do Município de São José do Hortêncio. Na oportunidade, não podia deixar de ressaltar a atenção da administração do Dr. Bruno Cassel para com aquela localidade. Todas as estradas estavam em ótimas condições, redes de iluminação haviam sido estendidas. E outras obras haviam sido realizadas e outros serviços prestados. Pelo que se congratulava com o Dr. Bruno Cassel e seus colaboradores. Almejou um feliz Natal a todos os Vereadores e aos servidores da Casa. A sessão foi encerrada às vinte horas, depois de marcada a próxima para o dia 28 de dezembro de 1988, às dezenove horas. Para constar, fez-se esta ata que, lida, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

.....

REINHOLDO KLEIN
Presidente

Handwritten signature

Handwritten signature

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. ATA da 136ª sessão ordinária da 9ª Legislatura, realizada no dia 28 de dezembro de 1988. Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano mil novecentos e oitenta e oito, às 19 horas e quinze minutos, reuniu-se em sessão ordinária, em sua sala de sessões, à Rua Pinheiro Machado, nº 225, a Câmara Municipal. Como Presidente e Vice-Presidente ocuparam seus lugares na Mesa os Vereadores Reinholdo Klein – PMDB, Dilon Sebastião Vieira – PMDB. As bancadas partidárias estiveram assim constituídas: Partido Democrático Social – Vereadores Sérgio Borgatto, líder, José Cilon Flores e Anselmo Petry. Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Vereadores Tomé da Silva Flores, líder, Júlio César Campani, Alfredo Oscar Kiefer e Aloysio Ermedo Schneider. Partido Democrático Trabalhista – Vereador José Eloy dos Santos.

EXPEDIENTE: Instalados os trabalhos da sessão, foi lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos Srs. Vereadores.

Correspondência Recebida – Ofício nº 214/88 do Executivo, em que o Sr. Prefeito Municipal responde ao pedido de informações do Vereador Eloy dos Santos relacionado com a aplicação de inseticidas contra os focos de mosquitos. Ofício do Juiz Presidente da Junta Apuradora da 11ª Zona Eleitoral convidando os Srs. Vereadores para a solenidade de diplomação dos eleitos em 15 de novembro. Convite da Prefeitura e Câmara Municipal de Feliz para a solenidade de posse dos novos membros dos Poderes Executivo e Legislativo. Circular da Assembleia Legislativa encaminhando dados referentes aos subsídios e demais vantagens percebidos pelos Deputados Estaduais. Mensagens de Natal do Dr. Orestes Quércia e esposa e da CAA-Y Associação Ecológica.

Proposições Recebidas: Projeto de lei da Mesa da Câmara extinguindo os cargos de Assessores Especiais da Câmara Municipal (Expediente CM 217/88). Projeto de lei do Executivo autorizando o mesmo a doar ao novo Município de Capela de Santana, dois (2) cominhões-tombadeiras e uma retroescavadeira, usados (Expediente PM 51/88 – CM 216/88).

Oradores – Como único orador inscrito, usou da palavra o seguinte Vereador: Sérgio Borgatto – Disse que há duas semanas havia feito menção a uma frase latina cuja autoria havia atribuído ao escritor grego Virgílio. Essa autoria fora contestada pelo Secretário Executivo da Casa, que afirmava ser a frase “Temei o homem de um único livro” de autoria de São Tomás de Aquino. Ele, orador, disse duvidar dessa contestação porque, antes de estudar São Tomás de Aquino, havia estudado Virgílio, Terêncio e todos os poetas e escritores gregos. Essa frase havia chamado a sua atenção na juventude. Descreveu aspectos da vida de São Tomás de Aquino, procurando deixar claro o seu posicionamento. Ele, Vereador Borgatto, acreditava não haver cometido qualquer equívoco.

ORDEM DO DIA – Foi posto em discussão o substitutivo do Vereador Sérgio Borgatto ao projeto de lei do Executivo incorporando ao Código Tributário do Município, para efeitos de lançamento e cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lista de Serviços editada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 (Expediente PM 50/88 – CM 211/88). O Vereador Sérgio Borgatto justificou a apresentação do substitutivo, pois que entendia não se poder fazer distinção entre os valores cobrados. Na votação o substitutivo foi aprovado por unanimidade. Foi posto em discussão o projeto de lei de autoria da Mesa

extinguindo os cargos de Assessores Especiais da Câmara Municipal (Expediente CM 217/88). Manifestaram-se acerca da proposta os Vereadores Tomé Flores, Sérgio Borgatto e Reinholdo Klein. O Vereador Tomé encaminhou a discussão da matéria, pedindo apoio dos seus pares para a sua aprovação. Disse que não havia mais a necessidade desses cargos uma vez que a Câmara havia realizado concurso para o preenchimento de vagas para escriturário. O Vereador Sérgio Borgatto disse não ver uma razão plausível para a extinção dos referidos cargos. O Vereador Reinholdo Klein, deixando a presidência, lembrou os motivos pelos quais haviam sido criados esses cargos. Como os mesmos não haviam sido preenchidos, a Mesa resolvera extinguí-los. Na votação o projeto foi aprovado por unanimidade. **Explicações Pessoais** – Tomé Flores – Fez considerações sobre os seis anos de convivência com os demais Vereadores desta legislatura. Para ele, orador, havia sido um período gratificante, apesar das divergências existentes. Essas haviam sido verdadeiras lições de vida. Agradeceu aos seus pares a maneira cordial como haviam procurado conduzir os trabalhos do Legislativo. Almejou a todos uma feliz passagem de ano. Sérgio Borgatto – Alegando questão de ordem, disse discordar do ponto de vista da Mesa de que o projeto de lei PM 51/88 não necessitava de pedido de urgência para discussão e votação. Achava que, quando uma Câmara se reunia pela última vez não era preciso requerer urgência. Na sua opinião ou a Mesa determinava o arquivamento do projeto ou considerava de fato um pedido de urgência por ser a última sessão. Cilon Flores – Quanto ao projeto do Executivo constante do expediente PM 51/88, sugeriu a convocação de uma sessão extraordinária para sua apreciação. Não era costume nesta Casa encerrar o ano deixando um projeto pendente de discussão. Considerou uma surpresa a reeleição de apenas dois Vereadores dos cinco que haviam se candidatado para a próxima legislatura. Agradeceu aos colegas e funcionários a acolhida que tivera nesta Casa. Almejou a todos um Feliz Ano Novo. Dilon Vieira – Disse que sua intenção era, no início da Sessão, pedir um minuto de silêncio em homenagem aos dois colegas falecidos, Nelson Hoff e José Carlos Goulart, que haviam iniciado esse mandato e não chegaram ao seu término. Ele, orador, iria sentir saudade do período que havia dedicado à Câmara, cerca de 24 anos. Desejou aos colegas e familiares um Feliz Ano Novo. Eloy dos Santos – Agradeceu as palavras do Vereador Cilon. Era preciso agradecer a Deus por ter podido comparecer a todas as sessões. Lamentou a ausência dos ex-companheiros já falecidos. Cumprimentou os Vereadores Átila Ramos e Dilon Vieira pela sua dedicação e empenho na luta pelos anseios do Município de Capela de Santana. Também os Vereadores Anselmo Petry e Oscar Kiefer, que tanto fizeram pelos interesses de São José do Hortêncio. Não restavam dúvidas que todos os Vereadores haviam cumprido rigorosamente os compromissos assumidos. Desejou aos seus pares um feliz 1989, cheio de saúde, paz e felicidade. Anselmo Petry – Também manifestou-se a respeito do período passado na Casa. Muito havia tentado em conseguir benefícios para São José do Hortêncio. Havia apresentado 28 indicações e 4 requerimentos, além dos discursos que fizera procurando demonstrar as necessidades daquele distrito recentemente transformado em Município. Agradeceu ao Sr. Prefeito a execução de diversas obras em Capela do Rosário e Campestre. Registrou a presença entre a

assistência do primeiro prefeito eleito de São José do Hortêncio, Sr. Egydio J. Grohmann. Almejou a todos um Feliz Ano Novo. Oscar Kiefer – Fez breves considerações sobre os três períodos em que havia sido eleito para a Câmara. No primeiro período havia ficado como suplente. Sempre havia lutado por São José do Hortêncio e era com satisfação que via realizado o sonho de emancipação do Município. Congratulou-se com o Sr. Egydio Grohmann, primeiro prefeito eleito do novo Município. Convidou os seus pares para a solenidade de posse dos membros do Legislativo e Executivo a realizar-se no dia 1º de janeiro pela manhã. Desejou a todos um Feliz Ano Novo. Aloysio Schneider – Disse da sua satisfação por ter participado deste Legislativo por praticamente 11 anos. Muito havia aprendido com todos. Também desejou aos colegas e servidores da Casa um Feliz 1989. Júlio Campani – Ao término desta Legislatura manifestou-se agradecido aos seus pares pelo convívio. Cumprimentou os Vereadores Eloy dos Santos e Tomé Flores pela reeleição. Também ele havia deixado de comparecer a apenas uma sessão, para prestar o exame final na faculdade. Não poderia deixar de mencionar as vezes em que os dias das sessões haviam sido alterados para que ele, orador, não perdesse as provas. Deixou registrado seu agradecimento especial aos colegas que, da forma como agiam, haviam colaborado para a concretização de um de seus ideais, que era a formatura no curso de Direito. Colocou-se à disposição de todos pois que, mesmo adversários políticos, continuariam a ser amigos. Desejou Feliz Ano Novo a todos os presentes. Reinholdo Klein – Saudou os seus pares e a assistência. Disse do trabalho consciente e amigo que havia sido realizado nesses seis anos em benefício do Município de São Sebastião do Caí. Muitos projetos polêmicos haviam surgido e, constatado o interesse do Município, haviam sido discutidos e aprovados. Tinha certeza que o Vereador Eloy e Tomé, reeleitos, iriam continuar com esse espírito comunitário. Nem sempre o conjunto de idéias se ajustavam, mas nesta Casa sempre se buscava sincronizar os interesses. Fez considerações sobre a proximidade do Natal e as transformações que se processam no corpo e na alma de cada um. Almejou a todos um 1989 com mais vigor, mais força, mais carinho e mais amor para com todos que conosco convivem. Antes de encerrar o Sr. Presidente colocou em discussão a sugestão do Vereador Cilon Flores de realização de uma sessão extraordinária para discussão do projeto de lei PM 51/88, do Executivo, autorizando o mesmo a doar ao novo Município de Capela de Santana dois caminhões-tombadeira e uma retroescavadeira usados. A matéria foi debatida pelos Vereadores Tomé Flores, Sérgio Borgatto e Dilon Vieira. O Vereador Tomé Flores deixou claro que a Bancada do PMDB, mesmo não sendo contrária ao projeto, não poderia aprová-lo em tão curto espaço de tempo. Tratava-se de bens públicos e não se tinha conhecimento da atual situação do parque de máquinas do Município. O Vereador Borgatto considerou uma descortesia a não votação desse projeto. Esperava que a Bancada do PMDB viesse para essa reunião esclarecida sobre como proceder neste caso, ou seja, que viesse preparada para votar. Disse que várias vezes São Sebastião do Caí havia se utilizado de máquinas de outros municípios para a realização de obras. São Sebastião do Caí havia sido sempre muito pródigo em pedir e muito mesquinho em dar. Achava até um mau negócio receber essa doação. Era favorável à realização da sessão extraordinária. A decisão final determinaria a

doação das máquinas ou o arquivamento do projeto. O Vereador Dilon Vieira manifestou-se favorável à realização da sessão extraordinária. Na votação, a proposta de realização de uma sessão extraordinária foi aprovada por maioria. Posto em discussão o projeto PM 51/88, foi o mesmo discutido pelos Vereadores Júlio Campani, Sérgio Borgatto, Cilon Flores, Eloy dos Santos, Dilon Vieira, Tomé Flores e Oscar Kiefer. O Vereador Júlio Campani considerou que o projeto, da maneira como havia sido apresentado, estaria eivado de um vício constitucional. O Município de Capela ainda não havia sido instalado. Sugeriu que fosse feito um contrato de comodato, que a ele parecia uma medida mais sensata. O Vereador Borgatto afirmou que existia uma nuance a ser considerada. O Município de Capela de Santana já existia, apenas não estava instalado. Por este lado não via qualquer inconstitucionalidade. O que não poderia ser feito era entregar a mercadoria até 31 de dezembro porque não tinha autoridade para recebê-la. A doação poderia ser feita num prazo previamente estipulado. Novamente usou da palavra o Vereador Júlio que afirmou não haver no projeto nada relacionado com prazo de entrega. Sugeriu uma consulta ao DPM acerca da matéria. O Vereador Cilon disse que oficialmente a Casa havia tomado conhecimento desse projeto apenas hoje. Tratava-se de um pedido de autorização para doar, o que não significava que seria o atual ou o futuro Prefeito que iria proceder a doação. Concordava com o Vereador Borgatto: eram muito benevolentes em aceitar doações, mas na hora de doar já ficava mais difícil. Capela de Santana em muito contribuíra para a arrecadação do Município e merecia, como qualquer outro município, alguma atenção. O Vereador Eloy disse haver sido favorável à realização dessa sessão extraordinária para que o projeto pudesse ser debatido. Uma polêmica iria se criar pois que favorecendo Capela, São José do Hortêncio também iria querer um projeto semelhante, não havia dúvidas. Isso poderia formar desde logo uma forte rivalidade, que não queriam. Qualquer outra forma de contrato, como o comodato poderia ser votado, mas precisaria também ser bem analisado, ficaria a cargo do novo Prefeito. O Vereador Dilon disse que Capela fora sempre um tradicional distrito de São Sebastião do Caí, era justo que recebesse uma colaboração. Segundo o Vereador Tomé, estava havendo um pouco de precipitação da Bancada do PDS e até de premonição. Estavam já achando que o projeto não seria aprovado antes mesmo de ser colocado em votação. Não queriam ser precipitados. O Dr. Bruno Cassel, achava o orador, estava querendo fazer um *mea culpa* por tudo o que não fizera por Capela de Santana. Para tanto, ele citara o que havia sido feito em São José do Hortêncio, que agora não vinha ao caso. Tanto Capela como São José do Hortêncio foram distritos importantes e era obrigação de São Sebastião do Caí continuar mantendo um bom relacionamento com os mesmos. Não podiam deixar de colaborar para o crescimento dessas comunidades. Tinha certeza que o futuro Prefeito tudo faria para ajudar os novos Municípios. Apenas não poderiam se precipitar. Não era contra a doação, mas se for colocado hoje em votação, ele, Tomé, seria contrário. O novo Prefeito, na sua opinião, deveria se manifestar. O Vereador Sérgio Borgatto manifestou-se satisfeito com a atitude do representante de Capela de Santana, que desta vez fizera falar mais forte o amor pela sua terra do que pela cor partidária. Apelou ao representante de São José do Hortêncio para que, se também deseja receber algum tipo de

colaboração apóie a doação para Capela. O Vereador Oscar Kiefer disse que, se for doado para Capela, São José do Hortêncio entraria com o mesmo pedido. Na opinião do Vereador Eloy dos Santos estava acontecendo o que ele já havia previsto. Para não haver degladiação, pediu o adiamento da discussão. Prometeu empenhar-se para uma definição na próxima legislatura. O Vereador Tomé Flores endossou as palavras do Vereador Eloy. Sugeriu até uma reunião dos Prefeitos eleitos dos novos municípios com o prefeito eleito de São Sebastião do Caí para uma definição acerca desse assunto. Pediu à sua Bancada que vote a favor do adiamento. O Vereador Sérgio Borgatto disse entender que o que podiam decidir agora não precisavam adiar. A nova Câmara, elegendo um presidente da maioria, não teria representantes de Capela e nem de São José do Hortêncio. A hora de lutarem pelos seus interesses era agora. Pediu que votem contra o adiamento e a favor da doação. Disse ao Vereador Tomé que o Vereador Borgatto estava cometendo um erro ao insinuar que os Vereadores eleitos não seriam honestos o suficiente para tratar o assunto com seriedade e isto não era verdade. Não era preciso ter representantes de São José do Hortêncio ou Capela porque eles ainda tinham um pouco de hombridade e pensavam especificamente no bem de São Sebastião do Caí. Voltou a repetir que todo o projeto que aqui entrar e não for prejudicial aos interesses de São Sebastião do Caí terá o seu apoio. Não seria por pressões ou evasivas que iria mudar o seu posicionamento. Cilon Flores – Disse não saber porquê São José do Hortêncio não estava incluído no projeto, talvez não tenha havido um entendimento com o Prefeito. Nada impedia que um projeto de igual teor seja encaminhado na próxima legislatura. Disse que tinha condições de aprovar esse projeto. Júlio Campani – Achava que o Vereador Borgatto estava tentando um sensacionalismo. Se houvesse o adiamento, iria propor uma consulta ao DPM sobre a constitucionalidade do projeto. Na votação o adiamento da discussão e votação do projeto PM 51/88 foi aprovado por maioria. A sessão foi encerrada às 21 horas e 30 minutos. Para constar, fez-se esta ata que, lida em sessão, achada conforme e aprovada, será assinada pelos Srs. Vereadores.

Rheinholdo Klein
Presidente

Dilon Sebastião Vieira
Vice-Presidente

Átila Luiz Flores Ramos
1º Secretário

Sérgio Borgatto

José Cilon Flores

Anselmo Petry

Tomé da Silva Flores

Júlio César Campani

Aloysio Ermedo Schneider

Alfredo Oscar Kiefer

José Eloy dos Santos